

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

EMANUELLE MARIA DA SILVA PIANCÓ

**PROCESSOS REFERENCIAIS NO GÊNERO VOTAÇÃO ORAL: EM CENA, O
IMPEACHMENT DA EX-PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF**

RECIFE

2024

EMANUELLE MARIA DA SILVA PIANCÓ

**PROCESSOS REFERENCIAIS NO GÊNERO VOTAÇÃO ORAL: EM CENA, O
IMPEACHMENT DA EX-PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Letras da Universidade Federal
de Pernambuco, como requisito parcial à
obtenção do Título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Suzana Leite Cortez

RECIFE

2024

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Piancó, Emanuelle Maria da Silva.

Processos referenciais no gênero votação oral: em cena, o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff / Emanuelle Maria da Silva Piancó. - Recife, 2024.
142f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-graduação em Letras, 2024.

Orientação: Cortez, Suzana Leite.

Inclui referências e anexos.

1. Referenciação; 2. Gênero votação oral; 3. Processo argumentativo. I. Cortez, Suzana Leite. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

EMANUELLE MARIA DA SILVA PIANCÓ

**PROCESSOS REFERENCIAIS NO GÊNERO VOTAÇÃO ORAL: EM CENA, O
IMPEACHMENT DA EX-PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Letras da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do
Título de Mestre em Letras.

Aprovada em: 30/09/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Suzana Leite Cortez (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Anna Christina Bentes da Silva
Universidade Estadual de Campinas (Examinadora externa)

Prof^a. Dr^a. Sandra Helena Dias de Melo
Universidade Federal Rural de Pernambuco (Examinadora externa)

Aos meus pais, Emilene e Eronildes, os agricultores mais perseverantes e dedicados, que conheço, pois me apresentaram o conhecimento acadêmico como a fonte mais rica de transformação.

AGRADECIMENTOS

Ciente de que "Deus não nos inspira desejos irrealizáveis" (Santa Teresinha), agradeço a Deus, pois foi a grande fonte de fortaleza, que me oportunizou constância, mesmo quando tudo parecia estar desalinhado, concedeu-me a capacidade de me redescobrir enquanto pesquisadora. Só a força do altíssimo impulsionaria coragem para encarar o processo e desfrutá-lo.

Aos meus pais, Emilene e Eronildes, pelo apoio, mesmo quando não compreendiam as renúncias, acolhiam e motivavam. Eles me impulsionaram o desejo pelo conhecimento e incentivaram a seguir perseverante. Aos meus irmãos, Helena, Emanuell e Eronildes Neto, pelo cuidado e incentivo para que eu persistisse. Mesmo de longe, senti-los por perto e sou grata por todos os momentos e pelo carinho.

A minha orientadora, profa. Dra. Suzana Leite Cortez, por todo acolhimento, respeito, compreensão e cuidado em todos os momentos. Este trabalho não teria sido concluído sem o seu apoio e afeto.

À Fernanda Nayara, minha psicoterapeuta, que foi essencial nesse processo, ajudando-me a encarar com gratidão e leveza todo o processo, assim como, contribuindo para que eu reestabelecesse a serenidade.

Aos meus avós, por serem atenciosos e por abençoarem cada passo, por serem exemplos de força e de espiritualidade, permitindo-me ter um olhar de fé, a cada desafio. As minhas avós, em especial, que mesmo com a saúde frágil e requerendo cuidados, pediam para que eu me concentrasse nos meus afazeres. Vocês são fonte de vida, pois inspiram a aproveitar as oportunidades do ordinário.

Aos meus primos, tios e afilhados por todo apoio e abraços, pela torcida e por me ajudarem a celebrar cada etapa.

Ao padre José Aparecido, que em suas orientações me incentivou a perseverar e a vivenciar com alegria todo o processo.

Ao MTLIC, que foi fonte de amor e de oportunidades para que eu vivenciasse o Sempre Mais Alto, e experienciasse a vivência de verdadeiras amizades, que foram elos sinceros nessa caminhada. Em especial, a Gabi e ao Gui, que foram meus grandes aliados nessa trajetória.

Ao Bruno Huan e a Mariana, que foram imprescindíveis na caminhada acadêmica, concedendo-me ricas trocas e aprendizado.

A todos que formam o Grupo de Estudos do Texto (GESTO/CNPq/UFPE), pelas discussões importantíssimas, que contribuíram para a minha pesquisa.

Ao Max Rocha e a Natália Luczkiewicz, que contribuíram com o meu sonho de enveredar pelos caminhos acadêmicos e concederam trocas essenciais neste processo.

A todos que compõem a Escola Rosalva de Lima, que foram acolhedores e entenderam as minhas renúncias.

Por fim, gratidão a todos que me apoiaram e torcem por mim.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar como a articulação dos referentes em redes referenciais contribui para a argumentatividade do gênero votação oral. Para tanto, elegemos a votação oral de esfera política, especificamente a votação oral do impeachment da ex-presidente Dilma Vana Rousseff, em 2016, pois acreditamos que os processos referenciais, como as introduções referenciais e as retomadas recategorizadoras constitutivas deste texto, são elementos que contribuem para a construção de sua argumentatividade. Para cumprir tal objetivo, nos respaldamos nos pressupostos teóricos e metodológicos da Linguística Textual (LT), numa perspectiva interdisciplinar com a abordagem da Argumentação no Discurso (Amossy, 2018), que possibilita, conforme Cavalcante *et alii* (2020), considerar as categorias da textualidade, a exemplo da referenciação, para a análise do fazer argumentativo dos textos. De acordo com Koch e Marcuschi (1998), o fenômeno da referenciação é uma das grandes categorias da LT, visto que possibilita ampliar o conceito de produção/compreensão de sentido, além de permitir observar a natureza sociocognitiva dos processos textuais. Nesse sentido, recorreremos aos estudos de Matos (2018), para sustentar a noção de redes referenciais aqui assumida para a análise do evento comunicativo em pauta. Também recorreremos à abordagem da multimodalidade (Mondada, 2005; Ranieri, 2015) atrelada aos estudos da referenciação (Bentes, Ramos e Alves Filho, 2010; Custódio Filho, 2011), uma vez que assumimos que o texto se constrói pela mescla entre o verbal e o não verbal (Dionísio, 2007; Lima, 2009, 2015 e 2017; Mondada e Dubois, 2003; Silva, 2021), considerando a relação intrínseca entre os aspectos cognitivos, sociais, políticos e as múltiplas semioses, que sustentam a produção de sentidos. Partindo desse entendimento, as discussões deste trabalho também se desenvolvem perante abordagens teóricas que estudam e definem os gêneros textuais, com destaque para o gênero votação oral de esfera política, objeto deste estudo (Marcuschi, 2001, 2008, e 2012; Travaglia, 2009, 2017 e 2021, Santos, 2020). Ressaltamos, ainda, os estudos da oralidade no contínuo tipológico das atividades comunicativas (Marcuschi, 2008), visto que o gênero em estudo pertence à modalidade de língua oral. Nesta pesquisa, nos dedicamos ao tratamento qualitativo do *corpus*, o qual é formado por meio da transcrição dos 504 votos dos deputados federais. Para a geração do *corpus*, investimos na transcrição da votação oral do *impeachment*, que foi transmitida pela TV Câmara dos Deputados, no canal do *YouTube*. Assim, ao interpretarmos o evento comunicativo em estudo evidenciamos que examiná-lo pela perspectiva da referenciação permite entender a importância dos elementos referenciais para a argumentatividade das votações orais no discurso político.

Palavras-chave: Referenciação. Redes referenciais. Gênero votação oral. Processo argumentativo.

Abstract

This paper aims to analyze how the articulation of referents in referential networks contributes to the argumentativeness of the oral vote genre. To this end, we chose an oral vote in the political sphere, specifically the oral vote on the impeachment of former president Dilma Vana Rousseff in 2016, because we believe that referential processes, such as referential introductions and recategorizing retakes that constitute this text, are elements that contribute to the construction of its argumentativeness. In order to fulfill this objective, we used the theoretical and methodological assumptions of Textual Linguistics (TL), from an interdisciplinary perspective with the approach of Argumentation in Discourse (Amossy, 2018), which, according to Cavalcante et alii (2020), makes it possible to consider the categories of textuality, such as referencing, in order to analyze the argumentative nature of texts. According to Koch and Marcuschi (1998), the phenomenon of referencing is one of the major categories of TL, since it makes it possible to broaden the concept of the production/understanding of meaning, as well as making it possible to observe the socio-cognitive nature of textual processes. In this sense, we used the studies of Matos (2018) to support the notion of referential networks used here to analyze the communicative event in question. We also used the multimodality approach (Mondada, 2005; Ranieri, 20015) linked to referencing studies (Bentes, Ramos and Alves Filho, 2010; Custódio Filho, 2011), since we assume that the text is constructed by mixing the verbal and the non-verbal (Dionísio, 2007; Lima, 2009, 2015 and 2017; Mondada and Dubois, 2003; Silva, 2021), considering the intrinsic relationship between cognitive, social and political aspects and the multiple semioses that support the production of meanings. Based on this understanding, the discussions in this work are also developed in the light of theoretical approaches that study and define textual genres, with emphasis on the genre of oral voting in the political sphere, which is the subject of this study (Marcuschi, 2001, 2008, and 2012; Travaglia, 2009, 2017 and 2021, Santos, 2020). We also highlight the studies of orality in the typological continuum of communicative activities (Marcuschi, 2008), since the genre under study belongs to the oral language modality. In this research, we dedicated ourselves to the qualitative treatment of the corpus, which is made up of the transcription of the 504 votes cast by federal deputies. To generate the corpus, we invested in the transcript of the oral vote on impeachment, which was broadcast by TV Câmara dos Deputados on its YouTube channel. Thus, when interpreting the communicative event under study, we evidence that examining it from the perspective of referencing allows us to understand the importance of referential elements for the argumentativeness of oral votes in political discourse.

Keywords: Referencing. Referential networks. Oral vote genre. Argumentative process.

LISTA DE QUADROS E TABELA

QUADRO 1 – Características da oralidade conceptual e da escrita conceptual	51
QUADRO 2 - Votos iniciais da sessão do impeachment	71
QUADRO 3 - Votos iniciais da sessão do impeachment	77
QUADRO 4 - Deputados e partidos do Bloco 2.....	101
TABELA 1 - Número de deputados votantes em cada estado do Brasil	142

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Manchete do jornal Agência Brasil	58
Imagem 2: Manchete do jornal Folha de São Paulo.	59
Imagem 3: Manchete do Jornal Gazeta do Povo.	59
Imagem 4 – Votação, por estado, do processo de impeachment na Câmara	66
Imagem 5 – Recorte do voto do deputado Abel Mesquita Júnior	92
Imagem 6 – Recorte do voto do deputado Abel Mesquita Júnior	92
Imagem 7 - Recorte do voto da deputada Maria Helena	94
Imagem 8 - Recorte do voto da deputada Maria Helena	94
Imagem 9- Recorte do voto do deputado Alceu Moreira	95
Imagem 10- Recorte do voto do deputado Alceu Moreira	95
Imagem 11- Recorte do voto do deputado Covatti Filho.....	97
Imagem 12- Recorte do voto do deputado Covatti Filho.....	97
Imagem 13- Recorte do voto do deputado Henrique Fontana	99
Imagem 14- Recorte do voto do deputado Jerônimo Georgen	100
Imagem 15 - Recorte do voto do deputado Bruno Araújo.....	121
Imagem 16 - Recorte do voto do deputado Bruno Araújo.....	122
Imagem 17 - Recorte do voto do deputado Daniel Coelho	123
Imagem 18 - Recorte do voto do deputado Daniel Coelho	124
Imagem 19 - Recorte do voto do deputado Danilo Cabral	125
Imagem 20 - Recorte do voto do deputado Danilo Cabral	126
Imagem 21 – Recorte do voto do deputado Jarbas Vasconcelos	128
Imagem 22 – Recorte do voto da deputada Luciana Santos	129
Imagem 23 – Recorte do voto da deputada Luciana Santos	130
Imagem 24 – Recorte do voto da deputada Luciana Santos	130
Imagem 25 – Recorte do voto do deputado Zeca Cavalcanti	132

SUMÁRIO

Introdução	11
1 Texto e Referenciação.....	15
1.2 A referenciação no texto.....	19
1.1.2 Processos referenciais.....	26
1.3 A noção de redes referenciais	37
1.4 A multimodalidade no estudo da referenciação	42
2 Argumentação e gênero votação oral.....	46
2.1 O processo argumentativo	46
2.2 O gênero votação oral de esfera política.....	49
3 Metodologia.....	56
3.1 O evento comunicativo: impeachment de 2016.....	57
3.2 Critérios de seleção do <i>corpus</i> e as categorias de análise	64
4. Análise dos dados.....	69
4.1 Bloco 1: Contextualização dos votos e sua estrutura retórica.....	70
4.1.1 Análise dos processos referenciais em rede.....	82
4.1.2 Análise dos elementos da oralidade na organização dos referentes.....	91
4.2 Bloco 2: Contextualização dos votos e sua estrutura retórica.....	101
4.2.1 Análise dos processos referenciais em rede.....	107
4.2.2 Análise dos elementos da oralidade na organização dos referentes.....	120
4.3 Comparação entre os blocos 1 e 2	133
5. Conclusão	134
Referências.....	137
Anexo I	142

Introdução

As pesquisas em Linguística Textual (LT) com base sociocognitiva e discursiva têm avançado através de abordagens que analisam o texto enquanto processo, dedicando-se a observação do caráter dinâmico da atividade textual. Assim, pesquisas como as de Marcuschi (1983, 2008); Bentes (2007); Koch (2017) corroboram para a caracterização atual da LT, a qual consiste em examinar o texto como um evento único, produzido no e/ou a partir do contexto Cavalcante *et al.* (2019).

Nesse sentido, por concebermos o texto como um lugar de interação (Koch, 2002) e negociação de sentidos, têm emergido pesquisas no contexto brasileiro (Koch e Marcuschi, 1983; Lima e Cavalcante, 2015; Lima, 2009, 2017; Cavalcante, 2019) sobre os estudos da Referenciação, as quais são fundamentais na perspectiva da LT, visto que permitem analisar os fatores dinâmicos do texto e as interações entre os interlocutores. Ademais, os estudos da referenciação evidenciam que o entrelaçamento de um texto não está condicionado aos aspectos referenciais do cotexto, mas em observar o caráter maleável de (re)construção dos referentes, considerando, além do cotexto, os elementos cognitivos e discursivos para a significação de um texto, conforme Cavalcante *et al.* (2019).

Além disso, as discussões no escopo da LT também passam a considerar o texto como uma unidade multimodal (Bentes, Ramos e Alves Filho, 2010), composta de diferentes semioses que contribuem para a produção de sentidos. Dessa forma, pesquisas como as de Ramos (2012) e Ranieri (2015) realçam a condição multimodal da abordagem da referenciação, a qual observa outros recursos semióticos (gestual-visual.), que contribuem para a construção referencial de um texto.

Nessa perspectiva, com base nas discussões atuais dos estudos da referenciação, nos dedicamos a explorar a referenciação em um gênero da oralidade, composto por múltiplas semioses. Assim, elegemos como objeto de estudo a votação oral do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016. A motivação para estudar o gênero votação oral surge da necessidade de analisar como os processos da referenciação se organizam nesse gênero (da oralidade) e como conseguem efetivar o propósito argumentativo, por meio não só do voto (sim ou não) durante uma sessão plenária no domínio discursivo político, mas da justificativa utilizada para persuadir os eleitores de que dada decisão é a mais coerente. Por isso, consideramos que esse estudo pode trazer contribuições aos estudos do texto oral, à medida que demonstrará como as redes referenciais podem contribuir para a organização argumentativa dos textos.

Em se tratando do gênero votação oral, entende-se que corresponde a um gênero do domínio político, que tem uma função social específica, qual seja, a de colaborar com uma decisão (sim ou não) a respeito de um determinado assunto posto em sessão plenária (Travaglia, 2021). Mesmo sendo uma simples resposta (sim ou não), os locutores, no evento comunicativo analisado, na maioria das vezes, justificam o motivo pelo qual estão votando, bem como se utilizam de diferentes adereços, bandeiras, vestimentas, expressões faciais e gestuais, que contribuem para a justificativa de voto dos deputados. Assim, o gênero votação em análise nesta dissertação acontece de forma oral, num espaço social definido (câmara dos deputados federais) e possui interlocutores do próprio espaço político.

Neste estudo, partimos do seguinte questionamento: Como os processos referenciais contribuem para a argumentatividade no gênero votação oral? Para responder ao questionamento, este trabalho tem como objetivo geral analisar como a articulação dos referentes em redes referenciais contribui para a argumentatividade do gênero votação oral. Quanto aos objetivos específicos, estes consistem em:

- a) identificar os referentes principais nos votos selecionados, observando como seu funcionamento em rede colabora para a construção argumentativa da votação oral em análise;
- b) verificar como os processos referenciais (anáfora e dêixis) contribuem para a construção de sentidos do gênero votação oral da esfera política e sua argumentatividade;
- c) Observar como os elementos da oralidade contribuem para a construção dos referentes nos votos selecionados e para a argumentatividade do gênero votação oral em análise.

Para cumprir tais objetivos, mobilizamos um aparato teórico formado pelos pressupostos da LT, a fim de evidenciarmos a articulação dos processos referenciais em rede em um gênero oral, composto de múltiplas semioses, visto que o evento comunicativo em estudo, o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, ainda não foi estudado sob o olhar que aqui propomos. Por esta razão, consideramos a relevância desta pesquisa não apenas para os estudos do texto, mas também do ponto de vista sociopolítico em virtude do tema e das condições em que ocorre a votação. Também acreditamos que essa pesquisa tem o potencial de oferecer importantes contribuições para o estudo do texto, uma vez que poderá evidenciar de que forma a articulação de redes referenciais pode contribuir para a orientação argumentativa dos votos. De modo particular, consideramos que essa discussão pode lançar luz sobre o funcionamento das redes referenciais em textos orais, um aspecto que ainda não foi explorado de forma direta em pesquisas da Linguística Textual.

É pertinente salientar que houve uma motivação pessoal, compartilhada com a inquietação de diversos brasileiros que acompanharam o julgamento do impeachment, de forma

televisiva no momento da votação, mas que também se somou ao cenário político do país, em 2016, que movimentou conversas diárias a respeito das decisões pronunciadas pelos deputados, na Câmara dos Deputados Federais durante o evento comunicativo em estudo, gerando a percepção de que a abordagem da referenciação contribuiria para verificar a orientação argumentativa dos votos.

Nesse sentido, ressaltamos que os trabalhos de Fernandes (2017) sobre a referenciação e opinião, a respeito do impeachment de Dilma, e o trabalho de Santos (2020) são trabalhos que inspiram à análise do gênero votação oral, porém direcionam um tratamento discursivo ao gênero relacionando-o à argumentação. No entanto, nosso objetivo não é investigar os pressupostos da construção dos argumentos, nem observar os elementos discursivos desses, mas examinar os elementos referenciais que contribuem para a argumentatividade dos votos orais.

Para tanto, na seção 1, nos dedicamos a discutir o conceito de texto definido pelos estudos da LT no Brasil, apresentando uma síntese dos avanços nos estudos da referenciação (Koch 1998; Cavalcante, 2011, 2015), assim como destacamos os processos referenciais, - nesta seção nos utilizamos de votos que compõem o *corpus* da pesquisa, apenas para exemplificar alguns processos referenciais, sem anteciparmos as análises - que se realizam na interface entre os elementos do texto e os aspectos contextuais (Cavalcante, Custódio filho e Brito, 2014; Koch e Bentes, 2015). Também, apresentamos a abordagem das redes referenciais (Matos, 2018), que permite observar como se realiza o entrelaçamento entre os referentes. Destacamos, ainda, a importância de considerar a multimodalidade (Mondada, 2005; Ranieri, 2015) nos estudos da referenciação para compreendermos as múltiplas semioses como significativas para a construção de sentidos de textos (Bentes, Ramos e Alves Filho, 2010; Custódio Filho, 2011).

Na seção 2, refletimos sobre o processo argumentativo como elemento integrante do funcionamento textual, com base em estudos atuais da LT brasileira (Cavalcante, 2016, 2019). Neste quadro, levamos em consideração as categorias de textualidade, como a referenciação, como imprescindíveis para análise do teor argumentativo de textos (Cavalcante *et alii*, 2020, Cavalcante *et al.*, 2022). Também discorremos a respeito dos gêneros orais e apresentamos uma definição sobre o gênero votação oral da esfera política, assim como refletimos sobre o funcionamento deste gênero (Marcuschi, 2001, 2008, e 2012; Travaglia, 2009, 2017 e 2021, Santos, 2020).

Na seção 3, realizamos a exposição das etapas dos procedimentos metodológicos da pesquisa, destacando a realização das transcrições das votações orais, de acordo com as normas de Marcuschi (2001), como passo imprescindível para a composição do *corpus* (no anexo I

apresentamos os sinais utilizados na transcrição dos votos que constituem o *corpus* da pesquisa). Em seguida, descrevemos o evento comunicativo em estudo, ressaltando os aspectos sociopolíticos que permearam a votação, assim como detalhamos como se deu a votação do impeachment na Câmara dos Deputados Federais, em 2016. Para finalizar a seção, destacamos os critérios de seleção do *corpus* e as categorias de análise da pesquisa.

Por fim, após expor o referencial teórico, na seção 4, apresentamos as análises do *corpus*. Nessa etapa, nossa intenção foi explorar de que maneira os processos referenciais em redes são articulados nos votos orais, do evento comunicativo em estudo. Finalmente, apresentamos as considerações finais da pesquisa.

1 Texto e Referenciação

Nesta seção, discorreremos acerca do fenômeno da referenciação, tema amplamente estudado e consolidado no âmbito da Linguística Textual (LT) brasileira, que nos permite compreender a construção de sentidos do texto. Para tanto, iniciamos a discussão deste capítulo abordando o conceito de texto em LT, na subseção 1.1, apresentando os avanços em relação a esta concepção. Em seguida, na subseção 1.2, discutimos a noção de referenciação, demonstrando os estudos evolutivos acerca deste conceito em LT. Ademais, realizamos uma incursão, na subseção 1.2.1, a respeito dos processos referenciais que correspondem à articulação entre os recursos languageiros e contextuais que contribuem para a argumentatividade de um texto. Na subseção 1.3, abordamos a perspectiva das redes referenciais que permite observar a integração entre os referentes (Matos, 2018), e oportuniza um olhar aprofundado a respeito do entrelaçamento de sentidos dos referentes. Na subseção 1.4, discutimos a respeito da referenciação como prática multimodal, visto que as práticas referenciais podem ser de múltiplas semioses, articuladas para garantir a progressão textual.

1.1 O texto nos estudos da Linguística Textual no Brasil

Os estudos em Linguística Textual no Brasil tiveram início na década de 80, com os trabalhos precursores de Ingedore Villaça Koch e Luiz Antônio Marcuschi, especialmente. As publicações pioneiras: *Linguística de texto – o que é e como se faz?* (Marcuschi, 1983) e *Linguística Textual – introdução* (Fávero e Koch, 1983), foram responsáveis pela introdução da área no país¹. Para se chegar à configuração atual dessa ciência, os direcionamentos dos referidos autores foram fundamentais para a evolução do conceito de texto. Tendo em vista que, de acordo com Fávero e Koch (1983), os estudos da LT preocupavam-se inicialmente com os mecanismos interfrásticos, que estudavam o texto a partir de uma visão sintático-semântica, o texto na década de 60-70 era observado a partir

das relações de sentido entre as frases e os períodos.

Por essa ótica, segundo Koch (2017, p. 19), os estudos interfrásticos dedicavam-se aos fenômenos como: a correferência, a pronominalização, a ordem das palavras, a concordância

¹ Além dessas obras, o trabalho do Prof. Dr. Ignácio Antônio Neis, em 1981, foi a primeira divulgação acerca dos estudos da LT, no cenário brasileiro. A publicação, intitulada “Por uma gramática textual”, se dedicou ao plano sintático do texto, apresentando uma visão gramatical acerca dos elementos constitutivos de um texto (Fávero e Koch, 1983).

dos tempos verbais, entre outros, que concentravam os estudos da LT no escopo da frase. As pesquisas desse período, conforme Bentes (2007, p. 249), consideravam “o texto apenas como uma simples soma ou lista dos significados das frases que o constituem”. Nota-se que esses postulados se limitavam à sequencialidade do texto, de forma que a construção de sentidos era de responsabilidade do “leitor/ouvinte” que, através dos processos mentais, estabelecia relações de sentido entre os enunciados.

Nessa fase, os estudos da LT dedicavam-se às gramáticas de texto, as quais influenciadas pelo gerativismo, consoante Koch (2017, p. 21), teriam as tarefas básicas de:

- a) verificar o que faz com que um texto seja texto, ou seja, determinar princípios de constituição, os fatores responsáveis pela sua coerência, as condições em que se manifesta a textualidade;
- b) levantar critérios para a delimitação de texto, já que a completude é uma de suas características essenciais;
- c) diferenciar várias espécies de textos.

Nesse momento, de acordo com Bentes (2007), defendia-se que o texto, unidade hierarquicamente mais elevada, deveria conter uma estrutura disponível a todos os falantes de determinada língua, o que possibilitaria ao falante distinguir um texto de um aglomerado de palavras. Importante destacar que, nesta época, as pesquisas voltavam-se para a descrição de um sistema de regras, que, supostamente, orientariam uma “boa formação textual”, aspecto que Marcuschi (1983) já tecia críticas, visto que “o texto não é uma unidade formal que pode ser definida e determinada por um conjunto de propriedades puramente componenciais e intrínsecas” (2012 [1983] p. 91). Porém, nesse período, considerava-se que o conhecimento intuitivo do falante era fundamental para a construção da coerência textual e que o conjunto de regras possibilitaria a geração de textos adequados. No entanto, como os fatores de produção e compreensão textual não eram contemplados nesses estudos, na década de 80, a LT passa a ter influências das perspectivas pragmáticas. Nessa compreensão, adaptamos de Koch (2017, p. 27), os dizeres de Heinemann (1982):

[...] os textos deixam de ser vistos como produtos acabados, que devem ser analisados sintática ou semanticamente, passando a ser considerado elementos constitutivos de uma atividade complexa, como instrumentos de realização de intenções comunicativas e sociais do falante.

No contexto pragmático, os linguistas buscavam investigar o texto na situação de uso, de maneira que fossem observadas as condições para a produção e a interpretação do texto. Tal como indica Bentes (2007), o objetivo desse período era averiguar as unidades linguísticas a

partir de uma dada atividade comunicativa. Contudo, os linguistas de texto sentiram a necessidade de ir além dessa abordagem e passaram “a considerar o arranjo de sentenças em seu funcionamento mais amplo no processo de comunicação e não apenas no âmbito da estrutura linguística” (Marcuschi, 2012, p. 26). Permitiu-se, desse modo, observar o texto sob a ótica processual, que se (re)constrói nas situações comunicativas (contexto).

Nesse sentido, ao abandonar o viés formalista dos estudos da língua e assumir a abordagem sociocognitiva, em meados da década de 90, o interesse é voltado para os aspectos de ordem cognitiva. Nesse momento, segundo Koch (2017, p. 34):

[...] o texto passa a ser considerado resultado de processos mentais: é a abordagem procedural, segundo a qual os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividade da vida social e têm conhecimentos representados na memória que necessitam ser ativados para que sua atividade seja coroada de sucesso.

Assim, o texto passa a ser estudado a partir dos processos cognitivos, levando-se em consideração que a ativação de conhecimentos e experiências são essenciais para a constituição de sentidos do texto. Conforme Koch (2017), a partir da virada cognitivista os estudos passam a considerar as noções de memória, experiências e conhecimentos para a articulação do processamento textual. Além disso, Koch (2017) salienta que o processo textual é considerado estratégico, tendo em vista que a mobilização dos sistemas de conhecimento (ilocucional, comunicacional, metacomunicativo e sobre modelos textuais e contextuais), bem como os saberes socioculturais e as relações interacionais são fatores que influenciam significativamente na produção de sentidos.

Nos anos 90, também se volta o olhar para a concepção de texto enquanto ação comunicativa, proposta por Marcuschi (1983)², bem como para a noção de textualidade, apontada por Beaugrande e Dressler (1981) como o conjunto de características que fazem com que o texto seja texto. A partir desse período, o olhar analítico da LT, direciona-se à produção, recepção e compreensão dos textos orais e escritos, bem como, ocupa-se da construção textual de sentido. Ademais, nessa fase, a noção de texto é ampliada, pois, de acordo com Beaugrande (1997 *apud* Marcuschi, 2008, p. 80), “é essencial ver o texto como um evento comunicativo para o qual convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais”. Essa concepção sugere que o texto não deve ser analisado apenas sob a ótica de uma unidade linguística, mas como um evento

²“Partindo das concepções de texto aqui expostas, não faz muito sentido discutir se o texto é uma unidade da langue ou da parole. Trata-se de uma **unidade comunicativa** atual realizada tanto ao nível do uso como ao nível do sistema. Tanto o sistema como o uso têm suas funções essenciais”. (Marcuschi, 2012 [1983], p. 31, **grifos nossos**).

interativo, que se dá por meio de um processo e de uma articulação o “entre vários elementos, sejam eles linguísticos ou não linguísticos, tais como: sons, palavras, enunciados, significações, participantes, contextos, ações e etc. (Marcuschi, 2012, p. 90).

Tomando como base a noção de texto como evento, observamos que, para que o texto seja analisado além do nível sintático, deve-se levar em consideração os conhecimentos partilhados e as condições sociocomunicativas, que imprimem sentidos à unidade composicional do texto (Marcuschi, 2008). Assim, na visão atual da LT, se concebe a noção de texto como evento, a qual nos permite compreender que “o texto acontece cada vez que se enuncia, de maneira única e irrepetível, em um contexto sócio-histórico. Os elementos que imprimem sentido a um texto são, de fato, singulares para cada situação” (Cavalcante, 2019, p. 28).

Conforme Cavalcante (2019), o texto pode ser observado como um evento singular, que se constrói por meio da atividade interativa, em um processo de coprodução, que pode ser produzido através de múltiplas semioses. Nesse viés, e de acordo com Marcuschi (2008), embora um texto não obedeça a regras fixas, também não se constitui de maneira aleatória, pois, a partir da visão sociocognitiva, passou-se a observar que a situação discursiva, os aspectos sociais e contextuais são elementos que influenciam na articulação de sentidos de um texto. Assim, na contemporaneidade, a noção de texto perpassa o cotexto, para considerar os aspectos contextuais.

Para melhor compreendermos este aspecto, Fávero (2002, p. 66) exemplifica essa relação de sentidos a partir do exemplo (1) a seguir:

- (1) “Um marido diz para a sua esposa: Há um acidente grave na esquina, pois uma ambulância e o carro de polícia estão parados lá”.

A conclusão de que há um acidente grave ocorre por meio do contexto, visto que se sabe que uma ambulância, geralmente, socorre vítimas de acidente e também a polícia é responsável por realizar o boletim de ocorrência. Assim, a mulher ao ouvir o texto realizado pelo marido, compreende a informação através da ativação dos conhecimentos prévios que possui. Embora essas informações não tenham sido ditas no texto, elas foram recuperadas pelo contexto.

À vista disso, ao considerar os fatores dinâmicos na composição significativa do texto, ampliou-se a ótica dos estudos textuais e ampliaram-se os estudos acerca dos sentidos do texto.

Conforme Cavalcante (2015), nessa época (final dos anos 80)³, embora o olhar estivesse direcionado à interação, o foco ainda era a organização do cotexto, pois, seguindo as propostas pragmáticas de Halliday e Hasan (1976), privilegiava-se a tessitura organizacional do texto. Nesta fase, Koch (1989) passa a se dedicar às discussões sobre coesão referencial, observando no texto os fatores de encadeamento linguístico (coesão) e a manutenção de sentidos (coerência). O foco investigativo era a articulação dos elementos no cotexto, visto que, de acordo com Silva (2021, p. 54), se observava o que se “chama de cadeia referencial, isto é, esse conjunto de expressões que fazem com que um referente seja estabelecido e progrida no texto, sem que haja repetições não-funcionais que impliquem negativamente nas relações de sentido”. Assim, considerava-se que o sentido global do texto era formado por meio do encadeamento entre os segmentos textuais, de ordem linguístico-gramatical, que possibilitavam a progressão temática e sequencial do texto.

1.2 A referenciação no texto

Nos estudos da LT brasileira, além dessas pesquisas, emergiram estudos fundamentados na perspectiva sociocognitiva da referenciação desenvolvida por Mondada e Dubois (2003 [1995]). No final da década de 90, o estudo da referenciação é introduzido no Brasil a partir dos trabalhos de I. G. V. Koch e L. A. Marcuschi e passou a ser considerada, na década seguinte, uma das grandes abordagens de estudo do texto na LT, desencadeando discussões que ampliaram a noção de produção/compreensão de sentidos (Cavalcante, 2020). No trabalho de Koch e Marcuschi (1998), os autores salientam que a perspectiva da referenciação não se reduz à análise dos elementos linguísticos e aos encadeamentos sintático-semânticos, pois leva em consideração os aspectos cognitivos, sociais e discursivos, para a construção de sentidos do texto.

É válido destacar que o termo referenciação surge com Mondada e Dubois (2003 [1995]) para atualizar a proposta teórica de referência, a qual considerava a relação objetiva entre os objetos de mundo e os enunciados, destacando uma relação entre a língua e as coisas. Assim, a linguagem era considerada “um sistema de etiquetas” (Mondada; Dubois, 2003 [1995], p. 17), que privilegiava a relação direta entre as palavras e os elementos do mundo. A visão clássica de referência restringia os sujeitos a meros nomeadores da realidade, que se utilizavam do

³ É válido salientar que o oral passa a ser considerado/analísado como texto nos anos 90, quando houve uma reorientação no foco das pesquisas, que assumiram a importância de analisar o texto a partir da ótica sociocomunicativa, considerando, dessa forma, as distintas condições de produção (Koch e Oesterreicher, 1990).

repertório linguístico oferecido pela língua para refletir o mundo. Na teoria da referenciação há uma redefinição, que permite compreender que os referentes são definidos como objetos de discurso, “quer dizer, objetos cuja existência é estabelecida discursivamente, emergindo de práticas simbólicas e intersubjetivas”. (Mondada e Dubois, p. 35).

Destarte, com o intuito de rejeitar a visão de correspondência⁴, Mondada e Dubois (2003[1995]) defendem que observar como os elementos do mundo são representados não contemplaria a investigação da dinamicidade das práticas languageiras. Nessa ótica, Koch e Marcuschi (1998) denotam que a progressão referencial não se dá apenas no cotexto, visto que a introdução, a homologação e retomada de um referente não está, necessariamente, relacionada à correferência, isto é, não diz respeito somente à retomada anafórica cotextual, pois os conhecimentos compartilhados podem influenciar na construção de sentidos, bem como podem existir diferentes “estratégias de designação” (Koch; Marcuschi, 1998, p. 182). Assim, os autores salientam que o processo de progressão referencial não se dá apenas pelo uso das expressões linguísticas, visto que os aspectos interativos, sociais e cognitivos, contribuem para a designação e a evolução de um referente. As diferentes situações comunicativas, também podem influenciar as estratégias de remodelação do referente, o qual por meio do contexto pode necessitar de adaptações, para que seja garantida a sequencialidade e manutenção de sentidos.

Para os autores “a reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua”. (Koch; Marcuschi 1998, p. 175). Diante disso, os autores apontam que a progressão referencial se “realiza de maneira extremamente variada e dinâmica” (Koch; Marcuschi, 1998, p. 189). Dessa forma, Koch e Marcuschi (1998) sinalizam para a necessidade de observar os processos de referenciação a partir da conexão entre as expressões linguísticas e os diversos elementos do contexto. Em face disso, os autores salientam o caráter não linear da organização textual, o qual permite atentar para a natureza sociocognitiva da referenciação. Koch e Marcuschi (1998) atestaram isso ressaltando que:

Nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico do mundo, nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real. Ele reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. E essa reelaboração se dá essencialmente no discurso. Também não se postula uma reelaboração subjetiva, individual: a reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua. (Koch; Marcuschi, 1998 *apud* Koch *et al.*, 2005, p. 5).

⁴ De acordo com Marcuschi (1998), a visão de correspondência está atrelada à representação adequada da realidade, onde os elementos linguísticos devem projetar o mundo.

Nessa ótica, conforme Marcuschi (2001), vê-se a necessidade de ampliar a noção a respeito da produção de sentidos, por isso o autor sugere uma revisitação à noção clássica de anáfora, a qual pressupõe que o processo anafórico corresponde ao estudo da retomada direta do referente. Contudo, por considerar essa proposta limitada e entender que um novo referente pode ser ativado por meio de fatores de ordem cognitiva, Marcuschi (2001) propõe que se observe a organização de sentidos a partir da atividade discursiva. Assim, o autor sugere que as ativações e inferências relacionadas indiretamente no texto, se realizam por meio do processo de anáfora indireta.

Em vista do exposto, Modada e Dubois (2003[1995]) refletem que os referentes podem ser recuperados no discurso sem a necessidade de expressões referenciais linguísticas, pois podem ser ativados por conhecimentos partilhados e acionados cognitivamente pelos interlocutores. De acordo com Cavalcante (2000):

[...] O que identifica o referente é, agora, a bagagem do conhecimento sobre o assunto de que dispõem os interlocutores a cada momento da interação. O reconhecimento do referente ou do (objeto de discurso) é o produto de uma interação entre o falante e seu ambiente. (Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1995 *apud* Cavalcante, 2000, p. 73-74).

Por esta razão, nos estudos da referenciação, passa-se a observar os “[...] processos que se desenvolvem no seio das interações individuais e sociais com o mundo e com os outros, e por meio de mediações semióticas complexas” (Modada; Dubois, 2003[1995], p. 22). As autoras consideram a referenciação como uma “construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, nas ratificações de concepções individuais e públicas do mundo” (Mondada; Dubois, 2003, p. 18). Por isso, o estudo da referenciação direciona o olhar para o caráter processual das manifestações discursivas, que constroem sentido por meio da relação negociada entre os processos mentais, culturais e situacionais, além de considerar os diversos recursos semióticos, tais como: som, gesto, cor, entre outros, para a configuração de sentidos.

Assim, para que os sentidos de um texto sejam construídos de maneira aceitável, o princípio da negociação é inerente à referenciação, visto que os processos referenciais são mobilizados para atender as intenções dos interlocutores. Mondada e Dubois (2003) já destacavam que “as categorias e objetos de discurso são marcadas por uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não-verbais, nas **negociações** dentro da interação” (Mondada e Dubois, 2003, p. 17, **grifos nossos**). Consoante Koch (2017), a abordagem da referenciação configura-se a partir da

intersubjetividade, que considera o sujeito sociocognitivo. No decurso da atividade interativa, desse modo, o sujeito (re)constrói a realidade, considerando os aspectos contextuais para a (re)construção dos referentes. Nessa perspectiva, segundo Mondada e Dubois (2003[1995]), a referenciação não diz respeito a “uma relação de representação das coisas ou dos estados de coisas, mas a uma relação entre o texto e a parte não-linguística da prática em que ele é produzido e interpretado” (Mondada; Dubois, 1995, p. 20). Em vista disso, percebe-se que a referenciação não se reduz à retomada de referentes ou à descrição dos objetos do mundo, pois há processos sociocognitivos que exercem funções significativas para a construção de sentidos.

Como temos observado, ao assumir a perspectiva sociocognitiva nos estudos da referenciação, de acordo com Koch (1998), estreitou-se a relação entre a cognição e a linguagem, permitindo ampliar a noção de que os sentidos do texto não se constroem apenas através da materialidade linguística. Para a autora, “toda atividade referencial é construída dentro de processos sociointeracionais situados” (Koch, 1998, p. 1), o que nos permite entender que os processos cognitivos se associam à situação discursiva de modo a estabelecer sentido a partir das pistas cotextuais. Conforme Koch (2017 [2004], p. 61), reforça-se “a referenciação como atividade discursiva”, que se desenvolve por meio de fatores textuais e cognitivos, a fim de atribuir sentidos para a (re)construção de um referente ou objeto de discurso, o qual não é estável. Desse modo, o foco investigativo vai além da análise das expressões linguísticas, visto que o processo da referenciação corresponde à (re)construção de referentes, que resultam da interação. Além disso, segundo Cavalcante (2020), a construção dos referentes se dá de maneira estratégica, a fim de que a coerência seja garantida. Assim, a autora nos auxilia na compreensão de que os referentes podem ser de “natureza diversa: mais ou menos individualizados, mais ou menos salientes; mais ou menos concretos” (Cavalcante, 2020, p. 101), ou seja, os referentes são construídos no texto e assumem, em geral, a natureza substantiva, de forma que a expressão referencial é apresentada por meio de recursos linguísticos, que materializam o ato de referir.

Ademais, Marcuschi (2001), ao discutir o processamento textual, iniciou reflexões a respeito da (re)construção de um referente, pois, ao falar sobre anáfora indireta, destacava que esse fenômeno considera as informações que podem ser acionadas, por meio tanto do cotexto quanto do contexto, para a introdução de um novo referente e/ou a continuidade deste. Para o autor, a anáfora indireta refere-se ao processo de “[...] *introduzir* referentes novos com base em âncoras contextuais e de modelos cognitivos de natureza diversa, indo desde uma âncora lexical a uma âncora extremamente ampla situada no modelo de mundo textual” (Marcuschi, 2001, p. 242). Assim, para Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014, p. 27), “o referente (ou objeto de discurso) é a representação na mente dos interlocutores de uma entidade estabelecida no texto”.

Nesses termos, percebe-se, de acordo com Lima (2017), que os referentes são construídos no co(n)texto discursivo a partir de informações do saber compartilhado entre os interlocutores, os quais são engatilhados por meio de pistas cotextuais. Dessa forma, o referente pode ser definido como uma entidade que mobiliza no texto, a manutenção, a progressão e a orientação argumentativa do texto⁵.

Partindo dessa compreensão, ressaltamos que Koch e Marcuschi (1998) buscavam explicar como os referentes são introduzidos, conduzidos, retomados e identificados no texto. Os autores ao discutir acerca da produção oral, já destacavam que:

os fenômenos discursivos não são necessariamente fenômenos do mundo e que, no interior do discurso, a progressão referencial se realiza de maneira extremamente variada e dinâmica, através do recurso a uma ampla gama de processos de referenciação. (Koch e Marcuschi, 1998, p. 189).

Na atualidade, Cavalcante (2020 [2012]), sintetiza essas questões, salientando que a referenciação corresponde à “ação de referir”, visto que esse processo se constrói por meio de características que privilegiam os estudos da interação social, a saber: 1. a elaboração da realidade; 2. a negociação entre interlocutores; 3. um trabalho sociocognitivo. A primeira característica condiz com a reelaboração do real, pois um evento discursivo pode ser interpretado pelos sujeitos de diferentes maneiras, a depender da situação e das necessidades interacionais. Nesse sentido, Cavalcante (2020, p. 106) ressalta que:

[...] a função da linguagem não é, como se costuma pensar, representar objetivamente uma realidade. Trata-se, na verdade, de propor interpretações para as experiências vividas e percebidas. [...] Isso significa que os indivíduos têm a seu dispor um leque de possibilidades linguístico-discursivas quando se trata de construir um referente.

As intenções dos interlocutores mobilizam a (re)elaboração da realidade, de forma que os referentes são ordenados de maneira dinâmica, a fim de atender às intenções argumentativas, bem como atribuir sentido diante dos diferentes contextos históricos, políticos, culturais e sociais. Assim, os objetos de discurso não “são expressos, nos textos, de forma objetiva e imutável, pois eles sempre são construídos de acordo com as especificidades de cada situação de interação” (Cavalcante; Custódio Filho; Brito, 2014, p. 29). Esse pressuposto é muito relevante para a referenciação, visto que os acontecimentos, experiências e situações não são estáticas, mas reelaboradas a fim de que façam sentido.

⁵ Essa noção argumentativa dos processos referenciais será discutida a seguir, na subseção 1.2.1.

Nessa proposição, a atividade de reelaboração do real se configura por meio do contexto, que permite ao sujeito mobilizar referentes, mediante as condições específicas de cada situação e de acordo com a intenção do sujeito. Assim, a partir de escolhas intencionais, a realidade é reelaborada pela linguagem para atender as necessidades dos interlocutores da interação, os quais, enquanto parceiros da comunicação, elaboram e reelaboram os referentes, de maneira intersubjetiva e negociada a partir da situação.

Cavalcante (2020, p. 110, grifos da autora), acerca do exposto, salienta que:

[...] essa elaboração da realidade é resultante de **uma negociação entre os participantes**. Em vez de ser um processo subjetivo, trata-se de **um processo negociado, cooperativo, intersubjetivo**, entendendo-se intersubjetividade como uma subjetividade partilhada; quer dizer que, nas interações, as ideias não se processam isoladamente na mente de cada sujeito, mas dependem de como cada um percebe a ação dos outros participantes incluídos na situação. E o modo como cada um compreende essas ações varia de acordo com a bagagem de conhecimentos de cada indivíduo e de circunstâncias contextuais momentâneas.

Guiados pelas interações discursivas, os sujeitos articulam diferentes versões de um referente, o qual se constrói progressivamente na interlocução. Nos eventos comunicativos, os dizeres não se processam de forma isolada, visto que as situações, bem como as experiências se relacionam por meio do processo cooperativo, isto é, as ideias não se constroem de forma individual, mas de forma colaborativa entre os participantes da situação comunicativa, pois os indivíduos reelaboram, retomam e reiteram os referentes mencionados por eles a fim de que sejam aceitos pelos interlocutores ao longo da interação (Santos, 2018). Assim, Cavalcante (2020) nos auxilia na compreensão de que a negociação recíproca entre o contexto e o que se pretende que o interlocutor entenda são fatores significativos para a recategorização dos referentes.

A recategorização, nesse sentido, é um fenômeno da referenciação que consiste na (re)construção dos referentes durante uma atividade discursiva. De acordo com Lima (2009), os referentes podem ser recategorizados ao longo da interação para que se concretize os propósitos comunicativos. A seguir, o exemplo (2) ilustra uma ocorrência de recategorização.

(2) **Um rapaz** suspeito de ter desviado uma linha telefônica foi interrogado há alguns dias atrás pela polícia de Paris. Ele havia ‘utilizado’ a linha de seus vizinhos para fazer ligações para os Estados Unidos em um montante de aproximadamente 50000 francos. **O tagarela...** (Apothéloz; Reichler-Béguelin, 1995, p. 262 *apud* Lima e Cavalcante, 2015).

Nesse exemplo, conforme Lima (2017), a expressão “**o tagarela**” ao mesmo tempo que retoma o referente “**um rapaz**”, atribui uma nova informação ao referente. Assim, a recategorização apresenta uma nova informação ao objeto de discurso, transformando o sentido da informação inicial. Desse modo, o encadeamento textual deve-se à negociação entre os sujeitos, a qual perpassa às expressões explícitas no texto, pois “quaisquer outras pistas possibilitam a apresentação, a manutenção e a retomada recategorizadora” (Cavalcante *et al.*, 2020, p. 139).

Nessa perspectiva, os aspectos sociais, bem como cognitivos interferem diretamente no processo referencial, visto que as experiências culturais e os conhecimentos armazenados na memória caracterizam a natureza sociocognitiva da referenciação. Para Cavalcante (2020, p. 113, grifos da autora):

O processo de referenciação pode ser entendido como o conjunto de operações dinâmicas, **sociocognitivamente motivadas**, efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve, com o intuito de **elaborar as experiências vividas e percebidas**, a partir **da construção compartilhada** dos objetos de discurso que garantirão a construção de sentido(s).

Os conhecimentos compartilhados (sociais, culturais ou políticos), advindos das experiências em comum, permitem (re)elaborar um referente por meio da dinamicidade interacional, a qual leva em consideração o contexto para garantia de sentidos de um texto. O contexto de uso da língua e a memória discursiva dos falantes são fatores determinantes para (re)elaboração dos referentes, visto que a interação ocorre porque os elementos cognitivos e sociais são aliados a fim de construir sentidos. Dessa forma, a dinamicidade dos objetos de discurso possibilita a progressão textual, que se constrói para além do linguístico, pois os conhecimentos de várias naturezas contribuem para a (re)elaboração dos referentes.

Destarte, a referenciação como parâmetro investigativo da LT ocupa-se de textos em uso, visto que “os conhecimentos compartilhados não se supõem apenas ‘convocados’, mas também ajustados a cada particularidade contextual em que se ‘desajustam’ e se reinventam a todo instante, de maneira que nunca há total controle sobre regras e modelos subjacentes” (Cavalcante, 2015, p. 374). Embora o texto esteja vinculado ao cenário social em que se produz, ele não corresponde à representação exata dessa realidade, pois a dinamicidade interacional e os propósitos comunicativos, engendrados no processo discursivo e permeados pelas experiências sociais e cognitivas, orientam a argumentatividade.

É importante mencionar que para observar a manifestação do fenômeno da referenciação no texto, os autores Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) definem que a

referenciação se constitui por processos referenciais que atuam discursivamente na construção da coerência do texto, são eles: a introdução referencial, a anáfora e a dêixis. No próximo tópico serão apresentadas as definições e exemplos dessas categorias de referenciação com a finalidade de conhecer suas articulações no texto.

1.1.2 Processos referenciais

Com os estudos basilares de Mondada e Dubois (2003 [1995]), estudiosos como Koch e Marcuschi (1998) considerando o caráter dinâmico da proposta da referenciação, a caracterizam pelo encadeamento de sentidos em uma unidade textual, que contribui para a construção da coerência. Nesse sentido, como temos defendido ao longo da subseção 1.1, a referenciação é uma atividade discursiva (Koch, 2017), por isso, os referentes são (re)construídos ao longo do discurso, de forma organizada, a partir de elementos linguísticos e para além do linguístico que contribuem para a estabilização de sentidos (Mondada e Dubois (2003 [1995])).

Nessa perspectiva, a referenciação não se ocupa apenas em referir ou retomar um referente, mas tem a tarefa de garantir a continuidade e progressão temática de um texto (Koch, 2017). Assim, a referenciação se realiza por meio de processos referenciais, que são categorias indispensáveis para a construção da coerência. Os processos referenciais “exercem funções textual-discursivas que podem servir para organizar, argumentar, introduzir referentes, entre outras possibilidades” (Cavalcante, 2020, p. 133). Assim, esses processos contribuem para que um referente seja evidenciado de diferentes maneiras, pois, a partir da situação, bem como das crenças e opiniões do produtor do texto, possibilita-se modalizar aquilo que é dito, dependendo do objetivo da interação (Koch, 2002).

De acordo com Marcuschi (2008), os processos referenciais contribuem para a coerência textual, visto que direcionam tanto a produção quanto a compreensão de um texto. Além disso, é válido ressaltar que os processos referenciais desempenham variadas funções, tais como Koch (2017 [2004]) apresentou: (a) ativação/reativação na memória; (b) encapsulamento (sumarização) e rotulação; (c) introdução de informações novas; (d) organização macroestrutural; (e) especificação por meio da sequência hiperônimo/hipônimo; (f) construção de paráfrases definicionais e didáticas; (g) orientação argumentativa; (h) categorização metaenunciativa de um ato de enunciação. Desse modo, para Koch e Marcuschi (1998), a depender das condições discursivas, os referentes são submetidos à (re)elaborações que implicam na construção de sentidos do texto.

De acordo com Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), a *introdução referencial*, a *anáfora* e a *dêixis* são os três grandes processos⁶ referenciais, que possuem características específicas e são utilizados para introdução, manutenção e/ou evolução de um referente. Assim, compreende-se que os referentes são elaborados e reelaborados, de maneira negociada durante uma interação, dessa forma, “uma vez introduzidos na memória discursiva, vão sendo constantemente transformados, reconstruídos, recategorizados no curso da progressão textual” (Koch, 2017, p. 83). Ademais, mais recentemente, Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) admitiram que o referente pode ser introduzido sem que seja retomado ou que progrida no texto. É o que ocorre nos exemplos a seguir extraídos do nosso *corpus*. Nos exemplos 3 e 4, respectivamente, os referentes “golpe” e “impeachment” são introduzidos na seção de votação oral do processo de abertura do *impeachment*, da ex-presidente Dilma Vana Rousseff, em 2016. Para destacarmos como a introdução referencial emerge no texto, selecionamos dois votos, de deputados do Rio Grande do Sul, segundo estado a votar na seção:

(3) Voto do deputado Marcon (PT/RS)

Sou brasileiro em defesa dos pequenos dos pobres dos trabalhadores em defesa dos movimentos sociais e a reforma agrária reforma urbana (+) e pela democracia e para que todos AQUELES DA LAVA-JATO ESTEJAM NA PRISÃ:O VOTO CONTRA O **GOLPE** MEU VOTO É NÃO.

(4) – Voto do deputado Nelson Marchezan Júnior (PSDB/RS)

Para corresponder presidente (+) as expectativas dos meus eleitores dos brasileiros as expectativas de um Brasil melhor pra combater a corrupção pra que a gente possa olhar pra frente e ver um Brasil diferente e separar o que é legal do que é ilegal e pela nossa Constituição o MEU VOTO SÓ PODERIA SER E SERÁ SIM AO **IMPEACHMENT** DA PRESIDENTE DILMA.

Nos exemplos 3 e 4, os deputados expuseram seu voto (sim ou não) e justificaram o motivo de sua decisão. É válido lembrar que os deputados federais estavam reunidos na câmara dos deputados federais e eram chamados nominalmente pelo presidente da sessão plenária, Eduardo Cunha, para realizar seu voto. Nesse sentido, sabemos que os referentes que emergem pela primeira vez no texto são introduções referenciais. Dessa forma, para ilustrar a ocorrência do fenômeno destacamos os referentes ⁷<golpe> e <impeachment>, dos exemplos 3 e 4, respectivamente.

⁶ Observaremos, mais adiante, na seção de análise, que os três processos referenciais atuam na dinamicidade discursiva, tornando possível a coerência do texto em nosso *corpus*.

⁷ Utilizaremos os sinais < > todas as vezes que nos referirmos ao referente, e não a expressão anafórica.

O referente <golpe> (no exemplo 3) é introduzido no evento discursivo da votação a partir do voto do deputado federal Marcon (PT). No final da sua justificativa o deputado diz: “VOTO CONTRA O **GOLPE** MEU VOTO É NÃO”; ao dizer isso o deputado deixa explícita a sua decisão e permite inferir que a questão em julgamento é uma armação para afastar a ex-presidenta Dilma da presidência. Esses sentidos são engatilhados pela expressão referencial “o golpe” disposta no texto, de forma que a situação política do país permite ativar os sentidos de que o processo de impedimento foi aberto, mesmo sem a comprovação de existência de crime de responsabilidade.

É importante lembrar, que no contexto político de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, as dissensões em relação à legitimidade desse processo foram alargadas. Assim, para os apoiadores, o processo foi considerado *impeachment*, visto ser legítimo, sólido e considerado a solução ideal para a situação sócio-política do país. Em contrapartida, para os deputados que assumem posição contrária, trata-se de um golpe, dado a ilegitimidade do processo, posto que foi arquitetado por políticos que conspiravam para a queda do governo de Dilma.

Nesse sentido, ao introduzir o referente <golpe> o deputado votante, Marcon (PT), explicita a decisão que deseja evidenciar: ser contrário à abertura do impeachment, dada a ilegitimidade do processo. Compreendemos, dessa forma, que a introdução do referente direciona não apenas o posicionamento do locutor, como evidencia uma crítica ao processo e constrói uma imagem negativa da questão posta em votação.

No exemplo 4, a partir da votação em destaque observamos que o referente <*impeachment*>, é introduzido por meio da semiose verbal, de forma a demarcar o posicionamento favorável do deputado votante, Nelson Marchezan Júnior (PSDB), que, ao dizer: “o MEU VOTO SÓ PODERIA SER E SERÁ SIM AO **IMPEACHMENT** DA PRESIDENTE DILMA”, elucida sua decisão, bem como apoia a questão posta em votação.

Além disso, percebe-se que o posicionamento a favor é corroborado com a introdução referencial, já que o deputado entende o processo como legítimo, portanto, cria uma imagem positiva do processo e o defende como necessário para o Brasil, assim como para os brasileiros.

Dessa forma, a introdução referencial em destaque revela o caráter argumentativo na seleção do referente, visto que o deputado se utiliza da configuração do processo de *impeachment* para falar diretamente com seus eleitores, destacando que o processo seguia os postulados constitucionais, bem como visava ao combate à corrupção. Assim, o deputado pretendia atender às expectativas dos seus eleitores, os quais, se pode inferir pela situação contextual da votação, são apoiadores da direita, que almejavam o afastamento de Dilma

Rousseff da presidência do país. Essas compreensões são ativadas por meio do modo como o referente é disposto no texto, visto que o processo em votação poderia admitir ou não o impedimento da ex-presidenta, então, o deputado utiliza-se da expressão referencial “o impeachment”, que orienta o interlocutor a entender o seu posicionamento.

Nesse sentido, elegemos esses votos por considerarmos o início da votação e por verificarmos que os referentes em destaque ainda não tinham sido apresentados no evento comunicativo da votação⁸. As introduções referenciais observadas revelam que os sentidos de uma atividade discursiva são compreendidos por meio não só da seleção lexical, mas pela interpelação com base nos elementos sociocognitivos e contextuais. Assim, os deputados defendem sua tese quanto ao processo posto em votação e visam a ser coerentes com as expectativas do seu eleitorado, desse modo, a introdução referencial contribui para a homologação dos referentes. Além disso, tendo a função de “inserir no texto/discurso uma entidade nova” (Cavalcante, 2020, p. 61), esse referente será acionado não só pelas marcas cotextuais, mas também pelos conhecimentos em comum dos interlocutores, que se valem do contexto para efetivar a compreensão sobre o que está sendo votado.

Assim, os exemplos 3 e 4 evidenciam que a introdução referencial corresponde à estreia de um referente no texto que, neste contexto, é feita por meio de expressões linguísticas. No entanto, pesquisas recentes da LT, como a de Custódio Filho (2012) e a de Silva (2021), comprovam que as introduções referenciais também podem emergir por meio de outras semioses, como podemos observar no exemplo 5 a seguir.

(5) – Com licença STF



Fonte: Instagram. Disponível em:

https://www.instagram.com/p/B8bVhxHHkCi/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 05 dez. 2022.

⁸No capítulo 2, especificamente na subseção 2.2, serão discutidas as características do corpus que descrevem o evento da votação.

No exemplo 5, o meme extraído da dissertação de Silva (2021), permite observar a introdução do referente Flávio Bolsonaro através da semiose visual. No texto, o referente é homologado ao ser associado à figura de um jovem elegante, utilizando roupa casual, em tons claros, e usa adereços clássicos, como o relógio de pulso e o cinto, dessa forma, o referente é relacionado à figura de um “playboyzinho”, jovem mimado que costuma conseguir o que deseja (Silva, 2021). No meme, a imagem do senador Flávio Bolsonaro é relacionada à imagem do adolescente Lucky Luciano, um internauta conhecido por ter diversos problemas com a justiça, mas que passa uma impressão de luxo e nobreza em suas publicações nas redes sociais. Assim, a semiose visual possibilita inferir que Flávio Bolsonaro utilizava seu status social para interferir nas ações do Supremo Tribunal Federal (STF). A frase “com licença STF [...] vocês poderiam parar a investigação do meu amigo Queiroz?”, introduzida em caixa alta, colabora para a (re)construção do referente o senador, filho do então presidente, que agia de forma imatura, solicitando o arquivamento de uma investigação para não comprometer sua imagem, visto que seu ex-acessor Fabrício Queiroz, estava sendo investigado por desviar cerca de 2 milhões de reais para o senador.

O meme em análise, por meio da semiose visual, permite construir o efeito de sentido satírico quanto ao pedido do senador, já que ele buscava satisfazer sua própria vontade, em detrimento do que seria justo. Dessa forma, a introdução do referente possibilita evidenciar a crítica ao arquivamento do processo, visto de maneira negativa, já que o pedido do senador manipula a investigação judicial. Ademais, observamos que a introdução e a homologação do referente são construídas através da semiose visual, que aliada às expressões linguísticas contribuem para o efeito de sentidos do meme.

Nesse aspecto, ao reconhecerem este fenômeno como constitutivo da referenciação, Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) concebem a introdução referencial como mais um meio de estabelecimento da referência ao lado dos já reconhecidos processos de anáfora e dêixis.

De maneira oposta à introdução referencial, a anáfora refere-se ao “processo de retomada, que promove a continuidade referencial” (Cavalcante; Custódio Filho; Brito, 2014, p. 62). Dessa forma, a retomada que caracteriza esse processo referencial possui a “função” de confirmar o referente já introduzido ou de apresentar acréscimos de sentidos a ele, permitindo a evolução referencial. O processo de retomada anafórica pode acontecer de maneira direta, indireta ou encapsulada.

A anáfora direta ou correferencial refere-se à retomada de um referente já instaurado no texto. Marcuschi (2000, p. 219), ao discutir sobre a anáfora direta, destaca que há uma “relação de correferência entre o elemento anafórico e seu antecedente”. Assim, as retomadas anafóricas podem ser realizadas por expressões linguísticas, como os pronomes, os sintagmas nominais e as repetições lexicais, os quais retomam ou confirmam um mesmo referente, a fim de garantir a continuidade (Cavalcante, 2020). De modo diferente, a anáfora indireta caracteriza-se pela ancoragem de um novo referente no contexto, percebido de forma sociocognitiva. De acordo com Marcuschi (2000), a anáfora indireta se refere à ativação de um novo referente, que é motivado pelo universo textual. Ademais, as anáforas indiretas podem emergir “ancoradas em um antecedente ou em outros elementos contextuais” (Cavalcante, 2022, p. 295), visto que o processo de inferência possibilita partir de uma informação do texto e considerar os conhecimentos de mundo do interlocutor. Observemos esses processos no exemplo ⁹6 a seguir:

(6) Excerto do conto “O gato preto”

Notando o meu amor pelos **animais domésticos**, não perdia a oportunidade de arranjar as **espécies mais agradáveis de bichos**. Tínhamos *pássaros, peixes dourados, um cão, coelhos, um macaquinho e um gato*. Este último era *um animal extraordinariamente grande e belo, todo negro e de espantosa sagacidade*. (Poe, 1978, p. 40, grifos nossos).

Conforme observamos no exemplo 6, extraído do conto “O gato preto”, de Edgar Allan Poe, a expressão “**animais domésticos**” é retomada como “**espécies mais agradáveis de bichos**”, dessa forma, há a retomada específica de uma expressão no texto, o que denota a ocorrência da anáfora direta. Nesse exemplo, a progressão referencial permite agregar valores positivos ao referente e colabora com a construção de sentidos do texto. Ademais, além de confirmar o referente, o narrador, ancorando-se às informações já mencionadas, especifica os animais domésticos, por meio de hipônimos: “*pássaros, peixes dourados, um cão, coelhos, um macaquinho e um gato*”. Essas especificações podem ser definidas como anáforas indiretas, visto que os novos referentes são relacionados indiretamente às espécies domésticas e de animais agradáveis, contribuindo para a conotação positiva deles. Após essas caracterizações, há a ativação do referente “gato preto”, foco central do conto, que por meio da apresentação: “*um animal extraordinariamente grande e belo, todo negro e de espantosa sagacidade*”,

⁹ No exemplo destacamos em negrito as ocorrências de anáfora direta e em itálico as realizações de anáfora indireta.

projeta-se uma ideia positiva do personagem gato preto. Esses sentidos são acionados a partir dos conhecimentos de mundo dos interlocutores, que reconhecem as adjetivações, presentes no texto, como elogios que qualificam o personagem. Desse modo, as pistas textuais colaboram com a configuração de sentidos do referente.

Ademais, a anáfora também pode ocorrer por meio de encapsulamentos, se caracterizando pelo resumo de uma porção textual (Cavalcante, Custódio Filho e Brito, 2014). É importante destacar, que nos estudos atuais acerca da referenciação, o encapsulamento não é considerado outro tipo de anáfora. Embora, nos estudos clássicos, como em Koch (1998), a anáfora encapsuladora tenha sido classificada como anáfora indireta, posteriormente, Cavalcante (2011) já chamava a atenção para os traços tanto de anáfora direta quanto indireta que esse processo pode assumir. Assim, nos estudos mais recentes, conforme Cavalcante *et al.* (2022), o encapsulamento é considerado um processo que assume traços “de anáfora direta porque o encapsulamento retoma dados já predicados antes e que são resumidos numa forma de expressão; de indireta porque não se trata da retomada de um referente individualmente recuperado, tal como nos casos de correferencialidade” (Cavalcante, 2022, p. 296).

Vejamos o exemplo 7¹⁰:

(7) Excerto da reportagem: “Retomada das aulas presenciais acirra a violência nas escolas. O que fazer para superá-la?”

Aprendemos muita coisa coletivamente, individualmente, como sociedade, nesses dois anos. Desde questões mais subjetivas, emocionais, de como lidamos com o isolamento, com as perdas, a questões mais objetivas, do que é uma pandemia, uma vacina, o SUS [...]. Diferentemente se maiores ou menores, os estudantes aprenderam muito nesse período sobre pandemia, vida em sociedade, pobreza, desigualdade. Cabe às escolas resgatar **essas aprendizagens** e sistematizá-las. (Basilio, 2022).

O exemplo 7, extraído da reportagem “Retomada das aulas presenciais acirra a violência nas escolas. O que fazer para superá-la?”, publicada no site Carta Capital, apresenta o cenário atual do retorno às aulas presenciais. Neste fragmento observamos a presença de duas anáforas encapsuladoras, as quais permitem observar a condensação de ideias realizada por meio da expressão: “**essas aprendizagens**”, retoma as experiências vivenciadas pelos alunos, inferindo a importância de ampliar a visão acerca do aprendizado. Esse encapsulamento sintetiza a

¹⁰ A marcação em negrito, no exemplo, refere-se à ocorrência de anáfora encapsuladora.

concepção assumida pelo locutor, pois ele busca denotar que, embora os estudantes estivessem distantes do espaço físico escolar, outras vivências possibilitaram aprendizagens. Desse modo, as expressões encapsuladoras têm a função tanto de recuperar quanto de inserir outros referentes, permitindo a progressão do texto. Ademais, há a ocorrência da nominalização, pois “aprenderam” tornou-se “essas aprendizagens”, retornando o verbo enunciado anteriormente. Assim, para a construção de sentidos da reportagem, o encapsulamento atua como pista textual, que permite que o interlocutor acione os seus conhecimentos de mundo, assim, os aspectos sociocognitivos contribuem para que se entenda os prejuízos acarretados à educação no referido período.

Além disso, os referentes podem ser retomados por meio dos processos anafóricos, como também podem evoluir ou ser recategorizados. A recategorização é uma forma de (re)elaboração dos referentes, que acontece por meio de transformações por ele sofridas ao longo do texto (Cavalcante; Custódio Filho; Brito, 2014). Nos estudos clássicos, como em Koch (1998), a recategorização era considerada um fenômeno da anáfora direta, visto que se considerava necessária a presença de uma expressão para homologar as transformações do referente no cotexto. Com a ampliação dos estudos da referenciação, tem sido possível considerar que as recategorizações não decorrem apenas dos elementos cotextuais, pois os referentes podem ser reformulados por meio dos conhecimentos sociais e cognitivos compartilhados entre os sujeitos da interação, assim, as pistas sociocognitivas auxiliam na evocação de sentidos. Conforme Lima (2009), o processo de recategorização pode se dar a partir de ancoragens em modelos cognitivos.

No fragmento do voto a seguir, notamos a recategorização do referente <Governo da presidente Dilma Rousseff>, que é recuperado sociocognitivamente no voto do deputado federal Maurício Quintella Lessa (PR/Alagoas).

(8) – Voto do deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

Senhor presidente senhoras e senhores deputados... meus queridos... amigos do estado de alagoas... do litoral ao sertão do meu estado... quero dizer que quando esse processo começou... eu não tinha opinião formada...eu fui pra comissão especial... lá sentei ao lado do Jovair Arantes... do Rogério Russo Cabos Sampaio... de todos aqueles companheiros... ouvi com toda atenção os denunciante... dissequei a defesa... e fiz meu convencimento... e quero aqui dizer... companheiros que a presidente da república não cometeu um crime de responsabilidade... ela cometeu um ROL de crimes de responsabilidade... ela atentou contra o orçamento do país... ela atentou contra a competência do congresso nacional... ela atentou contra a própria democracia... mesmo mesmo o meu partido tendo uma orientação diferente... eu não podia liberar/liderar a minha bancada/a maioria da minha bancada pelo menos para **o precipício**... RENunciei

a liderança da minha bancada para chegar a esse momento aqui em PAZ com o meu travesseiro que é o melhor amigo da minha consciência... VOTO SIM pelo impeachment... VOTO SIM pelo afastamento da presidenta.

No exemplo 8, o deputado votante utiliza-se da expressão anafórica “**o precipício**”, para recategorizar o referente governo de Dilma Rousseff, que não aparece lexicalmente na votação, mas é recuperado pela *memória discursiva* (Koch, 2002) instaurada na interação em curso, bem como negociado com os sujeitos da interação que já conhecem sobre o que se fala, dada a introdução do termo em votações anteriores a essa, assim, há a recategorização do referente. Assim, ocorre a evolução desse objeto de discurso, o qual permite inferir a desordem do governo de Dilma, visto que esta anáfora indireta recategoriza de forma negativa a condução da ex-presidente na presidência do país, inferindo ser perigoso mantê-la no comando do governo.

Dando continuidade à discussão dos processos referenciais, o terceiro grande processo, a dêixis, tem a função de engajar o participante da comunicação na situação discursiva, utilizando-se do contexto para dar sentido às indicações de pessoas, espaço e tempo. Ademais, de acordo com Cavalcante (2020), os dêiticos tanto podem introduzir quanto retomar um elemento referencial e são caracterizados pela capacidade de conectar a expressão referencial, ao local e o tempo em que o enunciador se encontra. Os elementos dêiticos podem indicar “um referente que não se acha representado no cotexto, mas cuja imagem pode ser divisada no tempo/espaço real de fala, ou exige que o interlocutor pressuponha quem é o enunciador e quando ou onde ele se localiza” (Cavalcante, 2020, p. 129).

As expressões dêiticas podem ser lexicais e/ou gestuais e podem ser classificadas em seis tipos: pessoal, social, espacial, temporal, textual e memorial (Cavalcante, 2011). No livro *Referenciação – sobre coisas ditas e não ditas*, Cavalcante (2011) enfatiza as funções desses processos dêiticos, e na dissertação de Martins (2019), *A caracterização dos tipos de dêixis como processos referenciais*, a autora revisita conceitos clássicos a respeito dos tipos dêiticos, apresentando uma revisão acerca desse fenômeno. Assim, recorreremos às pesquisas dessas autoras, além de revisitarmos a proposta de Cavalcante (2020), para destacar breves explicações sobre os referidos tipos de dêixis.

Os *dêiticos pessoais*, de acordo com Cavalcante (2011), se referem aos participantes da comunicação e permitem identificar as pessoas do discurso, construindo, dessa forma, o reconhecimento dos referentes e contribuindo para a construção de sentidos do texto. No que corresponde aos *dêiticos sociais*, eles se caracterizam pelas expressões que denotam os diferentes papéis sociais, os quais permitem que o interlocutor atue com polidez e de forma

estratégica, pois, de acordo com Martins (2019), a depender do maior ou menor grau de formalidade da interação, bem como dos níveis de proximidade entre os participantes, há uma orientação social que conduz o modo como os participantes podem interagir. Além disso, os *dêiticos sociais*, também ajudam a preservar a face do locutor ou do interlocutor, deixando em ressalva a face positiva e ocultando a face negativa (Cavalcante; Custódio Filho; Brito, 2014).

Os *dêiticos espaciais*, conforme Cavalcante (2011), correspondem às marcas de localização, indicando um lugar situado em relação ao ponto de origem do locutor. Os advérbios ou as locuções adverbiais de lugar e os pronomes demonstrativos, geralmente, são utilizados como sinalizadores *dêiticos espaciais*, que auxiliam na identificação de um referente a partir do ponto de origem (Cavalcante, 2020). De modo semelhante, os *dêiticos temporais* se referem às sinalizações em relação ao ponto de origem do locutor, exigindo uma pressuposição do agora do locutor (Martins, 2019). Assim, os *dêiticos temporais* podem ser sinalizados por advérbios, locuções adverbiais ou expressões indicadoras de tempo.

Ademais, de acordo com Martins (2019), os *dêiticos textuais* podem ser considerados uma retomada anafórica, visto que têm a função de organizar o texto e facilitar a organização de referentes no cotexto. Esse tipo dêitico se caracteriza pela ordenação textual, que direciona o sentido linear da atividade comunicativa e engaja o interlocutor na compreensão do cotexto. Por fim, a *dêixis de memória*, de acordo com Martins (2019) refere-se à memória discursiva que as pistas cotextuais permitem acionar, considerando-se que locutor e interlocutor acionam conhecimentos compartilhados para recuperar um dado referente.

Nos exemplos 9 e 10¹¹ a seguir, apresentaremos as ocorrências de alguns tipos dêiticos utilizados nas votações.

(9) Voto do deputado Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)

Senhoras deputadas senhores deputados (+) É evidente que: a presidente da república não só cometeu crime:s como as pedaladas mas ela sobretudo menTIU ao país (+) mentiu ao paí:s quando prometeu uma coisa na campanha: e fez outra exata:mente ao contrário (+) o país está no fundo do poço (+) quebrado arreventado (+) sem crédito e desmoralizado (+) eu voto si:m pelo impeachment (+) [MAS quero] mas queRO presidente dizer do meu desconFORTO de ter **aqui** ((*aponta o dedo indicador em direção a Eduardo Cunha*)) uma pessoa como **vossa excelência** presidindo esta casa vossa excelência agra:va [cada] vez mais com **seu** (+) com seu [expediente aqui] no processo político brasileiro (+) macula (+) fica profundamente macULADO com a sua presença.

(10) Voto da deputada Luizianne Lins (PT/CE)

¹¹ Nos exemplos 9 e 10, as marcações em negrito referem-se às ocorrências de tipos dêiticos.

Pela juventude brasileira desse país pelas mulheres guerreiras pela população LGTB quilombola pelos trabalhadores do campo e da cidade pelas pessoas com deficiência nesse país por todos **aqueles e aquelas que hoje sonham pelo fim da corrupção**: e para que o **nosso** país continue a esperança vencendo o medo **meu** voto é NÃO:

No exemplo 9, o deputado votante Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE), além de utilizar-se de retomadas recategorizadoras para manutenção e progressão dos referentes <presidenta> (*ela sobretudo mentiu ao país [...] o país está no fundo do poço... quebrado arreventado... sem crédito e desmoralizado*) e <presidente> (*“uma pessoa como vossa excelência presidindo esta casa... vossa excelência agrava cada vez mais com seu expediente aqui no processo político brasileiro... macula... fica profundamente maculado com a sua presença”*), utilizou-se de elementos dêiticos referenciais por meio de advérbio e pronomes, além do gesto de *apontar* com o dedo o referente. Após apresentar sua decisão de voto, Jarbas Vasconcelos explana seu desconforto em ter Eduardo Cunha presidindo a votação, desse modo, o dêitico “aqui”, utilizado pelo deputado, indica não apenas o lugar físico onde a votação foi realizada, mas faz referência à situação da votação, visto que no contexto social o processo de *impeachment* salienta um marco de relevância política e histórica. O deputado também se utiliza do gesto “aponta o dedo indicador para Eduardo Cunha”, como modo de ativar/destacar esse referente, que é reelaborado como indigno para presidir aquela sessão de votação, pois, para o deputado, “com seu [expediente aqui] no processo político brasileiro (+) macula (+) fica profundamente macULADO com a sua presença”. O deputado votante reelabora a presença de Cunha como desagradável, atribuindo uma imagem negativa a esse referente.

Além disso, o pronome de tratamento “vossa excelência” e o pronome possessivo “seu”, foram utilizados para se referir formalmente ao deputado que preside a sessão de votação, bem como situar que ele estaria maculando o processo de impeachment em virtude do seu histórico de acusações no STF, investigações por crimes de corrupção e por abuso de autoridade. Assim, o deputado Jarbas Vasconcelos recorre ao contexto da votação para destacar a conduta incoerente do presidente da sessão, que não seria digno de assumir tal posição, visto seu comportamento enquanto parlamentar. Os dêiticos operam, dessa forma, como elementos essenciais para o estabelecimento de sentidos. No caso dessa votação, os dêiticos espaciais e pessoais explicitam o desconforto do deputado em ter Cunha como presidente da sessão, bem como evidenciam seu ponto de vista sobre o presidente da sessão.

No que se refere à exemplificação de outros tipos dêiticos, recorreremos ao exemplo 9, constituído pelo voto de Luizianne Lins (PT/CE). Neste exemplo, as introduções referenciais: “mulheres guerreiras”, “população LGTB”, “quilombola”, “trabalhadores”, “pessoas com

deficiência”, engatilham diferentes referentes, que relacionados ao contexto da votação rememoram a importância da permanência da presidente, justificando o voto da deputada. Ademais, para concluir seu voto, a deputada se utiliza do pronome possessivo *nosso* (“para que **nosso** país continue”), dêitico pessoal, que aproxima a deputada votante do seu eleitorado contrário à saída de Dilma Roussef da presidência, visto que seu governo poderia continuar contribuindo para a esperança destas categorias. Isso também é reforçado com o uso do pronome possessivo *meu* (“**meu** voto é não”), pois a ocorrência desse dêitico pessoal contribui para que a deputada ratifique sua decisão, reforçando a justificativa apresentada. Os dêiticos de memória, ancorados nos pronomes demonstrativos *aqueles* e *aquelas* (“**aqueles e aquelas** que hoje sonham pelo fim da corrupção”), expressos no exemplo, são pistas que indicam que os referentes já são conhecidos (<os líderes que anseiam e lutam pelo fim da corrupção>), permitindo, dessa forma, recuperá-los através dos conhecimentos compartilhados.

À vista do exposto, Martins (2019, p. 14) defende que “os tipos de dêixis cumprem função metadiscursiva, permitindo que o locutor se direcione ao interlocutor a fim de chamar a sua atenção, influenciá-lo ou torná-lo participante direto da atividade comunicativa, entre outros”.

No que concerne aos processos referenciais definidos nesta seção: a *introdução referencial*, a *anáfora* e a *dêixis*, procuramos evidenciar estes fenômenos textuais e explicar como funcionam no texto. Além desses processos, pensando na progressão referencial e no entrelaçamento de sentidos na construção dos referentes, os estudos da referenciação têm ampliado, emergindo a noção de redes referenciais, que será discutida na subseção seguinte.

1.3 A noção de redes referenciais

Ao se desenvolver sob a ótica da perspectiva sociocognitivo-discursiva da LT, nosso estudo concentra o olhar nos avanços dos estudos da referenciação, que provém dos trabalhos precursores de Ingedore Koch e Luiz Antônio Marcuschi, os quais já sinalizavam para a necessidade de levar em consideração as múltiplas semioses para o estudo do texto. Ademais, Marcuschi (2004), ao refletir sobre o papel do léxico no discurso, apontava para a necessidade de observar que “embora o léxico seja uma parte muito central em nossos discursos, ele é ao mesmo tempo muito vulnerável e incontrolável” (Marcuschi, 2004, p. 6). Assim, o autor já sinalizava a importância de discutir que o efeito de sentido estaria nas “relações e não nas entidades” (Marcuschi, 2004). Destarte, segundo o autor, os conhecimentos prévios e a

atividade discursiva são aspectos fundantes para o entrelaçamento de sentidos, que se constrói na relação intersubjetiva. Assim, para Marcuschi (2004):

[...] o conhecimento lexical se dá não na forma de uma *lista de itens* e sim na forma de uma *rede de relações*. E no interior dessa rede não há o isolamento e sim distribuição do conhecimento, pois o léxico é um todo em que os elementos se integram com a cultura e as ações ali praticadas. Essa distribuição do conhecimento é fundamental e essencial, pois sem isso, não haveria entendimento intersubjetivo. Portanto, pode-se defender que o léxico em funcionamento na língua é uma questão de conhecimento distribuído. (Marcuschi, 2004, p. 14).

Além disso, para Marcuschi (2004), a atividade discursiva acontece nas ações coletivas e não em uma atividade isolada do indivíduo, mas numa “rede social”. Dessa forma, o autor já apontava para a importância de compreender os referentes a partir de redes de significações (Marcuschi, 2004, p. 14). Essa percepção do autor já denotava a necessidade de observar as relações entre os referentes, porém, esse viés analítico ficou mais evidente com os estudos da segunda tendência da referenciação, que consideram os processos sociocognitivos no entrelaçamento dos referentes.

Embora na visão clássica¹², o referente fosse mais observado pelo viés das cadeias referenciais, privilegiando-se a identificação dos referentes centrada no linguístico e nas menções explícitas no texto, já era latente, nos estudos da primeira tendência da referenciação, a necessidade de estudar os entrelaçamentos constitutivos do texto, pois as relações sociocognitivas eram levadas em consideração para a (re)elaboração dos referentes, que se (re)construíam a partir da atividade discursiva, como já demonstravam as reflexões de Koch e Marcuschi (1998). Nesse sentido, os estudos mais recentes de pesquisas do grupo Protexto, sobretudo com o pontapé inicial na pesquisa de Matos (2018), através da abordagem das redes referenciais, propõe-se uma ampliação para os estudos da referenciação. Assim, a partir das diferentes composições textuais aliados ao contexto e aos conhecimentos partilhados sociocognitivamente, a proposta das redes referenciais emerge com o propósito de observar as diferentes pistas -contextuais, discursivas e multimodais (por meio de diferentes semioses, gestuais, sonoras, visuais, etc)- que contribuem para evolução referencial.

Nessa perspectiva, a fim de entendermos a (re)construção dos referentes para a construção argumentativa das votações orais, evocamos a noção de redes referenciais, postulada

¹² Referimo-nos à primeira tendência dos estudos da referenciação, que demonstravam análises mais centradas nas expressões referenciais, as quais, empreendidas pela descrição do cotexto, imprimiam uma análise mais clássica do fenômeno da referenciação.

por Matos (2018), que propõe a observação de fatores diversos, como os cognitivos, para a formação de sentidos de um referente. De acordo com Matos (2018, p. 248), as redes referenciais possibilitam “incomensuráveis probabilidades de relações entre os objetos de discurso a ocasionarem seus modos de continuidade (manutenção e progressão), em revelação da própria natureza mutável do referente em constante (re)processamento”. Assim, percebemos que há uma relação difusa entre os elementos do texto, pois a negociação entre os interlocutores e o contexto possibilitam gatilhos para a manutenção/progressão do referente, o qual pode ser ativado sociocognitivamente. Nesse sentido, conforme Matos (2020, p. 237):

As redes referenciais são definidas como entrelaçamentos de sentidos na construção dos referentes, os quais mantêm uma diversidade de relações entre si e que se adaptam, funcionalmente, aos modos de constituição dos textos. Dessa forma, tais redes são formadas por nódulos ativados pelo contexto, estabelecendo uma série de associações de várias naturezas, funcionando como links, ou modos de conexões entre os referentes, os quais são todos interligados na construção e manutenção da coerência.

O referente, por vezes, é ativado de forma implícita e transformado para atender os propósitos argumentativos do texto, por isso essas evoluções relacionam-se às recategorizações, que eclodem da construção interativa. Essa noção torna-se muito válida para os estudos do texto, porque nos permite levar em consideração a evolução dos referentes, que surgem, mantêm-se e evoluem a partir da interação, de forma entrelaçada com os fatores cognitivos e os conhecimentos em comum e sociopolíticos.

É importante ressaltar que, o entrelaçamento de um texto não está condicionado aos aspectos referenciais do cotexto, visto que o caráter maleável de (re)elaboração dos referentes perpassa o linguístico. De acordo com Matos (2018), embora as relações semânticas e gramaticais façam parte das análises, não são “fatores responsáveis pelas interconexões que fazemos entre os objetos no discurso” (Matos, 2018, p. 170). Assim, para a autora, o caráter evolutivo dos referentes deve ser examinado por meio dos aspectos sociocognitivos-discursivos, pois, além de expressões referenciais que apresentam os referentes, a atividade comunicativa é fundamental para o acréscimo e para a confirmação de informações, as quais são possibilitadas por pistas textuais que engatilham a ativação de conhecimentos sociais e cognitivos. Ademais, nessa abordagem analítica, a construção referencial é analisada a partir da atividade comunicativa, que permite observar a apresentação, manutenção e progressão dos referentes.

Neste trabalho, objetivamos demonstrar como a constituição das redes referenciais contribui para a argumentatividade das votações orais. Para tanto, apresentamos o exemplo a

seguir, com a votação do deputado federal Daniel Almeida (PCdoB/BA), para ilustrarmos as evidências desse processo.

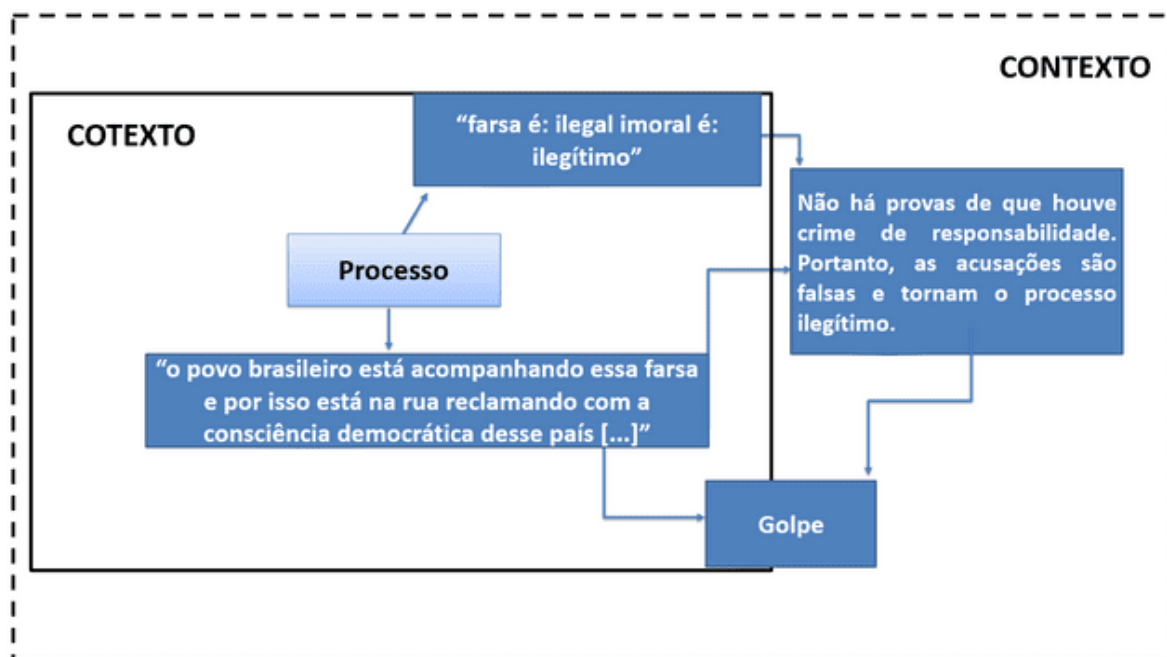
(11) Voto do deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA)

Esse processo está se constituído numa **farsa** é: **ilegal** **imoral** é: **ilegítimo**¹³ o povo brasileiro está acompanhando essa farsa e por isso está na rua reclamando com a consciência democrática desse país que não aceita GOLpe: (Fonte: *Corpus* da pesquisa).

Nessa votação, o deputado utiliza-se de recategorizações para justificar sua decisão quanto ao processo em votação. Assim, usou elementos do cotexto que deram pistas para a ativação de aspectos sociopolíticos, que contribuíram para a manutenção e progressão do referente evidenciado. Observamos que ao recorrer às expressões: farsa, ilegal, imoral e ilegítimo, o deputado pretendia retomar o referente “processo” e transformar os sentidos dessa introdução referencial. Além disso, para sustentar a sua posição de voto, o deputado também usa o termo “golpe”, o que atribui outra pista para inferência de sentidos acerca do referido processo.

Para melhor evidenciarmos a rede referencial construída pela integração desses elementos, estruturamos o esquema a seguir:

Esquema 1: Rede referencial do voto 11



Fonte: Elaboração própria, seguindo o esquema de Silva (2021).

¹³ As demarcações em negrito se referem às ocorrências do fenômeno da recategorização.

Organizamos esse esquema com base no modelo elaborado por Silva (2021). No esquema, o quadrado tracejado na parte externa representa o contexto e o quadrado menor com bordas contínuas representa o cotexto. Representamos, por meio do retângulo em azul-claro, o referente principal “processo”, que se liga cotextualmente às expressões do retângulo superior e aos termos linguísticos do retângulo inferior.

Assim, para atribuir visão negativa ao processo em questão, o deputado utiliza-se de recategorizações que permitem a evolução do referente principal, que é engatilhado pelas expressões referenciais “farsa é: ilegal imoral é: ilegítimo” destacadas no retângulo superior à esquerda, as quais possibilitam inferir a falta de legitimidade do processo de *impeachment*, pois as pistas cotextuais aliadas à situação social e política do evento discursivo, denotam que o processo correspondia a uma “farsa”, portanto, considerado “imoral e ilegítimo”, já que não existiam provas de que houve crime de responsabilidade cometido pela então presidenta. Assim, os parlamentares de esquerda defendem que houve o jogo político para derrubada do governo de Dilma, que estaria sendo ameaçado por opositores, visto que a maioria do Congresso brasileiro não mantinha alianças com o governo de Dilma. O uso do termo “ilegítimo” permite, ainda, acionar o entendimento de que as acusações atribuídas para destituir a presidenta são falsas e sem fundamentos, o que tornaria “imoral” a realização do processo, segundo o deputado.

Para fundamentar sua decisão de voto e sustentar sua percepção acerca do processo, o deputado refere-se ao processo como “golpe”, explicitando o silenciamento quanto ao poder de decisão do povo, já que a população foi às ruas protestar contra a abertura do *impeachment*, expondo, assim, a insatisfação quanto à impossibilidade de decidir democraticamente aquela situação. O termo “golpe”, além disso, embora esteja expresso no cotexto, permite que se mobilize, contextualmente, a posição do deputado votante, o qual não se utiliza da assertiva sim ou não para votar, mas recorre a termos como este para justificar seu ponto de vista quanto ao processo em questão. Dessa maneira, o referente <processo> é recategorizado como *golpe*, que é acionado por pistas linguísticas, ao mesmo tempo que é sustentado sociocognitivamente.

Percebemos que a rede referencial construída no entorno do referente <processo> é mobilizada por conhecimentos compartilhados entre os interlocutores, bem como através da situação discursiva em que se dá a votação do processo. Assim, os elementos expressos no cotexto ganham sentido quando relacionados ao contexto local da votação atrelado ao contexto sócio-histórico de abertura do processo de *impeachment*.

Essas mobilizações referenciais ressaltam a importância de entendermos os referentes como elementos intersubjetivos, que, de acordo com Matos (2018), se constroem por meio de negociações discursivas e sociocognitivas. A autora, ao se dedicar à análise do fenômeno na composição do gênero nota jornalística, ressalta que o encadeamento dos referentes obedece às funções retóricas do gênero. Assim, de acordo com a autora, as “âncoras entre os referentes podem ser múltiplas, de tal modo a fazer com que todos eles interajam dentro de um mesmo entorno discursivo, em prol da construção dos sentidos” (Matos, 2018, p. 247).

Ademais, a noção de redes referenciais como caminho analítico, inspira-nos a verificar como os textos orais que são compostos por diferentes semioses, atuam em consonância com o verbal para a produção de sentidos. Nessa perspectiva, percebemos que a proposta das redes referenciais amplia as possibilidades analíticas do texto, passando a considerar o caráter multimodal, além das interações languageiras para a argumentatividade dos textos. Para refletirmos acerca da abordagem multimodal nos estudos da referenciação, separamos o próximo tópico que apresentará nosso olhar diante do texto oral, que nos propomos estudar.

1.4 A multimodalidade no estudo da referenciação

Atualmente, os estudos da LT têm assumido novos desafios teóricos, em virtude da urgência em considerar os elementos não verbais nas análises do texto (conforme Bentes; Alves Filho; Ramos, 2010). Por isso, considerar a característica de multimodalidade nos textos implica em observar o processamento textual em textos multissemióticos (Ramos, 2012). Na pesquisa de Bentes; Alves Filho; Ramos (2010) *-Enfrentando desafios no campo de estudos do texto-* os autores ressaltam que o conceito de texto deve ser expandido para incluir a característica de multimodalidade. Além disso, refletem sobre a necessidade de desenvolver uma análise teórico-metodológica capaz de incorporar os elementos não-verbais como componentes essenciais do conceito de texto.

Assim, diversas pesquisas sobre a referenciação têm ressaltado a importância de estabelecer um diálogo entre a abordagem multimodal e o processo de referenciação (Ramos, 2012). Ademais, a referenciação, como temos evidenciado por meio de pesquisas profícuas de autores já mencionados nas subseções anteriores (Koch e Marcuschi, 1998; Marcuschi, 2001; Lima 2017, Cavalcante, Custódio Filho e Brito, 2014), não se restringe aos elementos linguísticos, pois as práticas referenciais podem ser de outras semioses, as quais se articulam no texto a fim de garantir a progressão textual. Esse olhar já estava sendo postulado na década de 90, com as pesquisas de Marcuschi e Koch, que se dedicavam ao estudo do texto enquanto

processo. Nessa perspectiva, o olhar da referenciação amplia o efeito de sentido de um texto, demonstrando a relação de interdependência entre o verbal e as múltiplas semioses para a construção da textualidade (Lima, 2017).

Ademais, nas pesquisas de Ramos (2012) e Ranieri (2015), os autores possibilitaram ampliar a reflexão sobre a referenciação em textos multimodais, ressaltando como as múltiplas semioses se relacionam na construção textual. Na pesquisa de Ramos (2012) *-Estratégias da referenciação em tiras cômicas multimodais-* o autor destacou a possibilidade de observar os processos referenciais no texto visual, mesclando a análise das tiras cômicas compostas por ilustrações, bem como as tiras verbo-visuais, salientando, assim, a abordagem da referenciação como um importante mecanismo para a análise de textos multimodais.

Nesse sentido, à luz da referenciação, Ranieri (2015, p. 29) defende que “a multimodalidade é um elemento constitutivo de nossas práticas sociais”. Em concordância com a autora, defendemos que o texto se constrói pela mescla entre o verbal e o não verbal, visto que há uma relação intrínseca entre a bagagem cultural, cognitiva, social, política e as múltiplas semioses, que sustentam a produção de sentidos. O estudo da multimodalidade não nasce das manifestações atuais do texto, pois essa característica sempre esteve presente nas manifestações da linguagem (Custódio Filho, 2011).

Assim, concordamos com a proposta de texto assumida por Ranieri (2015), a qual salienta que:

[...] o texto passa a ser visto, por nós, como uma entidade multimodal em que os sentidos emergem na articulação conjunta entre as múltiplas semioses. Não priorizamos aqui o verbal em detrimento do não verbal, mas cremos numa relação de atuação conjunta, tendo em vista a produção de sentido e o estabelecimento da coerência. Acreditamos que esse amálgama é constitutivo do texto em ambas as modalidades de realização da língua, seja escrita ou oral. (Ranieri, 2015, p. 1278).

Na composição textual não há uma sobreposição entre os recursos verbais ou não verbais, mas uma articulação onde “os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo” (Mondada; Dubois, 2003, p. 17). Desse modo, o texto se constrói na interação, por meio das diferentes semioses que são colocadas à disposição em uma atividade discursiva. Essa relação pode ser produzida de forma não linear, visto que os aspectos sociocognitivos guiam as (re)elaborações que se processam a partir das pistas elucidadas cotextualmente.

De acordo com Custódio Filho (2011, p. 176), é imprescindível abordar “a relação entre referenciação e multimodalidade, mas enfatizando o papel dos recursos multimodais como

ferramentas utilizadas pelo enunciador na concretização de seu projeto discursivo, para o que é necessário estabelecer certos caminhos de interpretação dos referentes”. Conforme Ranieri (2015), os recursos multimodais sempre fizeram parte das atividades comunicativas. Embora as pesquisas a respeito da multimodalidade tenham se relacionado aos recursos tecnológicos, a prática da conversação sempre foi permeada por manifestações multimodais.

Nesse sentido, para Mondada (2005), é fundamental levar em consideração as práticas multimodais na construção da referenciação. De acordo com a autora, os gestos, o olhar, as entonações vocais e as movimentações espaciais se inter-relacionam com a atividade linguageira, por isso não podemos negligenciar esses elementos, já que são imprescindíveis para a (re)elaboração dos referentes. Por isso, acreditamos que os gestos, as expressões faciais e as entonações de vozes no gênero oral, por exemplo, são recursos utilizados pelos sujeitos para se situar e efetivar o seu propósito argumentativo. Nesse sentido, os gestos e as entonações não são elementos secundários na interação, pois atuam como processos referenciais fundantes na produção de sentidos. Na pesquisa de Ranieri (2015), a autora debruçou-se sobre o estudo da gestualidade como elemento intrínseco à construção da referenciação, como Mondada (2005) já buscava elucidar.

O olhar reflexivo desta abordagem emerge a partir da acepção de que “as estratégias textual-discursivas não se manifestam apenas no plano da estruturação dos itens linguísticos” (Custódio Filho, 2011, p. 80). Compreendemos assim, que a constituição dos referentes se deve a elementos de diferentes naturezas, que podem ser apresentados no cotexto e engatilhar a compreensão por meio do contexto. As diferentes semioses contribuem para a (re)elaboração dos referentes, visto que a colaboração e o processamento multimodal são imprescindíveis para o funcionamento textual. Percebemos, desse modo, que a crítica de Custódio Filho (2011) às análises centradas no verbal, nos estudos da LT, correspondem à necessidade de investigar o processamento textual por meio de aspectos multissemióticos.

Custódio Filho (2011), em seu trabalho de tese, ao observar o fenômeno da referenciação em um conto e em episódios de seriado de televisão se utiliza do texto verbal, mas também imagético, utilizando, assim, textos que se constroem por múltiplas semioses e possibilitam compreender que a produção de sentidos se dá além das manifestações linguísticas. É nesse sentido que Silva (2021) propõe sua investigação a partir de memes, nos quais o imagético e o verbal se correlacionam por meio dos critérios referenciais, além de contribuírem para a progressão textual.

Na tese de Ranieri (2015, p. 142), a autora discorre “que a linguagem é uma prática multimodal e que as atividades referenciais também são regidas por uma articulação multimodal

em que os diversos modos de comunicação se engrenam em prol da construção de sentidos”. Assim, de acordo com Dionísio (2007), compreendemos que em contextos de interação face a face os recursos multimodais são intrínsecos à comunicação, pois os movimentos corporais, as vestimentas e os acessórios, o som e/ou a ausência dele (o silêncio) são elementos fundamentais para a organização textual. Além disso, acreditamos que esses elementos funcionam como recursos referenciais responsáveis pela introdução, reelaboração e progressão do referente.

Nessa conjectura, por acreditarmos que na conversação os elementos multimodais podem contribuir para a construção de sentidos, nos dedicamos a observar a contribuição desses elementos para a argumentatividade do gênero votação oral, uma vez que podem ser utilizados com fins persuasivos. Assim, na próxima seção nos dedicaremos à compreensão do traço argumentativo nos textos.

2 Argumentação e gênero votação oral

Nesta seção, nos dedicamos a refletir sobre o processo argumentativo, constitutivo do texto. Para analisar a estrutura argumentativa dos textos, segundo Cavalcante (2016), dentre as diversas abordagens teóricas que a LT tem se dedicado, a proposta de Ruth Amossy é a que mais dialoga com os princípios seguidos pela LT na atualidade. Ademais, na contemporaneidade, os estudos do grupo PROTEXTO e as pesquisas de Amossy (2018), nos permitem compreender a argumentação como aspecto integrante para o funcionamento do texto. Nesse sentido, nos dedicamos na subseção 2.1 a abordar o processo argumentativo, ressaltando que entendemos a argumentação como “constitutiva do discurso, mas é no texto que ela se expressa” (Cavalcante, 2016, p. 122). Na subseção 2.2, apresentamos uma breve reflexão sobre os estudos dos gêneros orais, que auxiliam na definição do gênero votação oral de esfera política.

2.1 O processo argumentativo

Segundo Cavalcante *et alii* (2020), o princípio da argumentatividade adquire relevância na construção da textualidade, uma vez que desempenha um papel fundamental na elaboração de significados e no poder persuasivo. Além disso, de acordo com Cavalcante (2019), nos estudos da LT, sustentamos que todo texto é guiado por uma dimensão argumentativa, tanto na perspectiva da interação quanto da produção textual. Por isso, “independente da sequência composicional pela qual um texto se estrutura, haverá sempre argumentatividade em todos eles” (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 97). Assim, nesta seção discorreremos a respeito da abordagem textual de análise da argumentação para a compreensão da referenciação como categoria textual que contribui para a argumentatividade no texto.

Nos estudos da LT adotamos a premissa de que a argumentação é um elemento essencial dos discursos e está presente na composição dos textos. Com as pesquisas de Amossy (2018), a autora retoma e adapta diferentes conceitos da retórica (antiga e nova), buscando evidenciar a visão da argumentação no discurso, bem como reforça a visão desta como uma forma de influenciar o outro, por isso podemos assumir o pressuposto de que “só argumentamos por meio de gêneros” (Cavalcante, 2019, p. 320).

Partindo desse pressuposto, segundo Cavalcante *et al.* (2022), entender que todo texto tem caráter argumentativo implica considerar que:

- Em todo enunciado, há **pontos de vista** relacionáveis a diferentes enunciadores;
- Tais pontos de vista são gerenciados por um locutor/enunciador principal, que escolhe, **intencionalmente**, como expressar e marcar a voz dos enunciadores, ao **tentar influenciar** o interlocutor e, às vezes, o terceiro;
- Essas tentativas de influência são **estratégicas**, na medida em que fazem parte do projeto de dizer do locutor, que supõe (porque necessita supor) ter controle sobre suas escolhas;
- Algumas formas de textualização, como a **sequência textual argumentativa**, explicitam o ponto de vista central que será defendido com base em um esquema de raciocínio; esse ponto de vista aparecerá, nesta situação, como a opinião central de um enunciador;
- Outras formas de sequência textual (a narrativa, a explicativa, a descritiva e a dialogal), ainda que não cumpram uma macrofunção de demonstrar argumentos em prol de uma opinião central, não deixam de supor uma **orientação argumentativa**, na medida em que também ajudarão o locutor/enunciador a gerenciar pontos de vista. (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 98, grifos dos autores).

Assim, os critérios analíticos da LT permitem identificar as intenções principais do locutor ao construir o seu texto, negociando-o com os possíveis interlocutores (em seus respectivos papéis sociais), visando a alcançar os seus objetivos. Além disso, para Cavalcante *et al.* (2022), as diferentes estratégias de textualização podem revelar processos diversos para a elaboração dos sentidos do texto, visto que, embora os participantes da interação respeitem as coerções sociais e discursivas, agem intencionalmente e têm liberdade para exercer impacto sobre o interlocutor.

Ademais, as estratégias argumentativas utilizadas por um locutor também são influenciadas por aspectos sociais, pelo contexto, pelo ambiente, pelas crenças, pelos objetivos etc., pois cada locutor é interpelado por fatores sociais e situacionais (Cavalcante e Martins, 2020). Assim, ao considerarmos que o ato de argumentar constitui:

[...] uma espécie de operação que visa fazer com que o ouvinte não apenas se inteire da imagem que o locutor faz do referente, mas principalmente que o ouvinte aceite essa imagem. Sob esse aspecto, esse ato não se confunde com o ato de informar, na medida em que interessa ao seu agente mais o engajamento do ouvinte em relação à sua imagem sobre o referente do que a transmissão de determinada mensagem. Nesse particular, a informação veiculada a partir de um ato de argumentação está sujeita a ser alterada pelo próprio interessado que envolve esse mesmo ato. (Osakabe, 1999, p. 93-94)

Isso significa que, quando interagimos, independentemente do gênero textual que selecionamos, tentamos introduzir, em nossos enunciados, certa força argumentativa, ou seja, procuramos guiar a compreensão de nosso interlocutor no sentido de determinadas conclusões. “Os discursos não informam simplesmente, pois toda e qualquer informação se acha veiculada por um locutor interessado, e mais, esse locutor interessado se dilui no quadro geral das condições que o determinam” (Osakabe, 1999, p. 95). Além disso, ressaltamos que os

conhecimentos sociocognitivos motivam a construção estratégica de um locutor, visto que as experiências cognitivas partilhadas influenciam na produção e recepção dos textos.

Ademais, na perspectiva retórico-discursiva de Amossy (2018), na abordagem da Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), a autora ressalta que todo discurso é marcado por uma dimensão argumentativa. Dessa forma, adaptando esse conceito para os estudos do texto, Cavalcante *et al.* (2022) ressaltam que todo texto consiste em uma dimensão argumentativa, visto que os diferentes recursos linguístico-textuais indicam diversos pontos de vista, que se evidenciam de forma negociada no texto, não com o objetivo de persuadir, mas para melhor construir o seu ponto de vista. A respeito disso, Cavalcante *et al.* (2022, p. 102) dizem que:

A argumentatividade não aparece apenas em textos organizados estruturalmente para a explicitação de uma tese e dos dados que a amparam, porque variados mecanismos linguísticos-textuais ajudam a sinalizar para pontos de vista. A proposta da linguística textual sustentada pelo grupo Protexito é que **a argumentatividade possa ser evidenciada por critérios textuais**, como a construção referencial, o uso de intertextualidades, a organização tópica, a articulação das sequências textuais, as marcas de heterogeneidades enunciativas, as estratégias de impolidez, e o que mais se associe a tais critérios.

Compreendemos, desse modo, que a depender do gênero textual, do ambiente que o rodeia, do propósito comunicativo do locutor etc., há modos diferentes de argumentatividade. Por isso, as decisões que o locutor toma no texto mostram que ele está articulando, os referentes com a intencionalidade de alcançar um propósito argumentativo. Há textos, por outro lado, que são estruturados a partir da elaboração de uma tese, que propõe gerar no outro um convencimento. Estes textos, naturalmente, têm o objetivo de persuadir o interlocutor. Nesse sentido, as noções de dimensão e visada argumentativa propostas por Amossy (2018) se interrelacionam em “um continuum de argumentatividade” (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 108), o qual é essencial para a compreensão do funcionamento argumentativo dos textos.

É válido ressaltar, que para Amossy (2017), os valores argumentativos se manifestam por meio de diferentes estratégias utilizadas pelo locutor na construção do texto. Nesse viés, Cavalcante (2019) reforça que é essencial considerar as dinâmicas sociais em que os gêneros se inserem, bem como as diferentes estratégias verbais e não verbais utilizadas pelo locutor para exercer alguma forma de influência sobre o receptor e sobre outros indivíduos, ainda que não seja possível controlar completamente as reações resultantes.

Assim, o processo argumentativo não é analisado apenas no nível da sequência composicional do texto, uma vez que há vários outros procedimentos utilizados pelo locutor e que são analisados sob o viés das pesquisas realizadas na LT, como as pesquisas de Macedo

(2018), Cavalcante (2016, 2019), tendo em vista que se considera imprescindível para a análise do processo argumentativo no texto:

[...] a escolha dos processos referenciais e das formas de indicá-los no cotexto, as tessituras das redes referenciais, a heterogeneidade sequencial, os apelos intertextuais (como a citação da frase feita parodiada), as marcas de não coincidência do dizer e as conotações autonímicas, a seleção e a hierarquização subtópica, as formas de raciocínio como argumentos, as técnicas argumentativas, dentre outras. Estes todos são parâmetros importantes da dimensão linguístico-textual (sempre em estreita ligação com a dimensão contextual) que devem ser contemplados nos estudos argumentativos. (Cavalcante, 2019, p. 332).

Levar em consideração esses aspectos se torna tarefa essencial, visto que nas pesquisas da LT, supõe-se que há uma “intencionalidade do locutor como agente social, que tem ciência de seu poder para agir sobre o outro” (Cavalcante, 2016, p. 115). Ademais, de acordo com a autora, os interlocutores se influenciam nas interações, utilizando-se de “inúmeros recursos (que eu diria não só verbais, mas multissemióticos), micro e macroestruturais são acionados e negociados em termos de logos, de ethos e de pathos para a elaboração dos sentidos que atendam aos projetos de dizer do locutor” (Cavalcante, 2016, p. 118). Assim, a perspectiva da LT considera as relações dialógicas e as motivações argumentativas como essenciais na composição de qualquer texto.

Ademais, na interação face a face, cada texto tem seu modo particular de argumentar, pois, a depender dos padrões discursivos de um gênero, o locutor realiza investimentos argumentativos diversos, a fim de marcar mais ou menos explicitamente um ponto de vista (Cavalcante *et alii.*, 2020).

Diante disso, conforme Cavalcante *et alii.* (2020) as categorias da textualidade mobilizam o processo argumentativo, de forma que os textos são elaborados estrategicamente a partir da intencionalidade do locutor, bem como do contexto do evento comunicativo. Assim, na próxima subseção discutiremos a respeito do gênero votação oral de esfera política, a fim de compreendermos as características que estruturam esse gênero.

2.2 O gênero votação oral de esfera política

O gênero votação oral de esfera política apresenta recentes definições que permitem classificá-lo como um gênero textual-discursivo¹⁴, pois possui características estruturais e

¹⁴ Por considerarmos que nosso objeto de análise nasce da prática social/discursiva e pode ser analisado à luz do texto, para nos referirmos ao gênero em estudo, elegemos “gênero textual-discursivo”. No entanto, seguindo a ótica de Marchuschi (2008), adotaremos a posição de que “as expressões ‘gênero textual’, ‘gênero discursivo’ ou ‘gênero do discurso’, podem ser usadas intercambiavelmente” (p. 154).

funcionais que admitem essa afirmação (Santos, 2020). Embora reconheçamos que a definição de gêneros orais não é de simples conceituação, recorremos aos pressupostos de Travaglia *et al.* (2017) que estabelecem critérios para o reconhecimento deste, bem como observamos os parâmetros que constituem a caracterização de um gênero, o que nos permite ressaltar as características que compõem o gênero votação oral (Travaglia, 2007). Dessa forma, também nos respaldamos nos estudos de Marcuschi (2008), para destacar os aspectos organizacionais do gênero em estudo.

É válido ressaltar, de acordo com Bakhtin ([1992] (2011), o gênero é caracterizado como “tipos de enunciados relativamente estáveis” produzidos pelas diferentes esferas de utilização da língua. Para o autor, há três elementos fundamentais que delineiam um gênero: o tema, o estilo e a forma composicional. Assim, para realizar uma ação por meio da linguagem, há um acordo prévio, ordenado pela vivência das situações comunicativas, que direciona o que é ou não aceitável em uma determinada prática social. Ademais, conforme Bakhtin (2011), podemos compreender a oralidade como fator constituinte de diferentes gêneros, necessária para a dimensão discursiva e essencial para que uma prática social se concretize por meio de um dado gênero.

Nesse viés, a proposta dos autores alemães Koch e Oesterreicher (1985) sobre a dicotomia da oralidade e escrita serviu como contribuição para a análise dos gêneros orais no Brasil (Hilgert, 2020). A princípio, os autores apresentavam uma visão restrita sobre a distinção entre os textos orais ou escritos, pois se dedicavam à observação dos aspectos fônicos, para a fala, e, dos elementos gráficos, para a escrita. No entanto, essa proposta recebeu diversas críticas de estudiosos da linguística, que contribuíram para as reformulações desse conceito. Assim, com o avançar das pesquisas, Koch e Oesterreicher (1985) perceberam a simplificação da proposta e incorporaram a noção de concepção (condições de produção) e meio (recepção, aspecto medial, gráfico e fônico). De acordo com Hilgert (2020), a ideia de oralidade e escrita adotada pelos autores pode ser entendida como o uso da língua no decurso das atividades humanas, visto que o contexto de interação orienta o uso dos gêneros da atividade discursiva.

Nesse sentido, para Koch e Oesterreicher (1985), os gêneros textuais são distribuídos em dois pólos de um *continuum*: “da oralidade conceptual prototípica (uma conversa, por exemplo) ao pólo da escrita conceptual (o texto de uma lei, por exemplo)” (Hilgert, 2020, p. 23). Desse modo, os autores caracterizam a oralidade como a linguagem da proximidade, enquanto a escrita é considerada a linguagem do distanciamento. Na última publicação dos autores, de 2016, eles estabelecem uma caracterização a respeito dos aspectos que permitem identificar um gênero como essencialmente oral ou escrito. Koch e Oesterreicher (2016)

sugerem duas classificações: a) as condições de comunicação; e b) as estratégias de verbalização. A fim de melhor apresentar as classificações, os autores elaboraram um esquema com uma lista de características que permitem identificar um gênero como conceptual, oral ou escrito.

QUADRO 1 – Características da oralidade conceptual e da escrita conceptual

Oralidade conceptual/Linguagem da proximidade	Escrita conceptual/Linguagem do distanciamento
Condições de comunicação - privacidade - familiaridade - emocionalidade - envolvimento situacional e interacional - referencialidade mútua - proximidade física - cooperação mútua intensa - caráter dialogal - espontaneidade comunicativa - livre desenvolvimento temático -etc.	Condições de comunicação - caráter público - distanciamento - racionalidade - ausência de envolvimento situacional e interacional - ausência de referencialidade mútua - distância física - ausência de cooperação mútua - caráter monologal - formalidade comunicativa - desenvolvimento temático planejado - etc.
Estratégias de verbalização - preferência por contextos não linguísticos e por gestos, mímica, etc - menor exigência de planejamento - provisoriidade - etc.	Estratégias de verbalização - preferência por contextos linguísticos - grande exigência de planejamento - caráter definitivo - etc.

Fonte: Koch e Oesterreicher (2016, p. 26).

As caracterizações são atreladas, neste quadro conceitual, às condições de produções, bem como marcadas pelo propósito de informalidade ou formalidade, denotando diferenciações entre as composições de cada uma. Embora, Koch e Oesterreicher (2016) tenham buscado atualizar os seus conceitos, a caracterização elaborada pelos autores recebeu diversas críticas (Hilgert, 2020), visto que eles continuaram dando atenção às expressões linguísticas e ao caráter conceitual, observando a natureza (oral ou escrita) em que o texto foi elaborado, negligenciando, assim, as atividades sociais que condicionam as atividades comunicativas. Dessa maneira, por sugerir uma percepção dicotômica da oralidade e da escrita, a visão dos autores foi considerada fragilizada, ainda mais quando, estudiosos como Marcuschi (2000) se dedicaram a ressaltar que os gêneros orais e os escritos se complementam, por isso, as características de oralidade e escrita não podem ser vistas isoladamente.

Nessa perspectiva, Marcuschi (2008), ao analisar a relação da oralidade e da escrita, ressalta que há uma relação sistêmica no escopo dos gêneros textuais, visto que podem

apresentar traços comuns em sua materialidade, ou seja, passam a ser analisados por uma visão contínua, que observa os possíveis entrecruzamentos das características de ambos. Ademais, desde as primeiras publicações de Marcuschi, o autor se dedicou ao estudo dos gêneros orais e escritos, sob a ótica do *continuum* tipológico, respeitando as particularidades de cada modalidade, tratando, assim, a oralidade e a escrita em um mesmo nível. Considerando a visão sociointeracionista assumida pelo autor, em sua obra “*Da Fala para a Escrita*” (2010 [2000]), ele defende que a escrita e a fala possuem características específicas, mas não são opostas nem dicotômicas.

Para o autor, a escrita não é uma simples representação da fala, visto que há na escrita muito mais elementos que os sinais gráficos (Marcuschi, 2010), e também não se reduz a um avanço tecnológico para registrar os aspectos históricos. Assim como, a oralidade não se limita ao som, ainda que este seja uma condição necessária para a fala acontecer, não é o suficiente. Marcuschi (2010) já buscava evidenciar que tanto a modalidade oral quanto a escrita possuem o mesmo sistema linguístico, porém, correspondem a condições específicas de produção.

Arelado a isso, Marcuschi (2008) reconhece que cada prática social exige uma determinada configuração, o que representa que as práticas discursivas se realizam através dos gêneros textuais. Nesse sentido, os gêneros são construções interativas, flexíveis às organizações sociais, por isso são “entidades dinâmicas”, que segundo Marcuschi (2008, p. 155) “são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e socialmente situadas”. Nessa vertente de pensamento, a instância discursiva direciona as práticas que identificam o conjunto de gêneros pertinentes às situações comunicativas. Dessa forma, entendemos como domínio discursivo:

[...] uma esfera da vida social ou institucional (religiosa, jurídica, jornalística, pedagógica, **política**, industrial, militar, familiar, lúdica etc.) na qual se dão práticas que organizam formas de comunicação e respectivas estratégias de compreensão. Assim, os domínios discursivos produzem modelos de ação comunicativa que se estabilizam e se transmitem de geração para geração com propósitos e efeitos definidos e claros. Além disso, acarretam formas de ação, reflexão e avaliação social que determinam formatos textuais que em última instância desembocam na estabilização de gêneros textuais. E eles também organizam as relações de poder. (Marcuschi, 2008, p. 194, grifo nosso).

Assim, os domínios discursivos norteiam os comportamentos, por isso, a maneira de se expressar em uma praia não deve ser a mesma que em uma assembleia. Dessa forma, o uso dos gêneros corresponde ao uso da língua em atividades humanas, que são ordenados a partir dos contextos e das situações de comunicação. Sob essa ótica, Marcuschi (2008) também reflete a respeito das realizações linguísticas mais ou menos formais nas atividades cotidianas. Dessa

forma, na organização da sociedade, a escrita tem um papel central nas tarefas que envolvem o comércio, a indústria e a produção do conhecimento, devido à possibilidade de revisão e reescrita (Marcuschi, 2008). Compreendemos, dessa forma, a relevância da escrita na sociedade atual, dadas as finalidades comunicativas (informação, registro no tempo, etc.), porém, concordamos com Marcuschi (2010) que defende que não deve existir uma supervalorização desta, visto que a oralidade e a escrita são práticas sociais que permitem a construção de textos coerentes, utilizadas para fins comunicativos específicos.

Além disso, Hilgert (2020) enfatiza que um texto conversacional se caracteriza por ser um processo, e não um produto, ou seja, o texto falado constitui o ato de produção. Nessa perspectiva, de acordo com Dolz e Schneuwly (*apud* Marcuschi, 2008), os gêneros se acham sempre ancorados em alguma situação concreta, particularmente os orais. Desse modo, os autores julgam plausível partir de situações claras para trabalhar a oralidade.

É imprescindível destacar que Travaglia *et al.* (2017) estabelecem dois critérios básicos para o reconhecimento de um gênero oral, a saber: é necessário que ele tenha a voz humana como suporte de realização e seja produzido para ser realizado oralmente. Conforme Hilgert (2020), “não é uma simples oralização (uma leitura, por exemplo) de um texto produzido para ter divulgação escrita que lhe conferirá caráter de oralidade”. A respeito disso, Travaglia (2007) propõe que um gênero pode ser categorizado a partir de alguns parâmetros, tais como:

- a) o conteúdo temático;
- b) a estrutura composicional;
- c) os objetivos e funções sociocomunicativas da categoria;
- d) as características da superfície lingüística (*sic*) (o que Bakhtin chamou de estilo), geralmente em correlação com outros parâmetros;
- e) elementos que podem ser atribuídos às condições de produção da categoria de texto, inclusive as esferas de atividade humana ou esferas sociais ou comunidades discursivas. (Travaglia *et al.*, 2017, p. 21-22).

Assim, por entender que os gêneros exercem função comunicativa específica, a sua caracterização contribui para o reconhecimento dos gêneros existentes na sociedade e para a compreensão das composições textuais. Nesse viés, Travaglia *et al.* (2017) refletem que elementos da língua oral, (entonação, repetição, pausas, etc.) bem como multimodais (gestos, expressões faciais, postura corporal e etc.) conferem critérios para a composição de um gênero oral. Os autores também reafirmam que a voz é o suporte para os gêneros orais. Nesse sentido, Travaglia *et al.* (2017) recordam que para a análise do gênero oral recorre-se à transcrição, a qual, em geral, contempla os elementos verbais, descrevendo as repetições, os momentos de pausas, demarcando a entonação, etc.

No Brasil, desde a década de 90, Marcuschi (2001 [1996]), em sua obra *Análise da Conversação*, desenvolveu normas de transcrição que permitem registrar os aspectos linguísticos de uma interação. Neste período, os estudos conversacionais foram bastante frutíferos e possibilitaram caminhos para a análise dos textos orais. Assim, Marcuschi (2001 [1996], p. 6) buscava evidenciar que a conversação “não é um fenômeno anárquico e aleatório, mas altamente organizado e por isso mesmo plausível de ser estudado com rigor científico”. Por isso, defendemos que a votação oral de esfera política, “se trata de um evento comunicativo organizado, já que a oralidade pode ser estudada tal como a escrita porque dispõe de elementos organizacionais tanto quanto a escrita” (Piancó, 2021). No entanto, ao perceber a necessidade de contemplar os elementos paralinguísticos¹⁵ na análise dos gêneros orais, as pesquisas do Grupo de Pesquisa sobre Texto e Discurso (PETEDI), coordenado por Luiz Carlos Travaglia, refletem sobre a necessidade de sempre ouvir e/ou assistir ao material gravado para decidir sobre os elementos a serem levados em consideração em uma transcrição.

Marcuschi (2001), ao definir as características de uma conversação destaca que “toda conversação é sempre situada em alguma circunstância ou contexto em que os participantes estão engajados”. Com base nisso, entendemos que o gênero votação oral, enquanto prática comunicativa, social e discursiva, é definido como gênero. Conforme Travaglia (2021, p. 1), “uma

votação oral

de esfera política pode ser considerada como um gênero, caracterizado pelo ato de fala: votação, constituído por advérbios de afirmação (por exemplo, o sim) ou de negação (por exemplo, o não) e justificativas”. No que se refere ao gênero votação oral de esfera política, em estudo, o autor nos ajuda a compreender que se trata de um gênero que tem a função de decidir favorável ou não acerca de questões postas em julgamento. Por isso, enquadra-se na tipologia argumentativa, onde os parlamentares declaram o voto e, em geral, o justificam. Além disso, podemos considerar que, geralmente, se realiza em assembleias legislativas, nas sessões de votação na câmara dos deputados, dos senadores, vereadores, etc. e têm como produtores os parlamentares (Travaglia, 2021).

Em conformidade com o exposto, Santos (2020, p. 68) destaca que “o gênero discursivo votação oral pertence à área social de domínio político, que consiste, normalmente, na articulação decisiva de um orador, que assume um *ethos* com a função de proceder,

¹⁵ Os elementos como o tom de voz, o ritmo da fala, o volume de voz e as pausas, além dos comentários realizados acerca das expressões linguísticas que geram dúvidas, são elementos a que se dá atenção nas normas de transcrição propostas pelo PETEDI.

decididamente, com uma assertiva ou não, à escolha de uma ação posta em julgamento”. Dessa forma, Santos (2020) também ressalta que as ações retóricas são influenciadas não apenas pelas intenções, mas também pelas circunstâncias discursivas, que são fundamentais para a existência do gênero, e por isso estimulam determinados comportamentos.

Ademais, de acordo com Osakabe (1999), um discurso político é dotado de estratégias para não apenas informar o ouvinte sobre a perspectiva do locutor, mas também para persuadi-lo a concordar com essa visão. Nesse sentido, durante uma votação oral, a intenção principal do político votante é envolver o ouvinte na sua justificativa do julgamento em questão. Conforme Charaudeau (2018), o discurso político é um espaço de jogo de máscaras, pois cada palavra expressa uma estratégia do locutor. Ademais, de acordo com Charaudeau (2018), toda e qualquer conversação realizada por um político será considerado discurso político, devido à capacidade persuasiva e o potencial para convencer uma comunidade.

Nesse sentido, para Chauradeau (2018, p. 84, grifos do autor):

O político, em sua singularidade, fala para todos como portador de valores transcendentais: ele é a voz de todos na sua voz, ao mesmo tempo em que se dirige a todos como se fosse apenas um porta-voz de um *Terceiro*, enunciador de um ideal social.

Os políticos organizam estratégias discursivas, desde as escolhas linguísticas às ações físicas, gestuais e ao uso de vestimentas e acessórios no momento da interação, com o intuito de influenciar na formação de opinião de um público, bem como de persuadir aqueles que compartilham dos mesmos valores.

No discurso político há muitas estratégias, como a persuasão, e a manipulação do público, mas neste trabalho compreendemos que as circunstâncias de produção, a influência do outro e o contexto social, histórico e político interferem diretamente na construção comunicativa, por isso, uma interação se inicia a partir de expectativas mútuas. Dessa maneira, na próxima seção, nos dedicamos a apresentar a metodologia, que descreve o evento textual em estudo.

3 Metodologia

Neste estudo, conforme introduzido nas seções anteriores, nos propomos a analisar os votos da votação oral do impeachment, proferidos em uma sessão extraordinária na Câmara dos Deputados Federais, no dia 17 de abril de 2016, para julgamento da abertura do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, objetivando, assim, analisar como a articulação dos referentes em redes referenciais contribui para argumentatividade do gênero votação oral de esfera política. Dessa maneira, por nos preocuparmos, em especial, com a análise do fenômeno a partir do contexto, investimos na perspectiva qualitativa para interpretação e descrição dos dados que são analisados enquanto processo. Nesse sentido, Rodrigues e Limena (2006, p. 90) destacam que esta abordagem é:

utilizada para investigar problemas que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade. [...] Por meio da abordagem qualitativa, o pesquisador tenta descrever a complexidade de uma determinada hipótese, analisar a interação entre as variáveis e ainda interpretar os dados, fatos e teorias.

Dessa forma, por nos preocuparmos com a descrição e interpretação dos processos referenciais nos votos orais, acreditamos que a pesquisa descritiva proporciona a interpretação e a descrição a partir da situação interacional. Conforme Appolinário (2011, p. 147), a pesquisa descritiva ocupa-se em “descrever o fenômeno observado, sem inferir relações de causalidade entre as variáveis estudadas”. Assim, investimos no tratamento descritivo-explicativo das informações.

Este estudo corresponde à natureza básica, a qual permite a ampliação da noção de redes referenciais, bem como da teoria da referenciação, além de contribuir para a divulgação acerca da Linguística de Texto, enquanto área de estudos que se ocupa dos fenômenos para além do linguístico. Uma vez que a pesquisa básica corresponde ao “avanço do conhecimento científico sem nenhuma preocupação, *a priori*, com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos” (Appolinário, 2011, p. 146).

O *corpus* foi gerado através votação oral do impeachment, transmitido pela TV Câmara dos Deputados, no canal do YouTube. Para análise deste evento comunicativo, realizamos a transcrição¹⁶ de toda a votação. O episódio em estudo foi transmitido ao vivo e continua

¹⁶ Seguimos as normas de transcrição da Análise da Conversação de Marcuschi (2001), as quais estão presentes no Anexo I.

arquivado na referida¹⁷ plataforma, permitindo o acesso ao conteúdo na íntegra e permitiu que realizássemos a transcrição dos 504 votos proferidos¹⁸. Consideramos, nesta pesquisa, as relações sociais e o processamento discursivo que envolvem o *corpus* em análise, no qual os informantes são os deputados federais votantes, que pronunciaram oralmente seus votos. Nesse sentido, a perspectiva das redes referenciais nos possibilita analisar toda a votação, que não se concretiza isoladamente, por isso a necessidade desse *corpus* ampliado. Porém, cientes do processo analítico, dos 504 votos transcritos selecionamos 30 votos¹⁹ para a análise e a apreciação dos objetivos.

Na subseção 3.1, a seguir, nos dedicaremos à contextualização sobre o evento comunicativo em estudo, o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016. Destacaremos uma síntese da trajetória sociopolítica nacional nesse período, assim como, descreveremos o passo a passo da realização da votação, na Câmara dos Deputados Federais.

3.1 O evento comunicativo: impeachment de 2016

O evento comunicativo em estudo se refere à votação oral- gênero investigado nesta dissertação- do julgamento de abertura do processo de impeachment da ex-presidente da república, Dilma Vana Rousseff, em 2016. Considerado um dos julgamentos mais emocionantes dos últimos anos, o acontecimento marcou social, histórica e politicamente o país, bem como impactou o Congresso Nacional. A votação foi transmitida ao vivo, pela TV Câmara, no canal aberto, bem como pelo canal do YouTube²⁰. No referido evento comunicativo²¹, os atores sociais são os políticos votantes (deputados federais) que emitem opiniões para definir o propósito do voto a favor ou contra o impeachment.

Vale reforçar que concebemos o texto não como um produto pronto e com sentido fechado, mas como um processo cujos sentidos se constroem na interação (Koch, 2017). Dessa forma, as atividades comunicativas não são aleatórias, pois os cenários sociais, culturais, políticos, etc. são partes integrantes de um evento comunicativo. Nessa perspectiva,

¹⁷ A sessão de votação pode ser assistida pelo YouTube, no Canal da TV Câmara. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU>. Acesso em: 15 set. 2020.

¹⁸ Na sessão plenária estiveram presentes 511 deputados, porém, 7 deles se abstiveram. Embora estivessem presentes, não proferiram decisão de voto. Por isso, foram transcritos 504 votos.

¹⁹ Na subseção 3.2 serão esmiuçados os critérios de seleção do *corpus* e as categorias de análise.

²⁰ A sessão de votação pode ser assistida pelo YouTube, no Canal da TV Câmara. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU>. Acesso em: 15 set. 2020.

²¹ Elegemos a noção de evento comunicativo, amparados em Marcuschi (2004), visto que consideramos o texto como todo evento comunicativo situado em um espaço sociocognitivo.

compreendemos que é fundamental enxergar o texto como um evento comunicativo que reúne ações linguísticas, cognitivas e sociais (Beaugrande, 1997 *apud* Marcuschi, 2008). Assim, o processo de organização e condução de informações no evento comunicativo do *impeachment*, estruturou-se a partir das habilidades comunicativas dos interlocutores, provavelmente, a fim de produzir sentidos, uma vez que, de acordo com Marcuschi (2008) “[...]os sentidos são produzidos pelos leitores ou ouvintes na relação com os textos”. Por isso, “o sentido não está no leitor, nem no texto, nem no autor, mas se dá como um efeito das relações entre eles e das atividades envolvidas” (Marcuschi, 2008, p. 242).

Dessa maneira, durante o evento comunicativo em estudo, a votação oral, que previa a apuração para admissibilidade ou não do processo de impeachment, os representantes do poder legislativo reuniram-se para julgar o processo de abertura do impeachment da presidente Dilma Rousseff. A presidente, na época, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), estava no terceiro ano de seu segundo mandato, investigada de cometer crimes que feriam a responsabilidade de seu governo, na justificativa “para o pedido de impeachment, os juristas alegaram que a então presidente havia cometido crime de responsabilidade pela prática das chamadas ‘pedaladas fiscais’²² e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso”. (Brasil, Agência Senado, 2016). A seguir, apresentamos a manchete de três jornais brasileiros²³ que destacaram a temática em pauta naquela época, no cenário do país.

Imagem 1: Manchete do jornal Agência Brasil.



Fonte: Agência Brasil, 2016.²⁴

²²Apelido dado a um tipo de manobra contábil feita pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria equilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas (Agência Senado, 2016).

²³A escolha desses jornais se deve ao índice de publicidade dos veículos de informações, segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) divulgados pelo portal Poder360, em 2016. Ademais, nos utilizamos das manchetes dos jornais apenas como exemplos do assunto em pauta.

²⁴ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-03/reale-jr-diz-que-pedaladas-fiscais-sao-elementos-suficientes-para>. Acesso em: jun, 2024.

Imagem 2: Manchete do jornal Folha de São Paulo.



Fonte: Folha de São Paulo, 2016.²⁵

Imagem 3: Manchete do Jornal Gazeta do Povo.



Fonte: Gazeta do Povo.²⁶

As manchetes apresentadas nas figuras acima, evidenciam que o pedido de *impeachment* estaria relacionado às irregularidades na administração de Dilma Rousseff. Na imagem 1, a

²⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1757921-pedaladas-fiscais-dispararam-sob-dilma-diz-relatorio-do-banco-central.shtml>. Acesso em: jun, 2024.

²⁶ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/ruina-das-contas-levou-as-pedaladas-e-paralisou-a-economia-9bto2wx24ao3asnoktz3jtshs/>. Acesso em: jun. 2024.

manchete do jornal Agência Brasil, destaca a opinião de Miguel Reale Junior²⁷, evidenciando que para ele “as pedaladas fiscais são elementos suficientes para que a presidenta Dilma Rousseff seja processada por crime de responsabilidade” (Agência Senado, 2016). A imagem 2 destaca a manchete da Folha de São Paulo, que revela a crescente realização das manobras fiscais no governo de Dilma, segundo o relatório dos dados do Banco Central, o que coloca evidência que “as pedaladas –o uso de dinheiro dos bancos federais em programas de responsabilidade do Tesouro Nacional– são a base do pedido de impeachment contra Dilma” (Folha de São Paulo, 2016). Na imagem 3, a manchete do jornal Gazeta do Povo, apresenta a situação das finanças do país, destacando que “a manobra que ficou conhecida como “pedalada fiscal”, que pode custar o cargo de Dilma Rousseff, foi a última – e talvez mais rudimentar – das tentativas do governo de camuflar o descontrole dos gastos públicos” (Gazeta do Povo, 2016). Assim, as evidências de irregularidades nas contas públicas, durante o governo de Dilma, eram divulgadas pela imprensa, no período em que o país vivia a expectativa para a votação de abertura do processo de *impeachment*.

É válido destacar que a partir das eleições presidenciais de 2014, quando Dilma Rousseff foi reeleita, ao assumir o seu segundo mandato no cargo de presidente, aconteceram várias manifestações para que ela renunciasse. Diante de sua negativa, com o intuito de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2010 (quando assumiu a presidência pela primeira vez), as diversas manifestações intensificaram, a favor ou contra a administração da presidente. Assim, iniciou-se um intenso debate sobre os aspectos procedimentais e políticos do processo de impeachment (Carvalho e Lima, 2023). É pertinente ressaltar, que durante as manifestações a ex-presidente Dilma recebeu apoio considerável do povo, que nas ruas demonstravam preocupação com a possibilidade de sua saída (Costa, 2018). No entanto, no que se refere à popularidade da ex-presidente no Congresso, houve um declínio progressivo, onde a dificuldade de comunicação entre os líderes²⁸ políticos da época e Dilma, evidenciou a falta de apoio político durante o seu governo.

Perante este cenário, outro ponto evidenciado pelos debates públicos foi a postura do então vice-presidente Michel Temer, filiado ao Partido Movimento Democrático do Brasil

²⁷ Um dos jurista e escritor do documento de pedido de *impeachment*, de Dilma Rousseff. Mais adiante destacaremos mais informações a respeito da denúncia de crime de responsabilidade.

²⁸ Líderes de partidos como Arthur Lira, do Partido Progressistas (PP); Anthonio Imbassay, do Partido Social Democrático (PSD); Aelton Freitas, do Partido Republicano (PR); assumiram a oposição no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, pois já tinham uma relação conflituosa com a presidente Dilma, devido às dificuldades dela em negociar com esses representantes políticos. (Limogi, 2023)

(PMDB), que, a partir da possibilidade de assumir o cargo, agiu de forma duvidosa. Diante da divulgação de um áudio dele enviado para um grupo de deputados do PMDB, na semana antecedente à votação, Michel Temer profere palavras de como pretende conduzir a presidência do país. Esse fato levou a suposições de que ele conspirava para a abertura do processo de impeachment (Queiroz Filho, 2016).

É válido salientar que o cenário brasileiro foi dividido em dois setores diferentes, os que defendiam a legitimidade do processo de impeachment e aqueles que não o consideravam legítimo. De acordo com De Plácido e Silva (2009), o termo impeachment pode ser definido como:

Expressão inglesa, que se traduz impedimento, obstáculo, denúncia, acusação pública; indica o procedimento parlamentar, cuja finalidade é a de apurar a responsabilidade criminal de qualquer membro do governo instituído, aplicando-lhe a penalidade de destituição do cargo ou função. (Silva, 2009, p. 706).

Dessa forma, no contexto social e político do país, a natureza do impeachment foi considerada controversa, visto que, de acordo com Silva *et al.* (2017), alguns juristas defendiam que se configurava em natureza jurídico-criminal e outros o caracterizavam como viés político. Nesse sentido, os opositores do governo utilizavam a Constituição Federal para defender o processo como constitucional, por isso, legal. Por outro lado, aqueles que apoiavam o governo de Dilma tentaram evidenciar um viés conspiratório, ou seja, para eles, o processo do impeachment era motivado por interesses políticos, portanto, golpe. Para Queiroz Filho (2016), embora um processo de impeachment esteja embasado em critérios jurídicos, as decisões são de responsabilidade dos parlamentares, que, conforme os seus interesses políticos, avaliam se é conveniente ou não manter um governante em seu cargo.

Ademais, para respaldar os critérios para a condução do processo de impeachment de Dilma Rousseff, o Supremo Tribunal Federal (STF) optou por tomar como referência o julgamento de abertura do impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em 1992²⁹. Assim, o STF defende que o impeachment, de 2016, se fundamenta na Constituição Federal e na Lei 1.079/1950³⁰, a qual está parcialmente incorporada na Constituição de 1988. Em síntese,

²⁹ No Brasil, em 1992, o ex-presidente Fernando Collor de Mello foi denunciado à Câmara dos Deputados por cometer crimes de responsabilidade. Assim, após a denúncia ser apurada, realizou-se o julgamento de abertura do *impeachment* na Câmara dos Deputados, que, ao ser aprovado, foi julgado pelo Senado Federal (Câmara dos Deputados).

³⁰ Em 1950, o Congresso Nacional decretou uma lei que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, a qual foi sancionada pelo presidente da república, na época, Eurico Gaspar Dutra.

o art. 4º da referida lei prevê que “são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra”:

- I - A existência da União;
- II - O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados;
- III - O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV - A segurança interna do país;
- V - A probidade na administração;
- VI - A lei orçamentária;
- VII - A guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos;
- VIII - O cumprimento das decisões judiciárias (Constituição, artigo 89). (Portal da Câmara dos deputados, 2010).

Conforme os critérios para iniciar a abertura do impeachment, é preciso apresentar à Câmara Federal uma denúncia contra o poder Executivo, para que o Presidente da Câmara dos Deputados analise e autorize a tramitação do processo. Na época do impeachment de Dilma Rousseff, o presidente da Câmara era Eduardo Cunha, filiado ao PMDB. Em uma sessão ordinária, no início de março de 2016, a acusação foi lida pelo presidente e direcionada a uma comissão especial, a qual teve a função de investigar e esclarecer os acontecimentos denunciados ao presidente. Vale ressaltar que a comissão especial foi formada por sessenta e cinco integrantes, que representavam todos os partidos, presidida por Rogério Rosso (PSD-DF) e pelo relator Jovair Arantes (PTB-GO). Consoante o STF, a criação de uma comissão especial é exigência do regimento e visa a garantir a integridade do processo. Assim, após formada a comissão, houve um prazo de dez dias para a presidente declarar a sua defesa, em seguida, o colegiado, composto pelos 65 representantes do poder legislativo, pôde votar se dariam continuidade ao processo. Naquele período, no final de março de 2016, em uma sessão deliberativa, a maioria da comissão especial resolveu levar adiante a denúncia, que seria decidida pelo plenário da Câmara. Além disso, a Câmara dos Deputados fica responsável por julgar a abertura do processo, mas somente o Senado tem a responsabilidade de validar a decisão da Câmara.

No que diz respeito à denúncia, que pode ser realizada por qualquer cidadão, no cenário do impeachment da ex-presidente Dilma, foi realizada pelos juristas Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, que por meio de um documento acusatório, contendo 3740 páginas com argumentos e anexos, acusaram a presidente de não agir devidamente no exercício da presidência (Queiroz Filho, 2016). Em síntese, as principais acusações contra Dilma referem-se às aprovações orçamentárias realizadas pela ex-presidente, sem o consentimento do Congresso Nacional, bem como a inadimplência de sua gestão perante

os desvios apresentados nas investigações da Petrobras e no atraso do repasse de valores do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil (Silva *et al.*, 2017).

Para que a abertura do impeachment fosse instaurada, era necessário que houvesse *quórum* de no mínimo um terço dos votos. Desse modo, era preciso que um terço dos 513 deputados votassem a favor (Brasil, Agência Senado, 2016). Nesse sentido, a votação aconteceu de maneira pública, por meio de voto aberto, onde os deputados votantes eram chamados nominalmente pelo presidente da sessão, alternando entre um estado da região Norte e outro da região Sul, seguindo com os estados da região Centro-oeste, Sudeste e Nordeste. Essa ordem de votação foi apresentada por Eduardo Cunha, que realizou a chamada, seguindo a ordem alfabética, dos nomes dos parlamentares votantes do mesmo estado. Antes de conduzir a chamada, o presidente explicou que os deputados deveriam se direcionar ao microfone, localizado no centro do plenário, e proferir em voz alta a sua decisão, podendo dizer apenas “sim”, “não” ou “abstenção”. Além disso, explicou que cada deputado teria no máximo 10 segundos para realizar seu voto. No entanto, no decorrer da votação, os deputados excederam ao tempo concedido, já que se utilizaram do momento para justificar a sua decisão de voto, na tentativa de explicar o seu parecer, assim, a votação perdurou aproximadamente 8 horas.

Nesse contexto, é válido destacar que na interação face a face, mesmo que uma situação comunicativa apresente um roteiro, as intencionalidades e o contexto da interação contribuem para a movimentação discursiva (Hilgert, 2020). Durante a votação do impeachment, a interação foi marcada por retomadas referenciais, tanto para ratificar um posicionamento já apresentado, quanto para refutá-lo, negociando, assim, sentidos.

Para se fazer compreender ou mesmo para convencer aos interlocutores que a sua decisão de voto era a mais assertiva, os deputados votantes expuseram os motivos e razões de seu voto. Uma vez que um grande público estaria assistindo, os candidatos buscavam evidenciar os seus diferentes valores políticos e culturais, de modo a persuadir que enquanto representantes do povo, na Câmara, desempenhavam um papel justo.

É válido lembrar que o público, que acompanhava a sessão, estava presente fisicamente ou remotamente, eram compostos por cidadãos do Brasil ou de outros países, que voltaram seu olhar para a situação política no cenário brasileiro.

Mediante a votação, foi autorizada a abertura do processo de impeachment, visto que dos 513 deputados votantes, 367 deputados votaram a favor, 137 foram contrários à decisão, 7 se abstiveram e 2 faltaram. Assim, o evento em estudo culminou para que o processo de julgamento fosse iniciado, de forma que, no dia 31 de agosto de 2016, Dilma Vana Rousseff

foi removida do cargo de presidente da república, do Brasil. Quinze dias após esse evento, Michel Temer assumiu a presidência do país.

Após a contextualização do evento comunicativo em estudo, na seção 3.2 a seguir, nos dedicaremos à descrição dos critérios utilizados para a seleção do *corpus*, assim como, descreveremos as categorias analíticas que direcionarão o percurso de análise.

3.2 Critérios de seleção do *corpus* e as categorias de análise

Por reconhecermos a extensão do *corpus*, dado o caráter extensivo da votação oral em estudo, selecionamos apenas 40 votos, a fim de observarmos como os referentes são apresentados e como acontece a constituição das redes referenciais em dois momentos do evento comunicativo, uma vez que, por compreendermos que à medida que o placar da votação foi se definindo, houve uma mudança na exposição do voto dos deputados.

Para tanto, selecionamos os 20 votos do início da votação, que compõem o que chamamos de bloco 1, e outros 20 votos após a garantia da abertura do processo de impeachment, que integram o bloco 2, a fim de que observemos a reconstrução dos referentes em rede, evidenciando como esses processos referenciais contribuem para o fazer argumentativo dos votos.

Ademais, realizamos uma busca a respeito das palavras mais recorrentes na decisão de voto desses parlamentares, que foram contabilizadas por meio do recurso de pesquisa do próprio *word*, a fim de compreendermos como se apresentam esses referentes e como são reelaborados nos votos desses blocos. Também observamos os votos de acordo com sua natureza oral, a fim de entendermos as características do gênero oral que contribuem para a construção argumentativa dos votos.

É válido mencionar que durante a votação os vinte sete estados do Brasil foram contemplados com representantes do poder legislativo federal, que se distribuem entre as cinco regiões do país. Além disso, em nosso país, a Câmara dos Deputados Federais tem 513 representantes, distribuídos entre os vinte e seis estados do país mais o Distrito Federal. O número de deputados federais varia de acordo com o número de habitantes de cada localidade (Agência Brasil, 2016). Assim, para melhor visualizarmos o quantitativo³¹ de deputados

³¹ É importante tomarmos conhecimento do número de deputados votantes para melhor reconhecermos a porção de deputados em cada região, assim como, percebermos como esses números influenciaram na manutenção ou alteração dos votos durante a votação em estudo.

votantes dispostos em cada região, apresentamos na tabela a seguir, a subdivisão dos estados entre as regiões:

TABELA 1 - Número de deputados votantes em cada estado do Brasil

REGIÕES	ESTADOS	NÚMERO DE DEPUTADOS	TOTAL DE DEPUTADOS POR REGIÃO
NORTE	Amazonas	8	65
	Pará	17	
	Roraima	8	
	Amapá	8	
	Rondônia	8	
	Acre	8	
	Tocantins	8	
SUL	Rio Grande do Sul	31	77
	Paraná	30	
	Santa Catarina	16	
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	8	41
	Mato Grosso do Sul	8	
	Goiás	17	
	Distrito Federal	8	
SUDESTE	São Paulo	70	179
	Rio de Janeiro	46	
	Espírito Santo	10	
	Minas Gerais	53	
NORDESTE	Piauí	10	151
	Maranhão	18	
	Pernambuco	25	
	Rio Grande do Norte	8	
	Paraíba	12	
	Ceará	22	
	Bahia	39	
	Alagoas	9	

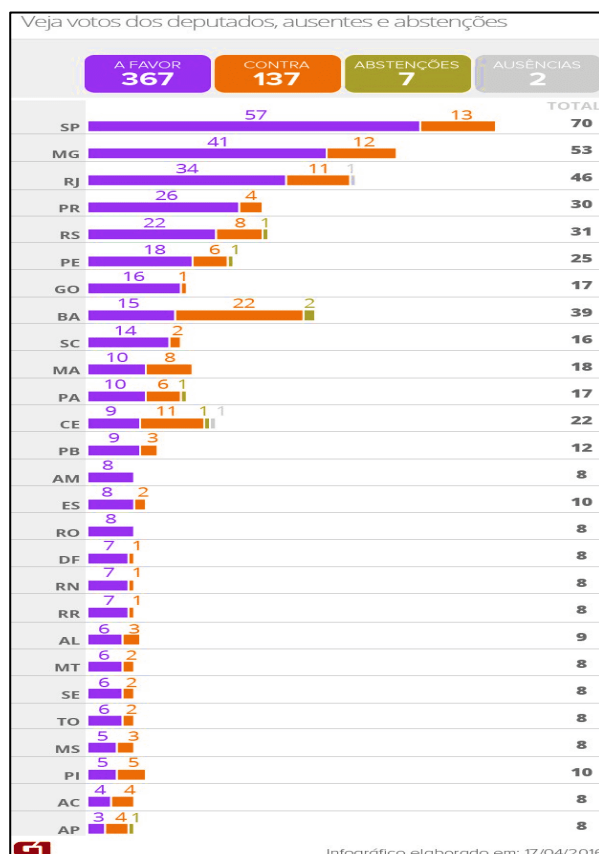
	Sergipe	8	
--	---------	---	--

Fonte: Elaboração própria com base nos dados apresentados pelo Senado Federal (2016)³².

Como evidenciamos a partir da tabela, a região Norte é composta por 7 estados e possui 65 deputados. A região sul composta por 3 estados é representada por 77 deputados. Na região Centro-oeste, são 3 estados, mais o Distrito Federal, a região é representada por 41 parlamentares. A região Sudeste contém 4 estados sendo representada por 179 deputados. A região Nordeste tem 9 estados, é representada por 151 deputados.

Além disso, para melhor elucidarmos o cenário da votação em cada estado apresentamos, a seguir, um infográfico divulgado pelo G1:

Imagem 4 – Votação, por estado, do processo de impeachment na Câmara



Fonte: G1 Notícias (2016).³³

³²SENADO FEDERAL. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/imagens/numero-de-deputados-por-estado/view> . Acesso em: jul de 2024.

³³G1 Notícias. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-lma/noticia/2016/04/veja-estados-e-partidos-que-mais-votaram-pelo-impeachment-na-camara.html>. Acesso em: jul de 2024.

Percebemos, assim, o número de deputados que votaram a favor e contra a abertura do processo de impeachment. Na ocasião, os parlamentares de São Paulo lideraram a votação, com 53 votos a favor e 13 votos contra. Em seguida, destacam-se Minas Gerais e Rio de Janeiro. A Bahia foi o estado com o maior número de votos “não”, com 22 votos contrários e 15 votos a favor. Nos estados de Amazonas e Rondônia, todos os deputados votaram a favor do impeachment. Os índices mais baixos de votos a favor foram no Amapá, na Bahia e no Ceará. Nesse sentido, todas essas informações contribuem para a análise dos votos selecionados nos blocos 1 e 2, os quais serão melhor apresentados na seção 4.

Assim, após a seleção do material para a análise, nos dedicamos às categorias analíticas. Nesse sentido, consideramos que a identificação dos referentes principais (impeachment, golpe e governo da presidenta) nos votos selecionados se apresenta como característica imprescindível para a observação do funcionamento em rede dos referentes, possibilitando averiguar como estes colaboram para a construção argumentativa da votação oral em análise.

Ademais, considerando o cenário de crise política vivenciado no país, os parlamentares também se utilizaram de pistas compartilhadas sociocognitivamente para atribuir sentido ao seu posicionamento e/ou persuadir que seu voto fosse o mais acertado. Nos votos também há a ocorrência de anáforas e dêixis, ao evocar os nomes de seus familiares, retomar cenários econômicos, crenças religiosas, etc. que parecem ser processos fundamentais para a construção argumentativa das votações, visto que foram utilizados na tentativa de reafirmar o compromisso assumido pelos deputados no momento em que justificam o voto. Assim, temos a finalidade de verificar como os processos referenciais (anáfora e dêixis) contribuem para a construção de sentidos do gênero votação oral da esfera política e sua argumentatividade.

Ademais, para defender sua decisão de voto, os deputados recorreram a diferentes estratégias, tanto verbais quanto não verbais, para guiar o interlocutor em direção à sua perspectiva. Alguns deputados também se utilizaram de gestos, olhares, adereços como bandeiras, cartazes e vestimentas, que junto aos gritos de guerra, aplausos e buzinas, marcaram a sessão plenária (Agência Brasil, 2016). Por isso, consideramos que esses são elementos que corroboram para a maneira como a referência se evidencia neste gênero oral e os referentes são construídos em rede de forma multimodal. Desse modo, analisaremos como os elementos da oralidade contribuem para a construção dos referentes nos votos selecionados e para a argumentatividade do gênero votação oral em análise (Ramos, 2012; Ranieri, 2015; Bentes, Ramos e Alves Filho, 2010), os quais constituem a votação e evidenciam as manutenções e/ou progressões e recategorização dos referentes dentro dessa rede de interações cuja orientação

argumentativa pode ser observada por meio da referência (Cavalcante *et alii*, 2020; Cavalcante *et al.*, 2022).

4. Análise dos dados

Na subseção 3.1 do capítulo anterior referente à metodologia da pesquisa, explicamos sobre a organização do evento comunicativo, destacando que os deputados eram convidados a proferir “sim”, caso fossem a favor da admissibilidade do impeachment, “não”, se tivessem posição contrária ao processo em julgamento ou “abstenção”, caso desejassem se eximir da decisão.

No entanto, verificamos que os deputados desenvolveram estruturas retóricas que direcionaram a justificativa de decisão, e mesmo não sendo estruturas exatamente iguais, desde o primeiro voto na sessão plenária pode-se verificar que nos votos há o uso de um vocativo para iniciar e/ou finalizar o voto ou o uso da preposição *pelo(a)*, *por* ou *em nome de*, junto a homenagem (à família, ao estado e etc.), seguida de uma justificativa, breve ou longa, de voto e por fim a decisão (sim ou não).

Porém, percebemos que essa estrutura se modificou à proporção que o placar de votos se tornou favorável ao impeachment, visto que os deputados começaram a ampliar as justificativas de voto e passaram a realizar alusões às situações ou a frases bíblicas, seguidas de homenagens (à família, ao estado, etc.), assim como realizaram uma justificativa detalhada de voto e finalizaram apresentando a decisão (sim ou não). Esse fator fica mais evidente a partir dos votos do estado de Pernambuco, visto que o voto que autorizou a abertura do processo de impeachment foi de um representante do referido estado.

Assim, selecionamos os 20 primeiros votos realizados na sessão plenária, os quais se realizaram conforme a primeira estrutura retórica de votos que foram proferidos na abertura da votação. E, selecionamos outros 20 votos que foram proferidos após a abertura do impeachment, visto que foram construídos conforme a segunda estrutura retórica observada. Dessa forma, subdividimos os 40 votos em 2 blocos, a que chamamos de bloco 1 e bloco 2. Na subseção 4.1 discorreremos a contextualização dos votos do bloco 1 e sua estrutura retórica; em seguida, na subseção 4.1.1, realizamos a análise dos processos referenciais em rede e na subseção, 4.1.2 a análise dos elementos orais na organização dos referentes. Em seguida, de maneira semelhante, na subseção 4.2 discorreremos a contextualização dos votos do bloco 2 e sua estrutura retórica; na 4.2.1 analisamos os processos referenciais em rede e na subseção, 4.2.2 a análise dos elementos orais na organização dos referentes.

Além disso, compreendemos que, para a análise de um texto oral, é necessário observar os elementos multimodais que contribuem para a organização de sentidos de um texto (Ranieri, 2015). Assim, além de observarmos os recursos verbais, atentaremos para os recursos

suprasegmentais que permitem observar a entonação, a velocidade, as pausas e etc. durante os votos (Marcuschi, 2001), além de observarmos os gestos realizados durante o voto. Todos esses recursos também nos permitem analisar através das redes referenciais como os referentes foram articulados para contribuir para a argumentatividade do gênero votação oral.

Na próxima subseção, contextualizaremos a respeito dos votos que constituem o bloco 1, apresentando os votantes e a estrutura dos votos selecionados.

4.1 Bloco 1: Contextualização dos votos e sua estrutura retórica

Nesta seção, destacamos os vinte (20) votos iniciais do evento comunicativo em estudo. Ao analisarmos o *corpus*, selecionamos os votos de acordo com a sequência de realização, a qual seguiu a ordem alfabética para chamada dos deputados, em seus respectivos estados. Assim, os votos selecionados compõem o que denominamos de bloco 1, os quais são votos de deputados da região norte, do estado de Roraima (RR), o primeiro estado a ser chamado para votar. E da região sul, do estado do Rio Grande do Sul (RS), o segundo estado convocado para expressar o voto³⁴.

É válido contextualizar que os deputados que representavam o estado de Roraima eram oito (8) no total. Dentre estes parlamentares, duas (2) mulheres legislavam pelo estado: Maria Helena, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Shéridan, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Os demais deputados do estado eram seis (6) homens: Abel Mesquita Jr, do partido Democratas (DEM); Carlos Andrade, do Partido Humanista da Solidariedade (PHS); Edio Lopes, do Partido Republicano (PR); Hiran Gonçalves, do Partido Progressista (PP); Jonathan de Jesus, do Partido Republicano (PR); Remídio Monai, do Partido Republicano (PR).

Na sequência desses votos, votaram os deputados do estado do Rio Grande do Sul³⁵: Afonso Hamm, do Partido Progressista (PP), Afonso Motta, do Partido Democrático Trabalhista (PDT); Alceu Moreira, do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Bohn Gass, do Partido Trabalhista (PT); Carlos Gomes, do Partido Republicano Brasileiro (PRB), Covatti Filho, do Partido Progressista (PP); Danrlei de Deus Hinterholz, do Partido Social Democrático (PSD); Darcísio Perondi, do do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Giovanni Cherini, do Partido Democrático Trabalhista (PDT); Heitor Schuch, do Partido

³⁴ A escolha dos estados refere-se a ordem de votação, pois os estados Roraima e Rio Grande do Sul correspondem ao primeiro e ao segundo estado chamado para expressar a decisão de voto.

³⁵ O estado do Rio Grande do Sul foi representado por 31 deputados, na votação. Porém, para este momento, selecionamos apenas doze votos desse estado, os quais compõem os vinte votos selecionados para a análise.

Socialista Brasileiro (PSB); Henrique Fontana, do Partido Trabalhista (PT) e Jerônimo Goergen, do Partido Progressista (PP).

Dentre esses vinte (20) deputados, dezesseis deles votaram a favor da abertura do impeachment e quatro votaram de forma contrária. O primeiro voto “não” foi proferido pelo deputado Edio Lopes, do estado de Roraima. Posteriormente, nos votos do estado do Rio Grande do Sul, outros três deputados votaram contra o impeachment, foram eles: Afonso Motta, Bohn Gass e Henrique Fontana.

É pertinente acrescentar que nesse momento, o placar da votação estava favorável à abertura do julgamento do impeachment da ex-presidente. Assim, observamos que, após cada voto, havia aplausos e comemorações comedidas na assembleia legislativa. No início da votação, os deputados, em geral, ouviam em silêncio a decisão do deputado votante e estavam reunidos no entorno do púlpito de votação, que recebia o deputado votante à medida que era chamado.

Para melhor contextualizarmos sobre os votos selecionados apresentaremos 2 quadros, distribuindo entre eles os vinte votos selecionados (10 votos em cada quadro), a fim de tornarmos mais clara a análise, já que permitirá observar a estrutura retórica³⁶ dos votos e analisar os processos referenciais. A seguir, apresentamos o Quadro 2, no qual consta o nome de cada deputado, o estado e o partido, além de uma contextualização a respeito dos votantes e/ou as circunstâncias que contribuíram para a decisão de voto dos deputados. Atentemos para o quadro.

QUADRO 2 - Votos iniciais da sessão do impeachment

Deputado (partido e estado)	Voto	Contextualização
Abel Mesquita Júnior (DEM/RR)	RORAIMA VERÁS QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE A LUTA o povo brasileiro merece respeito por um Brasil com justiça e igualdade social	O deputado Abel Mesquita Jr, representante do estado de Roraima, da região Norte, foi o segundo ³⁷ deputado a votar na sessão do processo em julgamento. É válido contextualizar

³⁶ Os elementos desta estrutura estão marcados em negrito.

³⁷ Antes de declarar aberta a sessão de votação, o presidente Eduardo Cunha chamou o deputado Washington Reis, que havia realizado uma solicitação para votar primeiro, visto estar acompanhado de médicos, devido a problemas de saúde.

	sem corrupção por uma Roraima desacreditada para que possamos exercer o direito constitucional de ir e vir e por todas as famílias roraimenses eu voto sim (+) senhor presidente.	que, no período antecedente a votação do impeachment, a mídia divulgava que o representante do partido Democratas (DEM) - um partido político brasileiro de centro-direita ³⁸ – votaria a favor do impeachment, vistos os acordos firmados entre os representantes do partido, que representavam a oposição ao governo da então presidente Dilma Rousseff.
Carlos Andrade (PHS/RR)	senhor presidente (+) Senhor presidente não é uma história de ricos contra pobres e nem da direita contra a esquerda ma:s é a nação contra a corrupção (+) eu voTO SIM senhor presidente.	O Partido Humanista da Solidariedade (PHS é um partido de centro-direita. A maioria dos filiados optou pela decisão a favor do impeachment, embora o líder do partido, Givaldo Carimbão, tivesse direcionado posição contrária.
Edio Lopes (PR/RR)	senhor presidente o meu voto é contra o prosseguimento do processo de impedimento da senhora presidenta da república.	O deputado Edio Lopes, representante do Partido da República, votou de forma contrária à abertura do processo de impeachment. Foi o primeiro voto não da sessão. É pertinente destacar que o PR havia combinado, majoritariamente, que votaria contra o impeachment, assim o deputado já havia declarado em entrevistas para jornais, que votaria conforme a decisão do grupo
Hiran Gonçalves (PP/RR)	senhor presidente (+) meu querido Brasil (+) pela minha família pelos que me fizeram chegar até aqui pelos médicos do Brasil pra que sejam respeitados pelo próximo	O deputado Hiran Gonçalves, que é médico e membro da Maçonaria, possibilitou recordar que os líderes desse movimento, que já haviam organizado atos de protestos contra ³⁹ o governo da então presidente Dilma, em

³⁸ CONGRESSO NACIONAL. Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-legislativo/-/legislativo/termo/democratas_dem. Acesso em: ago/ de 2024.

³⁹ Protestos liderados pela maçonaria. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/protestos-em-goias-sao-liderados-pela-maconaria/>. Acesso em: ago de 2024.

	governo pelos maçons do Brasil e pelo BEM do povo brasileiro eu voto sim presidente.	2015, defendiam princípios anticorrupção e acusavam a presidente de cometer crimes de improbidades fiscais.
Jonathan de Jesus (PRB/RR)	senhor presidente (+) nem a favor do PMDB nem a favor do PT com a consciência do povo brasileiro eu voto SIM digo ao meu estado de Roraima e aos médicos brasileiros SIM contra a corrupção.	O deputado que é médico e filiado ao Partido Republicano Brasileiro, votou a favor do impeachment, mas destacou que não votava influenciado por acordos entre partidos. O Partido Movimento Democrático do Brasil (PMDB) no contexto do impeachment, era liderado por Leonardo Picciani, que havia declarado orientação para que os representantes do partido votassem a favor do impeachment. Além disso, o partido era considerado uma oposição ao governo de Dilma, mesmo possuindo ideais tanto de esquerda quanto de direita, era um partido que não costumava ter a aprovação de seus projetos na Câmara, nem concordava com as reformas no ministério realizadas pela então presidente Dilma, o que gerou um rompimento do partido com a presidente, um mês antes do julgamento do impeachment ⁴⁰ . Esse fato mobilizou impactos no governo, que vivenciava uma crise política e motivou a velocidade para iniciar o julgamento do impeachment, visto que até as primeiras semanas de março de 2016 o processo era apenas uma especulação, mas no final do mesmo mês tornou-se real. De maneira oposta, a maioria dos representantes do Partido Trabalhista (PT), assumiram postura contrária ao impeachment, defendendo as acusações à presidente como uma estratégia política para a destituição da presidente Dilma, visto que defendiam que ela não tinha atentado contra a

⁴⁰ **Impactos do rompimento entre PMDB e governo na crise política.** BB CNews, 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160329_impacto_saida_pmdb_crise_ms_rb. Acesso em: ago de 2024.

		Carta Magna, nem tinha agido de maneira adversa a lei orçamentária ou contra o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
Maria Helena (PSB/RR)	por Roraima e pelo povo brasileiro que foi as ruas pedindo mudanças e um Brasil melhor (+) não podemos desistir do Brasil eu voto sim.	Ela foi a primeira mulher a votar na sessão plenária e justificou a sua decisão de voto de maneira objetiva, votando a favor do impeachment. A deputada votou em concordância com o seu partido, o qual havia direcionado posição favorável ao impeachment.
Remídio Monai (PR/RR)	com a minha consciência pela minha família por Roraima e pelo Brasil eu voto sim senhor presidente.	O deputado, que também representava a classe empresarial, votou a favor do impeachment. Porém, assumiu decisão diferente da orientação do seu partido, visto que ele era aliado ao Partido Republicano, que havia conduzido os representantes a votarem contra a abertura do impeachment.
Shéridan (PSDB/RR)	pela esperança que foi roubada do povo brasileiro por essa geração e pelas próximas gerações pelo meu estado de Roraima eu voto sim eu voto pelo Brasil.	A segunda mulher a votar na sessão foi a deputada Shéridan, que, filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), também votou de maneira favorável ao impeachment seguindo a orientação do seu partido.
Afonso Hamm (PP/RS)	em nome do povo gaúcho (+) povo do meu estado (+) em nome do povo brasileiro para votarmos a favor da mudança a favor da esperança SIM AO IMPEACHMENT.	Na sequência da votação, o segundo estado a ser chamado para votar foi o Rio Grande do Sul. Na oportunidade, na chamada por ordem alfabética, o deputado Afonso Hamm proferiu a sua decisão, a favor do impeachment, seguindo a orientação do seu partido.
Afonso Motta (PDT/RS)	pelo legado de Getúlio (+) Jango e Brizola pela	O deputado Afonso Motta, representante do Partido Democrático

	democracia e o estado democrático de direito pelo Brasil o PDT vota não.	Trabalhista (PDT), foi objetivo em seu posicionamento e votou contra a abertura do processo de impeachment, seguindo a unanimidade do PDT, que defendia a contrariedade ao impeachment.
--	--	---

Fonte: Elaboração própria com base no *corpus* da pesquisa.

Conforme os 10 votos apresentados no quadro 2, dentre esses, observamos que a maioria dos deputados usa uma estrutura retórica semelhante para pronunciar os votos. Nesse sentido, identificamos que em quatro desses votos (votos do Carlos Andrade, do Edio Lopes, do Hiran Gonçalves e do Jonathan de Jesus), a estrutura é iniciada por vocativo, referindo-se ao presidente da sessão plenária por meio do vocativo “**senhor presidente**”.

Nesse sentido, também percebemos que em quatro votos desse quadro, a estrutura teve variações, pois os votos foram iniciados por preposição (**por** + a = **pelo-a; em nome de**). Foi o que ocorreu no voto da Maria Helena, que votou “**por** Roraima e **pelo povo** brasileiro”. Na sequência, a deputada Shéridan iniciou o voto de forma semelhante: “**pela** esperança que foi roubada do povo brasileiro **por** essa geração”. Em seguida, no voto do Afonso Ham, ele começou dizendo: “**em nome do** povo gaúcho [...] **em nome do** povo brasileiro”. Na sequência, o Afonso Motta para iniciar o voto destacou: “**pelo** legado de Getúlio (+) Jango e Brizola **pela democracia**”. Percebemos que esses votos foram realizados um após o outro, o que pode ter influenciado na estrutura semelhante desses votos.

No entanto, de maneira análoga, em dois votos desse quadro, os deputados iniciaram com frases pessoais, de afirmação sobre a sua decisão. Para isso, eles elegeram expressões como “RORAIMA VERÁS QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE A LUTA, no voto do Abel Mesquita Júnior, e no voto do Remídio Monai que iniciou dizendo: “com a minha consciência”. Assim, iniciaram os votos de maneira a caracterizar a sua decisão perante o processo em julgamento.

Durante o evento comunicativo, alguns deputados fizeram referências a pessoas ou percursos históricos, assim como se utilizaram de alusões a outros textos para fundamentar a sua decisão de voto, recorrendo a elementos sociais, históricos ou econômicos para justificar a decisão de voto. Dessa forma, a compreensão dos interlocutores, - que neste contexto são o público e/ou os demais parlamentares, visto que enquanto votavam, os deputados se direcionavam ao público, mas também interagiam com os parlamentares presentes- como também sobre o contexto dos votos, desse modo, diferentes sentidos podem

se (re)construir a partir da intertextualidade estrita (Carvalho, 2018) presente em três votos, apresentados nesse quadro, visto que dependiam do conhecimento prévio sobre as evocações realizadas pelos deputados, que se caracterizavam pelas relações com textos específicos.

Nesta direção, percebemos que o deputado Abel Mesquita Júnior, para expor o seu voto, iniciou com a citação “RORAIMA VERÁS QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE A LUTA”, fazendo alusão a um verso do hino nacional, que permite a interpretação de que o deputado votaria em defesa da pátria, por isso não fugiria à luta. Esse trecho também permite recuperar na memória dos interlocutores que esta frase havia sido mencionada na conclusão do relatório do pedido de impeachment, no qual existia a tentativa de convencer o presidente da Câmara a abrir o processo para julgamento do impeachment, demonstrando que os relatores do documento, que apresentava os crimes de responsabilidade de Dilma, continuariam lutando para que houvesse justiça. Essa frase se propagou entre os apoiadores do impeachment, como nos votos do Delegado Waldir (PR/GO); Soraya Santos (PMDB/RJ) e Caio Narcio (PSDB/MG) -presentes no *corpus* da pesquisa-, em que os deputados declaram que lutariam para enfrentar as dificuldades que o país enfrentava. Além disso, o deputado Abel Mesquita Jr se utilizou da paráfrase de um trecho da Constituição Federal⁴¹ (“para que possamos exercer o direito constitucional de ir e vir”) para justificar seu voto, destacando que votava em defesa dos cidadãos, em especial dos roraimenses.

Também observamos que no voto da deputada Maria Helena (PSB), há a intertextualidade, visto que a afirmativa: “não podemos desistir do Brasil”, permite recuperar sociocognitivamente a frase expressa por Eduardo Campos em uma de suas entrevistas antes do trágico acidente⁴². Essa frase foi utilizada como estampa de camisa por membros do PSB, no velório de Eduardo Campos, ex-governador de Pernambuco, que era candidato à presidência da república pelo PSB. Esse bordão foi propagado ao longo do tempo, por políticos diversos, mas, em geral, foi evocado por políticos brasileiros após a morte de Eduardo Campos, já que era considerado um lema, que costumava utilizar em seus discursos. Essa expressão significa que não se deve “desistir de um país realmente justo, íntegro, bem mais equitativo e solidário,

⁴¹ “No art. 5, XV, CF, no qual menciona ser livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”. JusBrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/direito-de-ir-e-vir-liberdade-de-locomocao/112114831> Acesso em: jul de 2024).

⁴²Em agosto de 2014 o então candidato à presidência da república, Eduardo Campos, viajava em um jato, que caiu, ocasionando a morte do político brasileiro, o qual era considerado um representante de centro-esquerda e, buscava propor projetos que reduzissem os índices de violência, bem como buscava propor a transparência no cenário econômico. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/439571-a-morte-tragica-de-eduardo-campos/> Acesso em: ago de 2024.

não desistir da construção de um país onde realmente possa imperar reais investimentos em saúde, educação, cultura, lazer, moradia digna, lazer digno, aeroportos amplos e modernos” (Melo, 2014). Provavelmente, a deputada buscava negociar com os conhecimentos dos interlocutores, para destacar que a sua decisão era pautada em dar continuidade ao legado de Eduardo Campos.

Além disso, o deputado Afonso Motta (PDT) se utilizou dos nomes de figuras importantes que marcaram o cenário político brasileiros, para pronunciar a sua decisão. Assim, destacou que votava “Pelo legado de Getúlio (+) Jango (+) e Brizola”, o que permite reconhecer a alusão histórica utilizada pelo deputado. Para essa compreensão, é necessário recordar que Getúlio Vargas foi um dos grandes responsáveis pela transformação no âmbito trabalhista do país, desde o período em que ele assumiu a presidência da república, em 1930. João Goulart, conhecido como Jango, também foi uma figura icônica no cenário social e político do país, pois propôs reformas para os setores educacional, político, agrário e urbano, as quais não foram concretizadas, mas foram consideradas o pontapé para o processo de redemocratização no Brasil. Outra figura destacada pelo deputado foi Leonel Brizola, o qual foi herdeiro de um legado trabalhista e ficou marcado no cenário político do país por ter governado dois estados. Em 1958 foi governador do Rio Grande do Sul, seu estado natal, e vinte quatro anos depois, em 1982 foi eleito governador do Rio de Janeiro, após uma trajetória de exílio, em virtude da defesa dos direitos trabalhistas. Ademais, Brizola foi o fundador do PDT, um partido social e populista, de centro-esquerda, que defende as ideologias trabalhistas e democráticas. Dessa forma, pode-se perceber que o deputado votante, Afonso Motta, justificou a sua posição contrária à abertura do processo de impeachment, reforçando que o seu voto era impulsionado pelo legado em prol da democracia, deixado pelos políticos mencionados, permitindo observar que a sua decisão não poderia ser outra.

Dando continuidade à análise dos votos selecionados, apresentamos a seguir o Quadro 3, que tal como o quadro 2, contém na primeira coluna o nome dos deputados, o partido e o estado que representam, e nas duas últimas os votos dos (outros dez) deputados do bloco 1 e a contextualização sobre os votantes ou as situações que influenciaram a decisão de voto dos parlamentares.

QUADRO 3 - Votos iniciais da sessão do impeachment

Deputado (partido e estado)	Voto	Contextualização
-----------------------------------	------	------------------

Alceu Moreira (PMDB/RS)	pelo fim do populismo irresponsável e corrupto pelo fim da vagabundização remunerada pela valorização do trabalho da produção da pesquisa tecnologia e inovação EU VOTO SIM.	O deputado Alceu Moreira, representante dos comerciantes, foi favorável ao impeachment, seguindo a orientação do seu partido. Utilizou-se de termos que foram considerados polêmicos para justificar o seu voto. É válido destacar que o deputado havia votado a favor da reforma da Previdência Social, a qual estabeleceu mudanças nas regras para os beneficiários da previdência, prolongando a faixa etária de idade e ajustando o período de contribuição exigido para os trabalhadores
Bohn Gass (PT/RS)	eu tenho nojo e horror do golpismo o poder é do povo e o povo elegeu a presidenta ela é honesta e não pode ser afastada por processo ilegítimo conduzido por um réu da lava-jato pela democracia e pelo país é NÃO.	O deputado Bohn Gass, agricultor familiar, professor e defensor dos direitos trabalhistas, defendeu os direitos do povo, destacando a sua decisão contrária à abertura do impeachment, com uma breve justificativa.
Carlos Gomes (PRB/RS)	senhor presidente em nome das famílias gaúchas em nome das pessoas que com trabalho constroem esse país eu voto sim.	Carlos Gomes, que é filiado ao Partido Republicano, o qual conserva princípios relacionados à família, com uma visão conservadora, destacou a sua posição de voto em concordância com a orientação do seu partido.
Covatti Filho (PP/RS)	o meu sangue farroupilha é motivo de orgulho (+) orgulho porque o nosso estado defendeu e sempre lutou pelas suas ideologias como Diz o RIO-GRANDENSE UM POVO SEM VIRTUDE ACABA POR SER ESCRAVO (+) HONRANDO ESSE RIO GRANDE DO SUL EU VOTO SIM AO IMPEACHMENT DA presidente.	O deputado, que é bacharel em direito e produtor rural, assumiu a decisão favorável ao impeachment, conforme a decisão do partido.

Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS)	senhor presidente senhores deputados me foi dado a honra pelo povo do Rio Grande do Sul de estar nessa casa e é carregando a esperança de todos os gaúchos que eu voto SIM.	O deputado e ex-futebolista destacou a decisão favorável ao impeachment que contribuíram para a construção do voto.
Darcísio Perondi (PMDB/RS)	pelos direitos das crianças dos jovens das mulheres de todos os brasileiros por um governo decente e acima de tudo mais esperança para os brasileiros SIM.	O deputado Darcísio Perondi, que também é um médico pediatra e defendia a promoção da saúde para as crianças e adolescentes, votou de maneira objetiva. Assim, votou em conformidade com a orientação do seu partido, que já havia decidido votar a favor do impeachment.
Giovani Cherini (PDT/RS)	gente de bom coração pelo amor ao Brasil pelo amor a essa bandeira pelo amor à vida pelo amor aos cento e quinze mil duzentos e noventa e quatro eleitores pelo fim da corrupção senhor presidente eu voto SIM.	O deputado Giovani Cherini, que também é tecnólogo, votou a favor do impeachment, desconsiderando a orientação do seu partido, visto que o PDT havia combinado posição contrária ao impeachment.
Heitor Schuch (PSB/RS)	pela retomada do crescimento econômico e social do Brasil pelo bem do Brasil meu voto é sim.	O deputado Heitor Schuch, um agricultor familiar, representante do Partido Socialista Brasileiro (PSB), votou a favor do impeachment, em conformidade com a orientação do seu partido.
Henrique Fontana (PT/RS)	contra a conspiração e a corrupção representadas por Eduardo Cunha e Temer (+) contra o golpe e em defesa da democracia e do respeito ao voto do cidadão brasileiro eu voto COM TODA CONVICÇÃO NÃO A ESSE GOLPE (+) NÃO A ESSE IMPEACHMENT.	O deputado que também é médico e administrador, votou contra a abertura do processo de impeachment, conforme a orientação do seu partido. O voto é em defesa da democracia, visto que o deputado ressalta o julgamento como uma violência política, tendo declarado, antes da votação, que o impeachment se tratava

		de uma trama conspiratória para destituir a presidente ⁴³ .
Jerônimo Goergen (PP/RS)	para que meu filho ou minha filha que vão chegar vivam num país de futuro PELO RIO GRANDE E PELO BRASIL SIM AO IMPEACHMENT .	O deputado Jerônimo Goergen votou conforme Partido Progressistas, o qual já havia declarado a decisão a favor do processo em julgamento.

Fonte: Elaboração própria com base no *corpus* da pesquisa.

Adotando a mesma abordagem de análise do quadro 2, neste quadro 3, percebemos que há pequenas variações na estrutura dos 10 votos. Observamos que nos votos de dois deputados, Carlos Gomes e Danrlei de Deus, eles se utilizaram do pronome de tratamento: “Senhor presidente”, para iniciar o voto, referindo-se diretamente ao presidente da sessão plenária. Também evidenciamos que outros quatro deputados utilizaram uma preposição (**por** + a = **pelo-a; em nome de** ou **para**), para iniciar ou para justificar o voto. No voto do deputado Alceu Moreira, ele iniciou com a preposição: “**pelo** fim do populismo irresponsável e corrupto”; também percebemos no voto do Darcísio Perondi, que elegeu a preposição para iniciar: “**pelos** direitos das crianças dos jovens das mulheres de todos os brasileiros”. Em seguida, no voto do Heitor Schuch, houve o uso da preposição, no início do voto: “**pela** retomada do crescimento econômico e social do Brasil”. Também se utilizaram da preposição o deputado Jerônimo Goergen, que após iniciar o voto, justificou a sua decisão com o uso da preposição: “**PELO RIO GRANDE E PELO BRASIL SIM AO IMPEACHMENT**”, e o Giovanni Cherini, que discorreu fazendo uso do vocativo “Gente de bom coração”, que apela para o sensível: “Gente de bom coração **pelo** amor ao Brasil **pelo** amor a essa bandeira **pelo** amor à vida”.

Nesses votos, também identificamos que um desses deputados se utilizou da expressão **contra** para iniciar o voto e afirmar a posição contrária ao julgamento em votação. Como ocorreu no voto do Henrique Fontana que declarou: “**contra** a conspiração e a corrupção representadas por Eduardo Cunha e Temer”. Outra estrutura diferente nos votos dos deputados Bohn Gass e Covatti Filho. O primeiro expressou uma afirmação para declarar a sua posição de voto e afirmou: “Eu tenho nojo e horror do golpismo o poder é do **povo**”; enquanto Covatti filho mencionou, por meio de uma linguagem metafórica: “o meu sangue farroupilha é motivo de orgulho”.

⁴³ FONTANA, Henrique. Este impeachment é golpe. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniaio/2016/04/este-impeachment-e-golpe-por-henrique-fontana/>. Acesso em:

Além disso, no início da votação, quando a decisão sobre o impeachment ainda não tinha sido definida, alguns elementos foram estruturantes na construção dos votos como os referentes: **golpe, esperança, povo e democracia**, que são recorrentes nos votos dos deputados (estão marcadas em negrito nos quadros acima), e contribuíram para a organização retórica dos votos, possibilitando o entrelaçamento de sentidos dos votos dos deputados⁴⁴.

Seguindo o mesmo tratamento da análise do quadro 2, observamos que no quadro 3 os deputados realizavam referências para destacar a sua justificativa de voto. Nesse sentido, o deputado Covatti Filho utilizou uma frase pessoal para iniciar o voto: “o meu sangue farroupilha é motivo de orgulho”, que permite recategorizar que ele não se limita a representar o povo gaúcho, mas particulariza aqueles que são parte da sua cultura, por isso declara ter orgulho em possuir sangue farroupilha. Ademais, o deputado destacou que, assim como o seu estado, “defendeu e sempre lutou pelas suas ideologias”, ele também lutaria em defesa dos ideais do seu povo. Para tanto, usou um trecho do hino do Rio Grande do Sul “UM POVO SEM VIRTUDE ACABA POR SER ESCRAVO”, utilizando-se da intertextualidade, que permite recuperar os sentidos de que na letra do hino do estado, busca-se valorizar as virtudes pessoais de respeito, liberdade, justiça e etc., que dignificam o povo e livram da subserviência.

Em síntese, evidenciamos que os votos que compõem o Bloco 1 desta análise são construídos por duas estruturas retóricas semelhantes. A primeira, é iniciada por vocativo (Senhor presidente ou senhores e senhoras deputadas), acompanhado de uma homenagem à família, ao estado do deputado, etc., como forma de expressar representatividade por sua pátria e, em geral, há uma justificativa breve de voto (“pela democracia”, “pela justiça”, etc.), finalizada com a decisão a favor ou contra ao impeachment (a favor, “sim”; ou contra, “não”). Já a segunda, conserva as características da primeira, diferenciando-se no início, quando os deputados elegem uma preposição para iniciar o voto (“pelo”, “pela”; “por”; “em nome de”) e prosseguem com uma homenagem à família, ao estado do deputado, etc., sucedida de justificativa breve de voto, finalizada com a decisão a favor ou contra ao impeachment.

Nesse sentido, observamos que no Bloco 1, os parlamentares, em geral, justificam a sua decisão de voto e finalizam com o advérbio de afirmação (por exemplo, o sim) ou de negação (por exemplo, o não) (Travaglia, 2021). Além disso, para expressar a decisão favorável ou não acerca do impeachment da ex-presidente Dilma, os deputados mobilizaram diferentes referentes que contribuíram para a construção de sentidos dos votos. Na próxima seção, observaremos os processos referenciais: a introdução referencial, a anáfora e a dêixis (Cavalcante, Custódio

⁴⁴ Este tópico será tratado mais a frente, na subseção 4.1.2.

Filho e Brito, 2014), evidenciando como estes fenômenos textuais foram entrelaçados em redes referenciais nos votos dos deputados.

4.1.1 Análise dos processos referenciais em rede

Com o intuito de compreendermos a (re)construção dos referentes, nesta subseção, identificamos os referentes principais (impeachment, golpe e governo da presidenta) presentes nos votos e observamos como estes corroboram para a construção argumentativa desse gênero oral e como os processos referenciais (anáforas – diretas, indiretas e encapsuladores – e dêixis) podem contribuir para a construção de sentidos do gênero votação oral da esfera política. Para tanto, selecionamos, dos votos que compõem o bloco 1, quatorze (14) votos, sendo seis do estado de Roraima e oito do estado do Rio Grande do Sul.

Observamos que os processos anafóricos contribuem para homologar ou para a evolução de um referente no contexto. Dessa forma, observemos como esse processo referencial contribui para a construção do voto 1, do deputado Carlos Andrade:

(1) Voto do Carlos Andrade (PHS)
senhor presidente (+) senhor presidente não é uma história de ricos contra pobres e nem da direita contra a esquerda ma:s é a nação contra a corrupção (+) eu voTO SIM senhor presidente.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

Neste voto, o deputado mencionou que: “não é uma história de ricos contra pobres e nem da direita contra a esquerda”, por meio da negação, permite recuperar sociocognitivamente que o julgamento em votação não correspondia ao interesse individual de um ou outro grupo social, ou político, mas correspondia ao interesse do povo. Assim, as palavras “rico” e o referente “pobre”, foram retomados como “direita” e “esquerda”, evoluindo no texto, o que caracteriza a ocorrência de anáfora direta. Nesse sentido, a progressão dos referentes permite agregar informações que contribuem para a construção da justificativa de voto do deputado. Assim, funcionam como pistas para a ativação de conhecimentos dos interlocutores, visto que é necessário acessar o contexto sociopolítico da votação, para entender que os apoiadores do impeachment eram de direita, isto é, defendiam os padrões organizacionais da classe com maior poder aquisitivo e ideais mais conservadores, por isso considerados ricos, enquanto os representantes de esquerda defendiam posição contrária ao impeachment, já que lutavam pelas desigualdades sociais, pelos direitos trabalhistas, etc. e pelos mais pobres.

Ademais, o deputado também introduziu o predicativo “a nação contra a corrupção” que confere atributos ao que está em jogo na votação e possibilita recategorizar sociocognitivamente a visão de que o governo da então presidente Dilma Rousseff estaria sendo corrupto, visto que existiam as acusações de improbidades fiscais. Dessa forma, o deputado permite ativar a compreensão de que a destituição da presidente era uma alternativa assertiva, para tanto, ele se utilizou da assertiva <voTO SIM>, que permitiu enfatizar a decisão favorável à abertura do processo de impeachment.

Também verificamos que, no início do voto, o deputado se utilizou da repetição do pronome de tratamento “senhor”, dêitico social, <**Senhor** presidente (+) **senhor** presidente>, seguindo a forma de tratamento indicada para se direcionar ao presidente da sessão plenária. É válido lembrar que no evento comunicativo em estudo, Eduardo Cunha era o presidente da sessão, responsável por coordenar a votação, dessa forma, exercia um papel social de destaque, por isso, para dirigir-se a ele, o deputado utilizou o pronome de tratamento recomendado normativamente, visto a característica de formalidade imprimida pela estrutura da votação.

Além disso, observamos que alguns elementos como os dêiticos sociais foram utilizados em alguns votos do bloco 1, seja para situar sobre as indicações de pessoas presentes no evento comunicativo (com quem se fala), seja para mencionar evocações sobre quem se fala. Assim, observamos, a seguir, o voto do deputado Edio Lopes, que votou de forma contrária à abertura do processo de impeachment. Vejamos o voto 2:

(2) Voto do Edio Lopes (PR)

senhor presidente o meu voto é contra o prosseguimento do processo de impedimento da senhora presidenta da república.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

Para realizar o voto, o deputado afirmou: “o meu voto é contra”, se utilizando da afirmação para destacar a posição adversa assumida perante o processo em julgamento. Assim, ele se utilizou do dêitico social “senhora presidenta da república” para referir-se a então presidente Dilma Rousseff, atuando estrategicamente, para demonstrar a importância do papel social da presidente. Ele ainda declarou que era contra o <impedimento>, evidenciando, portanto, que era contrário ao impeachment.

Após esse voto, foi chamado para votar o deputado Hiran Gonçalves, que votou a favor do processo de impeachment, utilizando-se de elementos dêiticos, bem como de recategorizações. Assim, no voto 3, a seguir, observamos como votou esse deputado.

(3) Voto do Hiran Gonçalves (PP)

senhor presidente (+) meu querido Brasil (+) pela minha família pelos que me fizeram chegar até aqui pelos médicos do Brasil pra que sejam respeitados pelo próximo governo pelos maçons do Brasil e pelo BEM do povo brasileiro eu voto sim presidente.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

Em tom de familiaridade, o deputado elegeu a expressão “**meu** querido Brasil (+) pela **minha** família”; se utilizou dos pronomes possessivos “meu” e “minha”, dêitico pessoal, que denotam a familiaridade e afetividade pelo povo brasileiro e à família, os quais buscava homenagear e representar durante o voto. Ele também justificou que votava “pelos médicos do Brasil pra que sejam respeitados pelo próximo governo”, assim, elegeu o referente <próximo governo>, que permite a recategorização de que o impeachment seria a esperança de que os médicos brasileiros seriam respeitados em outros governos.

Dessa forma, permite recuperar a compreensão de que no governo da presidente Dilma Rousseff a classe médica do país não era valorizada. Para acionar esses sentidos é necessário que o interlocutor esteja ciente da polêmica declaração de Dilma, a qual destacou, em uma entrevista, que “os médicos cubanos são mais atenciosos que os brasileiros”⁴⁵. Essa afirmação da então presidente gerou diversos debates, os quais apontavam para o imprevisto da presidente com a criação do programa Mais Médicos, que possibilitava relações com o governo de Cuba. Assim, havia pautas de que o programa tinha sido lançado com interesses políticos, para aumentar o populismo da presidente, visto que o programa foi lançado ainda no primeiro mandato de Dilma (em 2013), que visava à reeleição em 2014.

No voto, também observamos que o deputado destaca a expressão referencial <pelo BEM do povo brasileiro>, que permite recategorizar que o deputado considera o impeachment como algo benefício para o povo. Além disso, ele elevou o tom de voz para pronunciar a palavra “BEM”, o que permite perceber, por meio do adjetivo, a intencionalidade do votante em demonstrar que desejava condições melhores para os cidadãos brasileiros. Portanto, ao expressar: “eu voto sim presidente”, confirmou a sua decisão de voto, favorável à abertura do impeachment.

Também se pode evidenciar que a progressão dos votos pode ser garantida pelo processo da recategorização. A seguir, observamos o voto 4, do deputado Jonathan de Jesus:

(4) Voto do Jonathan de Jesus (PRB)

⁴⁵Declaração de Dilma Rousseff sobre os médicos. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/artigos/presidente-dilma-mais-respeito-com-a-classe-medica> . Acesso em: ago de 2024.

senhor presidente (+) nem a favor do PMDB nem a favor do PT com a consciência do povo brasileiro eu voTO SIM digo ao meu estado de Roraima e aos médicos brasileiros SIM contra a corrupção.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

O deputado inicia o seu voto com a expressão: “nem a favor do PMDB nem a favor do PT”, que demonstra a negação utilizada pelo deputado para declarar que a sua decisão de voto não estaria relacionada a interesses de partidos, mas se justificava pelos interesses que defendia enquanto representante do “povo brasileiro”. Esse referente permite recategorizar sociocognitivamente, que o representante do PRB não mantinha negociações com os demais partidos, embora o seu partido orientasse posição favorável ao impeachment.

A compreensão desses fatores mobiliza a percepção sobre a justificativa do deputado, enquanto representante de Roraima, que também é médico e justifica: “voTO SIM digo ao meu estado de Roraima e aos médicos brasileiros”, ressaltando assim que a sua decisão representa o povo do seu estado e a classe médica que representa. Para finalizar, afirma: <SIM contra a corrupção>, permitindo recuperar sociocognitivamente que a presidente havia atuado de forma corrupta, por isso deveria ser destituída. No voto 5, a seguir, observamos o voto do deputado.

(5) Voto do Remídio Monai (PR)

com a minha consciência pela minha família por Roraima e pelo Brasil eu voto sim senhor presidente.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

Inicialmente o deputado Remídio Monai, destacou que votava “com a minha consciência pela minha família por Roraima e pelo Brasil”, expressando, assim, permite que se mobilize a compreensão de que ele estaria agindo conforme a moralidade dos seus princípios. O pronome possessivo “minha”, dêitico pessoal “pela **minha** família”, para ressaltar que a sua decisão de voto foi impulsionada por aqueles que representava. Assim, ele destacou “voto sim senhor presidente”, afirmando a decisão a favor do impeachment e direcionando a sua fala, por meio do dêitico social “senhor presidente”, para o presidente Eduardo Cunha, o que caracteriza a formalidade mantida pelo deputado para referir-se ao presidente da sessão plenária. A brevidade do voto do deputado também pode ser caracterizada pela manutenção dos seguimentos das regras da sessão, já que os deputados possuíam poucos segundos para votar, ou mesmo o desconforto do deputado em votar de modo divergente à orientação do seu partido.

Nos votos do bloco 1, observamos que os deputados se utilizam de diferentes referentes que são utilizados como pistas, que permitem ativar os conhecimentos contextuais para

compreender as evoluções dos referentes. A seguir, analisamos como a deputada Shéridan organizou o seu voto.

(6) Voto do Shéridan (PSDB)

Pela esperança que foi roubada do povo brasileiro por essa geração e pelas próximas gerações pelo meu estado de Roraima eu voto sim eu voto pelo Brasil.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

No voto da deputada Shéridan, há a introdução referencial do referente governo, que pode ser recategorizado sociocognitivamente como a defesa pela destituição da presidente, que acarretaria em mudanças para o povo brasileiro. Esse referente foi mencionado 57 vezes durante toda a votação, sendo utilizado por deputados que votaram a favor da abertura do processo de impeachment, o que mobiliza a compreensão sobre a defesa dos apoiadores do impeachment, que declaravam que o processo era a solução para as problemáticas econômicas, sociais e políticas do país. A deputada seguiu o posicionamento do seu partido e justificou que votava “pelo **meu** estado de Roraima”, utilizando o dêitico pessoal “meu” para demonstrar que a sua decisão de voto representava a familiaridade com o seu estado.

Assim como, destacou que votava “por **essa** geração e pelas próximas gerações”, o pronome demonstrativo **essa**, permite compreender que ela defendia os direitos do seu atual eleitorado, assim como pensava no futuro destes. Dessa forma, garantiu que ela justificasse a sua decisão de voto, demonstrando que defendia os interesses daqueles que ela representava.

No voto 7, do deputado Afonso Hamm, identificamos o processo da dêixis pessoal, bem como recategorizações, que contribuíram para a mobilização da justificativa de voto do deputado.

(7) Voto do Afonso Hamm (PP)

Em nome do povo gaúcho (+) povo do meu estado (+) em nome do povo brasileiro para votarmos a favor da mudança a favor da esperança SIM AO IMPEACHMENT.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

O deputado Afonso Hamm, do estado do Rio Grande do Sul, realizou o seu voto destacando que votava “Em nome do povo gaúcho (+) povo do **meu** estado (+) em nome do povo brasileiro”, para isso se utilizou do pronome possessivo “meu”, dêitico pessoal, que caracterizam a sua decisão pessoal, em prol do seu estado. Ele também fez referência ao povo do seu estado, particularizando com o adjetivo pátrio “gaúcho”, os cidadãos que representava.

Além disso, o deputado se utilizou da expressão “a favor da mudança a favor da esperança”, que podem ser recategorizados sociocognitivamente como a defesa pelo

impeachment, indicado pela probabilidade de mudança no cenário socioeconômico e político do país, visto que os parlamentares pró-impeachment destacavam a importância do processo como um meio para a transformação dos impactos econômicos vivenciados no âmbito brasileiro. Ademais, esses referentes evoluem no texto sendo recategorizados como o <SIM AO IMPEACHMENT>, o que confirma a decisão do deputado Afonso Hamm, o qual elevou o tom de voz para enfatizar o seu voto.

Na sequência, o voto 8 foi caracterizado pela referência ao legado de pessoas que contribuíram para a história do país. Assim, observemos o voto 8, a seguir:

(8) Voto do Afonso Motta (PDT)

pelo legado de Getúlio (+) Jango e Brizola pela democracia e o estado democrático de direito pelo Brasil o PDT vota não.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

O deputado destacou que votava <pela democracia>, permitindo recategorizar que os cidadãos precisavam participar integralmente das decisões, por isso possibilita ativar a compreensão de que ele não concordava com a votação em julgamento. Para reforçar esse sentido, ele introduz a expressão “o PDT vota não”, que recategoriza sociocognitivamente a negociação entre os representantes do partido, os quais haviam combinado a posição contrária a abertura do processo de impeachment. No período pré-impeachment, a mídia divulgou as posições assumidas pelos partidos, destacando a unanimidade do PDT, que defendia a contrariedade ao impeachment.

A seguir, destacamos o voto do deputado Bohn Gass, que defendeu os direitos do povo, destacando a sua decisão de voto com uma breve justificativa, organizada por elementos referenciais, em especial a recategorização:

(9) Voto do Bohn Gass (PT)

eu tenho nojo e horror do golpismo o poder é do povo e o povo elegeu a presidenta ela é honesta e não pode ser afastada por processo ilegítimo conduzido por um réu da lavajato pela democracia e pelo país é NÃO.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

O deputado introduz o referente <golpismo> para recategorizar o processo em julgamento como um golpe, dessa forma, possibilita perceber que ele tem repulsa ao impeachment, pois utilizou os adjetivos “nojo e horror”, para atribuir características negativas ao processo em votação. Ademais, o deputado declarou que se tratava de um <processo

ilegítimo>, o que permite retomar anaforicamente o referente <golpismo>, que evoluiu permitindo recuperar sociocognitivamente a compreensão de que a presidente estaria sendo acusada de improbidade administrativa, porém, como não havia provas, o processo é ilegal. Além disso, o deputado elege o referente <rêu da lava-jato> para recategorizar a condição de Eduardo Cunha enquanto presidente da sessão. Para tanto, necessita que os interlocutores ativem a compreensão de que o condutor do processo em julgamento se refere a um deputado investigado por cometer crimes de corrupção. Dessa maneira, o deputado Bohn Gass reforça a justificativa de que a presidente não poderia ser afastada por alguém que não tinha coerência.

Em seguida o deputado declara que “o povo elegeu a presidenta ela é honesta”. permitindo recategorizar que a então presidente Dilma foi escolhida pelo povo pelos atributos de integridade que possui. Assim, o deputado declarou que votava <pela democracia e pelo país é NÃO>, recategorizando que a sua decisão era em prol dos desejos do povo, que deveriam ser ouvidos, já que a presidente foi eleita democraticamente, então ela votaria de forma contrária ao impeachment. Assim, contribui para que se ratifique a sua decisão, reforçando a justificativa de voto apresentada.

Demonstramos, na sequência, o voto do deputado Carlos Gomes, que conservava princípios relacionados à família e destacou a sua posição de voto em concordância com a orientação do seu partido.

(10) Voto do Carlos Gomes (PRB)

Senhor presidente em nome das famílias gaúchas em nome das pessoas que com trabalho constroem esse país eu voto sim.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

O deputado votou a favor e justificou a sua decisão de voto direcionando-se formalmente ao presidente da sessão plenária, Eduardo Cunha, “**Senhor** presidente”, com o pronome de tratamento “senhor”, o dêitico social, que atribui característica de posição respeitosa. Em seguida, destacou que votava “em nome das famílias gaúchas em nome das pessoas que com trabalho constroem **esse** país”, expressando assim, por meio do pronome demonstrativo “esse”, a característica de que votava pelo Brasil, referente já conhecido pelos interlocutores. Demonstra que o deputado votava enquanto representante das famílias que constituem o estado que representava e direcionou-se também aos trabalhadores.

Em seguida, observamos o voto 11, do deputado Danrlei de Deus Hinterholz, que se utilizou de elementos dêiticos para situar no espaço e no contexto do evento comunicativo a sua decisão de voto.

(11) Voto do Danrlei de Deus Hinterholz (PSD)

senhor presidente senhores deputados me foi dado a honra pelo povo do Rio Grande do Sul de estar nessa casa e é carregando a esperança de todos os gaúchos que eu voto SIM.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

O deputado iniciou o voto com os pronomes de tratamento: “**Senhor** presidente **senhores** deputados”, dessa forma, os dêiticos sociais foram utilizados para se referir de maneira social ao presidente do partido, bem como aos demais parlamentares presentes na sessão de votação. Além disso, ele declarou: “me foi dado a honra pelo povo do Rio Grande do Sul de estar **nessa** casa”, assim se utilizou do pronome demonstrativo, dêitico espacial, “**nessa** casa” para demonstrar o privilégio que sentia em representar o seu povo na Câmara dos Deputados. Em seguida, se utilizou do <carregando a esperança>, que permite recategorizar a expectativa do deputado para que existam mudanças no cenário socioeconômico do país, já que o termo “esperança” estava sendo propagado antes da votação pelos apoiadores do impeachment, que vislumbravam no processo a solução para os problemas enfrentados nacionalmente. Assim, o deputado justificou que a sua decisão de voto estava fundamentada na vontade “de todos os gaúchos”, particularizando o povo que representava, expressou: “eu voto SIM”, para enfatizar a sua decisão a favor do voto.

Observamos, a seguir, o voto do deputado do Darcísio Perondi:

(12) Voto do Darcísio Perondi (PMDB)

pelos direitos das crianças dos jovens das mulheres de todos os brasileiros por um governo decente e acima de tudo mais esperaNÇA para os brasileiros SIM.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

O deputado mencionou a expressão “pelos direitos das crianças dos jovens das mulheres”, justificando que votava em defesa dessas classes. Em seguida, ele mencionou o referente <por um governo decente>, que permite recategorizar que o governo da então presidente estaria fugindo aos princípios morais e éticos. Por isso, destacou que defendia a <esperaNÇA para os brasileiros>, que permite recategorizar que com a saída da presidente do governo haveria a esperança de mudanças no cenário social. Assim, proferiu a decisão “SIM”, destacando o ensejo de destituir a presidente, que, segundo a sua justificativa demonstra, seria uma alternativa viável para a transformação no cenário socioeconômico do país. Assim, o deputado votou em conformidade com a orientação do seu partido, que já havia decidido votar a favor do impeachment.

Nesse sentido, há deputados que se utilizam de referentes para demonstrar a representatividade de sua decisão. Observemos o voto do Giovani Cherini:

(13) Voto do Giovani Cherini (PDT)

gente de bom coração pelo amor ao Brasil pelo amor a essa bandeira pelo amor à vida pelo amor aos cento e quinze mil duzentos e noventa e quatro eleitores pelo fim da corrupção senhor presidente eu voto SIM.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

O deputado iniciou o voto destacando a expressão “Gente de bom coração”, utilizando, assim, uma caracterização positiva para se referir aos interlocutores. Dessa forma, apelo para sensibilizar o público e ressaltou que votava “pelo **amor** ao Brasil”, “pelo **amor** a essa bandeira”, “pelo **amor** à vida”, “pelo **amor** aos cento e quinze mil duzentos e noventa e quatro eleitores”, dessa forma, utilizou a repetição do termo “amor” para expressar o sentimento que o impulsionou a tomar determinada decisão. Além disso, por meio desses referentes ele permite mobilizar a compreensão de que votou, respectivamente, em prol da representatividade do país, da pátria, da defesa da vida e em respeito ao voto dos seus eleitores, visto que apresentou numericamente os votos daqueles que confiaram em suas propostas e o elegeram. Além disso, destacou que votava “pelo fim da corrupção”, permitindo recategorizar o governo da então presidente como corrupto, assim como, diante do cenário do impeachment, engatilha a compreensão de que a destituição da presidente era necessária visto as acusações de corrupção. Por isso, direciona-se formalmente ao presidente da sessão plenária e enfatiza: “senhor presidente eu voto SIM”. Por meio do dêitico social “senhor presidente”, destacou a sua decisão de voto, elevando a voz para proferir a decisão favorável ao impeachment.

Em seguida, no voto 14, observamos o uso de elemento dêitico, que caracteriza a posição do deputado perante o processo em votação.

(14) Voto do Heitor Schuch (PSB)

pela retomada do crescimento econômico e social do Brasil pelo bem do Brasil meu voto é sim.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

Na oportunidade, o deputado destacou que votava “Pela retomada do crescimento econômico e social do Brasil”, o qual permitiu acionar a compreensão de que o país estava com prejuízos econômicos, visto a crise financeira que permeava o cenário brasileiro naquele período. Assim, o deputado se utilizou do referente “pelo bem do Brasil”, que permite recategorizar que a destituição da presidente é a solução mais assertiva, em virtude do declínio

econômico e do desemprego no país, por isso o deputado se utiliza do adjetivo “bem”, que caracteriza a preocupação com o bem-estar dos brasileiros. Ademais, de forma tranquila o deputado destaca “**meu** voto é sim”, que efetiva a decisão pessoal do deputado votante.

Nesta subseção, identificamos os processos referenciais que corroboraram para organizar os votos orais, contribuindo para a construção de sentidos destes. Assim, percebemos que estes são utilizados conforme as intencionalidades dos deputados, que se relacionam ao contexto político do país. Além disso, por se tratar de um gênero da oralidade, os elementos orais (como os gestos realizados pelos deputados durante o voto) são importantes para a organização dos referentes e contribuem para o acontecimento deste gênero. Assim, observaremos na subseção 4.1.2. alguns votos para apresentar como esses aspectos contribuem para a construção de sentidos dos votos.

4.1.2 Análise dos elementos da oralidade na organização dos referentes

No evento comunicativo em estudo, a voz humana é o suporte de realização e os votos foram planejados para serem realizados oralmente, conforme Travaglia *et al.* (2017). Assim, percebemos que os votos são produzidos por meio de elementos da oralidade (entonação, repetição, pausas, etc.), bem como multimodais (gestos, expressões faciais, postura corporal, etc.), os quais compõem o gênero oral (Travaglia, 2021). Além disso, em um texto oral há marcadores conversacionais que contribuem para a construção de sentidos de um texto (Marcuschi, 2001).

Considerando esta preocupação, nesta subseção nos dedicamos à observação dos elementos da oralidade, que contribuem para a construção significativa dos referentes corroborando para a argumentatividade do gênero votação oral. Assim, selecionamos seis (6) votos do bloco 1, sendo dois do estado de Roraima e os outros quatro (4) do estado do Rio Grande do Sul, pois permitem evidenciar o efeito de sentidos desses recursos na construção dos referentes.

Esses elementos podem ser observados já no segundo voto proferido na sessão plenária pelo deputado Abel Mesquita Jr (DEM).

(15) Voto do Abel Mesquita Jr (DEM)
RORAIMA VERÁS QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE A LUTA o povo brasileiro merece respeito por um Brasil com justiça e igualdade social sem corrupção por uma Roraima desacreditada **((elevou o dedo indicador para o alto))** para que possamos exercer o direito constitucional de ir e vir e por todas as famílias roraimenses **((elevou o dedo indicador para o alto))** eu voto sim (+) senhor presidente.

Fonte: corpus da pesquisa.

Alguns elementos multimodais foram característicos na realização desse voto, visto que o deputado se utilizou da bandeira do estado nos ombros, assim como apontou com o dedo indicador para o alto, para mencionar por quem votava, e apontou para frente, em direção a Eduardo Cunha, para finalizar o voto. Por isso, destacamos as imagens 5 e 6, a seguir, que melhor representam a realização do voto.

Imagem 5 – Recorte do voto do deputado Abel Mesquita Jr



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados⁴⁶.

Imagem 6- Recorte do voto do deputado Abel Mesquita Jr



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados⁴⁷.

⁴⁶ O voto pode ser observado na plataforma da TV Câmara dos Deputados, a partir de 03h:45min:05 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU> . Acesso em: 15 set. 2020.

⁴⁷ O voto pode ser observado na plataforma da TV Câmara dos Deputados, a partir de 03h:45min:07seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU> . Acesso em: 15 set. 2020.

Conforme observamos na subseção 4.1, o deputado iniciou o voto proferindo uma estrofe do hino nacional e para concluir referiu-se à Constituição Federal. A intertextualidade esteve presente no voto do deputado, visto que ele se utilizou de outros textos para fundamentar a sua justificativa de voto. Assim, de início o deputado utilizou a expressão: “RORAIMA VERÁS QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE A LUTA”, proferiu a afirmação direcionando-se ao estado de Roraima. Nesse momento, ele estava com a voz elevada, um timbre de voz firme e realizou meneios de cabeça para cima e para baixo, assim como estava com o dedo indicador levantado para o alto, para enfatizar que votava representando o seu estado, por isso lutaria em prol do seu estado. Essa frase se propagou entre os apoiadores do impeachment, que utilizavam para declarar que lutariam para enfrentar as dificuldades que o país enfrentava.

Em seguida, o deputado utilizou o referente: “o povo brasileiro”, situando o seu estado através de “por uma Roraima” e reforçou particularizando que votava “por todas as famílias roraimenses”. Os referentes contribuem para evidenciar as evocações utilizadas pelo deputado para homenagear, em especial, os indivíduos e as famílias do seu estado, por quem votava, mas mostrando aos interlocutores que ele defendia os direitos dos cidadãos brasileiros. Esses aspectos são destacados à medida que o deputado elevou o dedo indicador para o alto, enquanto mencionava esses referentes, conforme podemos observar na imagem 5, acima. Os gestos realizados pelo deputado podem ser considerados dêiticos abstratos (Ranieri, 2015), visto que os referentes não estão presentes na interação, mesmo assim contribuem para fazer referência aos valores do deputado, que mobiliza a compreensão de que a sua decisão de voto seria para representar dignamente os seus conterrâneos.

Além disso, para finalizar o voto, após uma breve pausa, o deputado utilizou o dêitico social “senhor presidente”, que acompanhado do gesto de apontar e olhar para frente, como mostra a imagem 6, destaca que ele se direcionava para o presidente da sessão plenária, Eduardo Cunha. Assim, evidenciamos que os gestos e olhar são elementos imprescindíveis na (re)elaboração dos referentes, por tanto, não podem ser negligenciados nos estudos da referenciação (Mondada, 2005).

Dando sequência, o voto da deputada Maria Helena foi proferido, inicialmente por meio de um semblante sorridente. Porém, essa expressão ficou mais séria quando ela declarou a sua posição, a favor do impeachment. Observemos o voto, a seguir, assim como as imagens 7 e 8 que situam, respectivamente, o início e a conclusão do voto da deputada.

(16) Voto da Maria Helena (PSB)
por Roraima e pelo povo brasileiro que foi as ruas pedindo mudanças e um Brasil melhor
(+) não podemos desistir do Brasil eu voto sim.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

Imagem 7 - Recorte do voto da deputada Maria Helena



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados

Imagem 8 - Recorte do voto da deputada Maria Helena



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados.

Conforme as imagens, percebemos que a deputada finalizou o voto com o braço direito estendido para cima, o punho cerrado e a testa levemente franzida, evidenciando firmeza diante da sua decisão. Ela mencionou que votava pelo “povo brasileiro que foi as ruas pedindo mudanças e um Brasil melhor”, trazendo à tona as manifestações que eclodiram no período pré-impeachment, onde os apoiadores da destituição da presidente pediam por mudanças no governo, com a expectativa de que o país vivenciasse um novo cenário socioeconômico, já que, no período do impeachment, o Brasil passava por um momento de recessão, onde havia queda na produção de serviços, consequentemente havia aumento de desemprego e a atividade econômica encontrava-se fragilizada. Após uma breve pausa, que representa uma reorganização das ideias da votante, ela levantou o braço direito e afirmou: “não podemos

desistir do Brasil”, retomando o bordão utilizado por Eduardo Cunha. Como observado na subseção 4.1, a deputada utilizou a citação do ex-governador para sustentar que a destituição da presidente seria uma alternativa para que o país se reorganizasse socioeconomicamente, logo era a favor do impeachment. Assim, a deputada finalizou dizendo: “eu voto sim”, confirmando a decisão favorável ao impeachment.

Também verificamos que no evento comunicativo em estudo, as vestimentas ou acessórios utilizados são elementos que contribuem para a organização do voto. Esse fator pode ser observado no voto 17, do deputado Alceu Moreira, que estava com uma faixa verde e amarela no pescoço e uma camisa verde por baixo do terno, como demonstram as imagens 9 e 10 a seguir, que remetem às cores da bandeira do Brasil para reforçar o patriotismo.

(17) Voto do Alceu Moreira (PMDB)
pelo fim do populismo irresponsável e corrupto pelo fim da vagabundização remunerada pela valorização do trabalho da produção da pesquisa tecnologia e inovação EU VOTO SIM.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

Imagem 9- Recorte do voto do deputado Alceu Moreira



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados⁴⁸.

⁴⁸ O voto pode ser observado na plataforma da TV Câmara dos Deputados, a partir de 03h:50min:16seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU> . Acesso em: 15 set. 2020.

Imagem 10- Recorte do voto do deputado Alceu Moreira



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados⁴⁹.

Como observado nas imagens, compreende-se que os elementos utilizados pelo deputado, caracterizam o planejamento do deputado para apresentar a sua decisão. É válido destacar que ele proferiu o seu voto com o dedo indicador apontando para cima e no início do voto estava com a testa levemente franzida, o que se intensificou no decurso do voto, caracterizando uma expressão mais contraída no final do voto.

Assim, ele destacou que votava “pelo fim do populismo irresponsável e corrupto”, permitindo recategorizar que a então presidente Dilma Rousseff se tratava de uma presidente que governava pelas massas sociais, a qual, por ser populista, estaria visando a melhores condições para as diferentes classes sociais. No entanto, ele utilizou o adjetivo “irresponsável”, que permite recategorizar a então presidente como uma autoridade que estaria agindo irresponsavelmente, visto o cenário de fragilidade econômica que o país vivenciava. Além disso, o deputado elegeu o termo “corrupto”, que permite recategorizar o governo da presidente como uma entidade que estaria agindo de maneira desonesta.

O deputado também introduz o referente <vagabundização remunerada>, utilizando-se do neologismo “vagabundização” para se referir aos aposentados, permitindo recategorizar os pensionistas como pessoas que recebiam benefícios financeiros sem trabalhar, logo viviam às custas do governo. Além disso, o deputado engatilha a crítica para a forma de repasses aos populistas e ressalta que votava em prol da “valorização do trabalho da produção da pesquisa tecnologia e inovação”, destacando a importância de valorizar os setores que são importantes para o desenvolvimento do âmbito econômico. Para concluir o voto, ele aumentou o tom de voz e disse: “EU VOTO SIM”, confirmando a decisão a favor do impeachment, ao gesticular com

⁴⁹ O voto pode ser observado na plataforma da TV Câmara dos Deputados, a partir de 03h:50min:22seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU> . Acesso em: 15 set. 2020.

o punho cerrado e erguido e franzir a testa, como forma de destacar a ênfase e firmeza de sua decisão, tornando-a mais assertiva. De maneira semelhante, destacamos o voto 18, do deputado Covatti Filho, que pronunciou decisão favorável ao impeachment por meio de uma entonação elevada. A seguir, podemos observar o voto do deputado e recortes dos acessórios utilizados por ele, como mostram as imagens 11 e 12.

(18) Voto do Covatti Filho (PP)

o meu sangue farroupilha é motivo de orgulho (+) orgulho porque o nosso estado defendeu e sempre lutou pelas suas ideologias como Diz o RIO-GRANDENSE UM POVO SEM VIRTUDE ACABA POR SER ESCRAVO (+) HONRANDO ESSE RIO GRANDE DO SUL EU VOTO SIM AO IMPEACHMENT DA presidente.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

Imagem 11- Recorte do voto do deputado Covatti Filho



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados.

Imagem 12- Recorte do voto do deputado Covatti Filho



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados.

O deputado, que trajava uma fita verde e amarelo por dentro do terno, estava com uma bandeira do estado do Rio Grande do Sul em mãos, a qual foi elevada pelo deputado, como mostra a imagem 12. Durante o voto, o deputado levantava e abaixava a bandeira, à medida que gesticulava com as mãos. Isso fica mais evidente quando o deputado introduziu uma frase pessoal “o meu sangue farroupilha é motivo de orgulho”, que permite recategorizar que tinha orgulho em possuir sangue farroupilha. Assim, o gesto de demonstrar que estava com a bandeira do estado em mãos permite enfatizar a sua decisão patriótica, no sentido de pertencimento a um lugar, a uma identidade.

Além disso, como observamos na transcrição do voto (18), através dos elementos (+), o deputado realizou pequenas pausas, no início e no final do voto, que permitem observar a reorganização do deputado para realizar o seu voto, visto que as pausas auxiliam no processamento de sentidos dos votos. O deputado também destacou, em voz elevada: UM POVO SEM VIRTUDE ACABA POR SER ESCRAVO, utilizou-se, assim, do trecho do hino do Rio Grande do Sul, que permite observar a ênfase do deputado para destacar a sua decisão de voto. Assim, pode-se recategorizar a defesa do deputado por sua pátria, por seu povo e pelos valores da sua região. Ele também expressou: “HONRANDO ESSE RIO GRANDE DO SUL EU VOTO SIM AO IMPEACHMENT DA presidente”, elegendo, dessa forma, o referente <HONRANDO>, que possibilita recategorizar a valorização do deputado pelos direitos do povo que representava, demonstrando que possuía uma postura virtuosa, portanto, seria a favor do impeachment. Assim, o recurso da voz elevada e a elevação da bandeira do seu estado, possibilitou que o deputado enfatizasse o seu propósito de voto, declarando que ele se posicionava de maneira sólida, simbolizando a representatividade em seu estado.

Neste bloco textual em análise, percebemos que há votantes que se utilizaram de adereços mais sutis e prezaram pela elevação do tom de voz somente para concluir o voto. Esses aspectos podem ser observados no voto do deputado Henrique Fontana, que está disposto abaixo, acompanhado da imagem 13, que registra um recorte do voto do deputado.

(19) Voto do Henrique Fontana (PT)

contra a conspiração e a corrupção representadas por Eduardo Cunha e Temer (+) contra o golpe e em defesa da democracia e do respeito ao voto do cidadão brasileiro eu voTO COM TODA CONVICÇÃO NÃO A ESSE GOLPE (+) NÃO A ESSE IMPEACHMENT.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

Imagem 13- Recorte do voto do deputado Henrique Fontana



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados.

O deputado que estava usando uma gravata vermelha, utilizou-se do gesto de apontar com o dedo indicador em direção a Michel Temer, enquanto afirmava que votaria “contra a conspiração e a corrupção representadas por Eduardo Cunha e Temer”, assim, os referentes <Eduardo Cunha> e <Temer>, podem ser recategorizados sociocognitivamente como conspiradores e corruptos, visto que os referentes apresentados possibilitam mobilizar os conhecimentos compartilhados do âmbito do processo de impeachment. Naquele período, a postura de Eduardo Cunha e Temer eram consideradas duvidosas, já que no contexto político eles eram apontados, respectivamente, como protagonista e coadjuvante do processo, responsáveis, inclusive, por permitir que o processo de impeachment fosse encaminhado para votação na Câmara. Além disso, ambos faziam parte do PMDB e eram considerados os mais articulistas do partido, como também eram investigados por corrupção passiva (BBC News).

Para proferir a sua decisão de voto, o deputado concluiu salientando que votava: “em defesa da democracia e do respeito ao voto do cidadão brasileiro eu voTO COM TODA CONVICÇÃO NÃO A ESSE GOLPE (+) NÃO A ESSE IMPEACHMENT”. Assim, Henrique Fontana se utilizou da elevação no tom de voz, que permite observar a veemência para representar a sua postura em defesa dos brasileiros, dos cidadãos que, em virtude do <golpe>, não teriam a possibilidade de participar da decisão posta em julgamento. Portanto, os sentidos negociados durante esse voto só acontecem a partir das redes referenciais, que permitem a mobilização de sentidos partilhados sociocognitivamente por meio dos elementos apresentados no cotexto.

Ademais, percebemos que a produção de sentidos se realiza além das manifestações linguísticas (Custódio Filho, 2011), como evidenciamos no voto 20, a seguir, que o deputado realizou a sua decisão de maneira sorridente, expressando empolgação para proferir o voto,

como podemos identificar na imagem 14.

(20) Voto do Jerônimo Goergen (PP)
para que meu filho ou minha filha que vão chegar vivam num país de futuro PELO RIO
GRANDE E PELO BRASIL SIM AO IMPEACHMENT.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

Imagem 14- Recorte do voto do deputado Jerônimo Goergen



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados.

Observamos que para concluir a sua justificativa de voto, o deputado utilizou a entonação elevada e destacou que votava “PELO RIO GRANDE E PELO BRASIL”, ao fazer isso demonstrou a firmeza em sua decisão e expressou o cuidado com o povo que representa e com o país. Em seguida, ele afirmou em voz elevada “SIM AO IMPEACHMENT”, demonstrando empolgação e expressando a posição favorável para a abertura do processo, em consonância com a posição adotada pelo seu partido.

O deputado também expressou que votava com a expectativa de que “meu filho ou minha filha que vão chegar vivam num país de futuro”, destacando, assim, a motivação que o fez tomar tal decisão e evidenciando que a sua conduta enquanto representante do povo estaria atrelada ao princípio da família. Além disso, o deputado destacou o desejo de um <país de futuro>, dessa forma, permite recategorizar que a principal motivação para o seu posicionamento era a esperança de mudança, a qual a partir da destituição da Dilma Rousseff, haveria possibilidades de ascensão econômica e social do país, de forma que seu filho(a) desfrutasse de transformações no cenário nacional. Esses sentidos são mobilizados por meio dos referentes utilizados, assim como pelo contexto vivenciado no país.

A partir das análises dos votos, percebemos que os elementos orais na organização dos referentes são fatores imprescindíveis para a construção de sentidos, visto que, como

evidenciamos nos votos em análise, a elevação no tom de voz, o dedo indicador apontando para o alto ou para a frente, o braço elevado com o punho cerrado, os meneios de cabeça, assim como a expressão facial ou os adereços utilizados pelos deputados votantes são elementos que contribuem para a exposição a favor ou contra a decisão posta em julgamento, além de contribuir para a argumentatividade do voto.

4.2 Bloco 2: Contextualização dos votos e sua estrutura retórica

Nesta subseção, destacamos vinte (20) votos que foram realizados após a garantia da abertura do processo de impeachment. Esses votos correspondem aos votos do estado de Pernambuco, visto que o deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) que proferiu o 342º (trecentésimo quadragésimo segundo) voto a favor da admissibilidade do impedimento da presidente, colaborando, assim, para que o processo fosse encaminhado para o julgamento no Senado.

É pertinente destacar que antes do voto do deputado Bruno Araújo, outros 5 deputados (do mesmo estado) já tinham declarado o voto a favor do impeachment. Nesse sentido, a votação já estava avançada e o placar estava favorável à abertura do processo, faltando apenas 1 voto para que o impeachment fosse garantido.

Com o voto do referido deputado ainda faltavam trinta e seis (36) deputados realizar a decisão de voto. Assim, as justificativas de voto se tornaram mais extensas, com maiores interrupções do presidente da sessão plenária, que pedia aos votantes para concluir o voto.

Assim, os votos que serão apresentados nesta seção compõem o que denominamos de bloco 2. Neste bloco, os deputados votantes eram dezenove (19) homens⁵⁰ e uma (1) mulher. Dentre esses deputados, quatorze (14) deles votaram a favor do impeachment, cinco (5) votaram contra e um (1) deles se absteve do voto. No Quadro 4, a seguir, apresentamos os deputados e seus respectivos partidos, assim como a decisão de voto:

QUADRO 4 - Deputados e partidos do Bloco 2

Deputado Federal	Partido	Decisão de voto
Bruno Araújo	(PSDB)	Sim
Daniel Coelho	(PSDB)	Sim

⁵⁰ É válido destacar que o estado de Pernambuco tinha 25 deputados votantes, mas para esta análise, compondo o bloco 2, foram selecionados vinte votos.

Danilo Cabral	(PSB)	Sim
Eduardo Da Fonte	(PP)	Sim
Fernando Coelho Filho	(PSB)	Sim
Gonzaga Patriota	(PSB)	Sim
Jarbas Vasconcelos	(PMDB)	Sim
João Fernando Coutinho	(PSB)	Sim
Jorge Côrte Real	(PTB)	Sim
Kaio Maniçoba	(PMDB)	Sim
Luciana Santos	(Pcdob)	Não
Marinaldo Rosendo	(PSB)	Sim
Mendonça Filho	(DEM)	Sim
Pastor Eurico	(PHS)	Sim
Ricardo Teobaldo	(PTN)	Não
Sebastião Oliveira	(PR)	Abstenção
Silvio Costa	(PTdoB)	Não
Tadeu Alencar	(PSB)	Sim
Wolney Queiroz	(PDT)	Não
Zeca Cavalcanti	(PTB)	Não

Fonte: Elaboração própria com base no *corpus* da pesquisa.

Nesta subseção, não apresentaremos os votos de todos os deputados, visto que após a abertura do impeachment os votos foram mais detalhados, pois possuíam citações a fatos históricos ou pessoas que marcaram o cenário social e político do país, além de os deputados tentarem demonstrar que a decisão proferida já era algo definido por eles, por isso são votos extensos. Destacaremos apenas 5 votos, como exemplos, para contextualizar as decisões de voto realizadas pelos deputados. Os demais votos serão destacados durante a análise nas

subseções 4.2.1 e 4.2.2 discutiremos respectivamente sobre os processos referenciais em rede e observar como os elementos da oralidade contribuem para a construção de sentidos dos votos.

É válido mencionar que antes do voto de Bruno Araújo, a assembleia entoou o refrão do hino nacional, caracterizando a simbologia do momento, visto que o hino é cantado em solenidades célebres e já se especulava que a decisão do deputado seria favorável ao impeachment. Esse fato aponta para a importância da decisão do deputado Bruno Araújo, que contribuiu para a garantia da abertura do processo de impeachment.

Durante o voto, o deputado negociou com os interesses do público, visto que simultaneamente ao seu voto as pessoas presentes na assembleia celebravam a abertura do processo de impeachment. Enquanto o deputado votava havia gritos e sobreposições simultâneas de vozes, que externavam a alegria dos parlamentares em garantir a abertura do processo. Esses aspectos demonstram a expectativa da maioria pela destituição da presidente, evidenciando que o afastamento da presidente permitiria aos brasileiros mudança no cenário político.

A seguir, destacamos o voto célebre do deputado Bruno Araújo⁵¹, no exemplo 10:

Exemplo 10 - Voto do Bruno Araújo (PSDB)

Senhor presidente: (0,2) [Cunha: Por favor, eu quero] quanta honra [Cunha: por favor (+) vou pedir pra silenciar o auditório] quanta honra o destino me reservou de poder (+) quanta honra o destino me reservou de poder DA MINHA VOZ SAIR O GRITO DE ESPERANÇA DE MILHÕES DE BRASILEIROS [assembleia: Ê:::.....] PERNAMBUCO NUNCA FALTOU AO BRASIL CARREGO COMIGO NOSSAS HISTÓRIAS DE LUTA PELA LIBERDADE E PELA DEMOCRACIA (+) POR ISSO EU DIGO AO BRASIL SIM PELO FUTURO:: ((enquanto a maioria da assembleia comemorava, alguns vaiavam. No mesmo momento, o deputado foi abraçado por alguns parlamentares e por seus familiares, que pulavam e comemoravam o voto)).

Fonte: *corpus* da pesquisa.

Na oportunidade, o deputado destacou “O GRITO DE ESPERANÇA DE MILHÕES DE BRASILEIROS”, destacou a sua decisão a favor do impeachment e permitiu recuperar a frase de Michel Temer, que já havia compartilhado, por meio de áudios, com os representantes do PMDB um discurso, caso o impeachment fosse autorizado.⁵² Temer direcionava-se ao povo

⁵¹ O voto será analisado na subseção 4.2.2. Apresentamos agora para exemplificar a ocorrência de intertextualidade.

⁵² Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/04/em-audio-com-discurso-no-caso-de-impeachment-de-dilma-temer-afirma-mudanca-pode-gerar-esperanca.html> Acesso em: ago de 2024.

brasileiro e afirmava: “A mudança pode gerar esperança”. No áudio ele ainda destacava o descrédito enfrentado há anos pelo país, já que o Brasil era governado pelo PT há treze anos — tendo sido eleito democraticamente por diferentes mandatos desde Lula (em 2005) até Dilma (em 2016) — era um partido reconhecido pelas lutas trabalhistas, pelos direitos civis e garantias sociais aos mais pobres. No entanto, em virtude da crise econômica daquele período, das denúncias de crimes de corrupção e da defasagem no cenário socioeconômico, aproveitava-se para apontar as falhas do governo e justificar a necessidade de mudança.

Nos votos do bloco 2, também observamos que alguns deputados fizeram referências a pessoas ou percursos históricos. Um exemplo disso ocorre no voto do deputado Daniel Coelho, que retomou um momento histórico para fazer alusão ao momento atual do processo em julgamento. Observemos o voto do deputado no exemplo 11:

Exemplo 11 - Voto do Daniel Coelho (PSDB)

em um momento da história esse plenário cassou um presidente que também cometeu crime: o ex-presidente Collor ESSE FATO SE REPETE DE NOVO HOJE NO BRASIL (+) PRESIDENTE DILMA E:::X-PRESIDENTE DILMA COMETEU CRIME DE RESPONSABILIDADE: AO USAR DINHEIRO PÚBLICO SEM AUTORIZAÇÃO DESSA CASA A LEI É PARA TODOS (+) EU VOTO SI::M PELO BRASIL (0,2) FORA DILMA:

Fonte: *corpus* da pesquisa.

No voto, o deputado destacou: “esse plenário cassou um presidente que cometeu crime:: o ex-presidente Collor”, dessa forma, fez referência ao acontecimento de 1992, quando foi aberto o processo de impeachment do então presidente da república, Fernando Collor de Mello. Naquele período, antes do processo ser aprovado, o presidente renunciou ao mandato, buscando atenuar a destituição do cargo, porém, as investigações no congresso continuaram e Collor foi cassado, ficando inelegível por 8 anos.

O deputado também destacou: “A LEI É PARA TODOS”, ao utilizar esse referente retomou o exemplo inicial de seu voto, destacando que Collor foi investigado, logo, Dilma também deveria ser, por isso ele votaria favorável ao impeachment. Embora o processo de impeachment ainda precisasse ser encaminhado para a votação no Senado, após a garantia da abertura do julgamento de impeachment, com o voto de Bruno Araújo, que havia votado anterior a esse deputado, os deputados que votaram a favor passaram a afirmar o afastamento de Dilma da presidência.

Além disso, no evento comunicativo há deputados que votam em homenagem às pessoas que marcaram o cenário político do país. No bloco 2, isso se evidencia no voto do Danilo Cabral, que expressou que votava em homenagem a Eduardo Campos. Vejamos o exemplo 12, abaixo:

Exemplo 12 - Voto do Danilo Cabral (PSB)

Senhor presidente (+) reassumi meu mandato (+) estava ocupando o cargo de secretário de estado lá em Pernambuco por entender que nesse momento: tão importante para a vida de nosso país não cabia a gente fazer a delegação desTE momenTO EM NOME DA CONFIANÇA QUE o povo de Pernambuco nos deu de estar aqui representando um estado que TEM A MARCA DAS LUTAS LIBERTÁRIAS QUERO AQUI nesse momento TÃO IMPORTANTE para o Brasil de uma virada de página PRESTAR UMA homenagem A UM GRANDE PERNAMBUCANO QUE DEU AQUILO QUE DE MAIS VALOR A GENTE TEM que é a vida EM NOME DE UM BRASIL DIFERENTE EM NOME DE E-DU-AR-DO HENRIQUE ACIOLE CAMPOS QUE FOI NOSSO GOVERNADOR PRESIDENTE DE NOSSO PARTIDO EM NOME DE SONHOS DE UM BRASIL MAIS IGUAL DE UM BRASIL MAIS EQUILIBRADO COM MAIS EDUCAÇÃO COM MAIS SAÚDE COM UM ESTADO QUE FAÇA AS ENTREGAS QUE A POPULAÇÃO DESEJA: EM NO:ME: DAQUILO QUE ELE NOS PEDIU CORAGEM PARA: MUDAR O BRASIL (+) sim.

Fonte: corpus da pesquisa.

O deputado explicou a motivação que o levou a estar presente na votação, destacando que reassumiu o mandato porque não quis transferir a responsabilidade, visto que se tratava de um momento importante social e politicamente. É válido contextualizar que ele foi secretário das Cidades, no governo de Eduardo Campos, e coordenou iniciativas para aprimorar a infraestrutura e a locomoção nas cidades de Pernambuco. Assim, no voto permitiu recuperar a compreensão de que o então candidato à presidência do país, em 2014, havia sacrificado a sua vida em prol do povo, visto que na época do acidente aéreo que ocasionou a morte de Eduardo Campos, ele vivenciava uma agenda repleta de compromissos no país, devido à campanha eleitoral.

De maneira semelhante, o deputado Kaio Maniçoba, natural do município de Floresta, região do sertão de Pernambuco, se utilizou de uma citação de Ulysses Guimarães, que contribuiu para a justificativa de voto do deputado. É válido destacar que os parlamentares do PMDB reconheciam o papel do ex-deputado federal Ulysses Guimarães, no desenvolvimento da democracia no país, e durante a votação 3 deputados da bancada homenagearam o deputado, citando seus feitos ou frases, em virtude do seu centenário.

Exemplo 13 - Voto do Kaio Manicoba (PMDB)

senhor presidente chego ao alto dessa tribuna pra proferir aqui uma célebre frase do nosso querido Ulysses Guimarães que dizia A nação quer mudar a nação deve mudar a nação vai mudar e chego aqui com orgulho de ser pernambucano com orgulho de ser sertanejo e de ser florestano pra dizer que voTO SI:M A ESSE IMpeachment.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

O deputado, que já havia declarado, em suas redes sociais⁵³, posição favorável ao impeachment, durante a votação declarou que iria “proferir aqui uma célebre frase do nosso querido Ulysses Guimarães que dizia A nação quer mudar a nação deve mudar a nação vai mudar”, assim, retomou uma frase do discurso de posse de Ulysses Guimarães, enquanto presidente da Assembleia Nacional Constituinte, visto que em 1987 o país vivenciava a convocação especial para a elaboração da Constituição Federal do Brasil, que inauguraria a democracia. Assim, o deputado Kaio Manicoba retomou a frase para recategorizar o julgamento em votação como oportuno para a mudança no país e exprimir que o povo ansiava por essa transformação.

Ademais, também observamos que o estado de Pernambuco, tinha apenas uma representante mulher. A engenheira e política brasileira Luciana Santos, era presidente do PCdoB e já havia declarado posição contrária ao impeachment. O voto acalorado da deputada permite-nos perceber a intertextualidade presente no voto. Vejamos o exemplo 14:

Exemplo 14- Voto da Luciana Santos (PCdoB)

tem uma canção em Pernambuco que (+) fala que a inJUSTIÇA DÓI: NÓS SOMOS MADEIRA DE LEI QUE CUPIM NÃO RÓI: E AQUI: O PCdoB vota por aqueles que tomaram pela democracia no nosso país o PCdoB vo:ta PELOS BRASILEIROS E BRASILEIRAS QUE ESTÃO NAS RUAS INDIGNADOS NO DIA DE HOJE E NOS VÁRIOS DIA:S QUE SE PASSARAM porque ALÉM DE TODAS AS INJUSTI:ÇAS NESSE PROCESSO TE::M UM RÉ:U AQUI: COMANDANDO O PROCEDIMENTO DE IMPEDIMENTO DA PRESIDENTA DILMA: UMA MULHER SÉRIA: E É POR ISSO que o PCdoB diz em alto e bom so:m VAI TER LUTA: (.) NÃ:O AO GOLPE.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

A deputada iniciou o voto com a citação de uma música popular do seu estado, assim ela pronunciou: “a inJUSTIÇA DÓI: NÓS SOMOS MADEIRA DE LEI QUE CUPIM NÃO

⁵³ Blog do Elvis. **Kaio Manicoba vai votar a favor da saída da presidenta Dilma Rousseff**. Disponível em: <https://blogdoelvis.com.br/noticia/1989/kaio-manicoba-vai-votar-a-favor-da-saida-da-presidenta-dilma-rousseff> . Acesso em: ago de 2024.

RÓI:”. Ao fazer isso, permite recordar sobre a música escrita por Capiba, compositor pernambucano que escreveu sobre a resiliência nordestina, escrita como “um hino de exaltação à força e à tradição do povo nordestino, especialmente aqueles envolvidos com o carnaval de rua”⁵⁴. Dessa forma, contribuiu para a compreensão de que os representantes do seu partido não se deixariam vencer facilmente, embora a abertura do processo já estivesse garantida, a expressão utilizada pela deputada mobiliza a compreensão de que ela manteria o seu posicionamento, visto que o processo se tratava de algo injusto, ela seria resistente ao resultado da votação.

Nesse sentido, observamos que nos votos do bloco 2 os deputados tentam argumentar para demonstrar que a decisão assumida era a mais coerente, tanto nos votos a favor quanto nos votos contrários à abertura do impeachment, a tentativa de sustentar a argumentação, recordando textos já publicizados ou pessoas que marcaram o cenário sócio-histórico do país, são características evidentes. Ademais, na próxima verificaremos como os processos referenciais (anáfora e dêixis) contribuem para a construção de sentidos dos votos do bloco 2.

4.2.1 Análise dos processos referenciais em rede

Nesta subseção, selecionamos catorze (14) votos do bloco 2, para analisarmos os referentes presentes nos votos, assim como, verificarmos como estes contribuem para a construção argumentativa do gênero votação oral.

Além disso, percebemos que alguns elementos como os dêiticos pessoais foram utilizados em alguns votos do bloco 2, para mencionar evocações que indicam a posse sobre determinada decisão.

Para tanto, selecionamos o voto do deputado Eduardo Da Fonte, que na oportunidade, tentou passar a palavra para o seu filho, para que ele declarasse a sua decisão, no entanto, a tentativa não foi admitida, já que não estava em conformidade com as regras da sessão plenária, dentre as quais, só poderia votar aqueles que tinham o nome na lista de frequência da Câmara dos Deputados Federais. Observemos o voto 21:

(21) Voto do Eduardo Da Fonte (PP)

senhor presidente senhoras e senhores deputados ao lado do meu filho Luís Eduardo que aqui está EM NOME DA MINHA família eu gostaria de primeiro pedir a Deus que Ele abençoe o Brasil e por ISSO EU VOU PASSAR PARA O MEU FILHO PARA

⁵⁴ Disponível em: <https://www.letras.mus.br/capiba/174179/significado.html> Acesso em: ago de 2024.

QUE ELE POSSA DIZER AO BRASIL MEU VOTO [Cunha: NÃO será possível deputado (+) deputado não é possível (+) deputado faça o seu voto deputado (+) conclua o seu voto deputado] SI:M.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

De maneira cordial, o deputado iniciou o voto com o pronome de tratamento: “**Senhor presidente senhoras e senhores** deputados”, dessa forma, utilizou-se do dêitico social para se direcionar formalmente, ao presidente da sessão plenária e aos demais parlamentares que estavam presentes na sessão de votação. Em seguida, destacou que votava “ao lado do meu filho Luís Eduardo que aqui está EM NOME DA MINHA família”, permitindo que os interlocutores ativassem a compreensão que o deputado se tratava de um homem que conservava os princípios de família.

Esses aspectos foram ratificados quando o deputado mencionou: “por ISSO EU VOU PASSAR PARA O MEU FILHO PARA QUE ELE POSSA DIZER AO BRASIL MEU VOTO”, desse modo, permitiu perceber que ele estaria ensinando o seu filho a dar prosseguimento aos seus passos, direcionando-o a prosseguir com as decisões assumidas por ele. Assim como, expressou: “eu gostaria de primeiro pedir a Deus que Ele abençoe o Brasil”, dessa forma, ao evocar o nome de Deus e as suas bênçãos para o país, demonstrou que possuía valores religiosos. No entanto, o presidente da sessão precisou intervir durante o voto e destacou que a decisão deveria ser proferida pelo deputado, assim, observamos que durante a sobreposição de vozes, o deputado demonstra desconforto, percebidos por sua expressão facial que se torna séria e em seguida ele aumenta o tom de voz para mencionar: “SI:M”, que caracteriza a ênfase a sua decisão.

O voto do deputado Fernando Coelho Filho, se realizou de maneira breve e sucinta. Assim, o deputado destacou:

(22) Voto do Fernando Coelho Filho (PSB)

Senhor presidente (+) o meu voto é si:m.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

Além disso, ele se utilizou do dêitico social “senhor presidente” e em seguida realiza uma pausa e então ressalta “o meu voto é si:m”, demonstrando ênfase em sua decisão, visto que prolonga a vogal **i** no advérbio de afirmação **si:m**.

De maneira semelhante, Gonzaga Patriota, também representante do estado de Pernambuco destacou que defenderia a abertura do impeachment. Para isso, mobilizou redes referenciais que se exprimem no voto a seguir.

(23) Voto do Gonzaga Patriota (PSB)

colegas deputadas e deputados (+) o Brasil inteiro assistiu agora a pouco o impeachment da presidente Dilma é porque o Brasil está desmantelado (+) eu venho defendendo já há algum tempo eleições gerais pra gente não vê o parlamento brasileiro os estados os prefeitos serem olhados pelo povo brasileiro de uma maneira muito ruim eu quero dizer aqui: que em nome de Eduardo Campos NÃO VAMOS DESISTIR DO BRASIL O BRASIL É BOM E EU VOTO SIM.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

No voto em análise, o deputado selecionou o referente <o Brasil está desmantelado> para recategorizar a necessidade de impeachment, visto a atuação defasada do governo de Dilma. Esses sentidos podem ser recuperados a partir do cenário de crises no governo de Dilma, os quais eram apontados pelos apoiadores do impeachment como motivos para que ela fosse afastada da presidência do país.

Além disso, o deputado expressou o seu desejo de <eleições gerais>, por meio desse referente, o deputado mobiliza a compreensão de que não só a destituição da presidente é urgente, mas a renovação de outros parlamentares também se apresenta como algo essencial, visto a importância de possibilitar ao povo um novo olhar a respeito dos seus representantes. Para isso, ele ainda utilizou o referente <O BRASIL É BOM> para elucidar que embora o processo em julgamento envergonhe ao povo brasileiro, corresponde a uma luta necessária. Durante o voto o deputado ainda menciona que vota “em nome de Eduardo Campos”, possibilitando inferir que o deputado homenageava aquele que havia morrido em um período que buscava lutar pelos direitos do povo. Com isso, Gonzaga Patriota expõe a sua decisão, amparando-se em justificativas que dão sustentabilidade a sua decisão e contraria o voto daqueles que votaram de forma contrária.

De maneira oposta acontece o voto do João Fernando Coutinho, que foi objetivo em sua decisão:

(24) Voto do João Fernando Coutinho (PSB)

meu voto é pela abertura do processo de impedimento da presidente Dilma.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

O deputado justificou, de maneira objetiva, que votava pela abertura do impeachment, utilizando-se do pronome pessoal “**meu** voto”, dêitico pessoal, para particularizar a sua decisão. Ele é um administrado e político filiado ao PSB, que votou em consonância com a orientação do seu partido. O deputado já havia declarado que votaria conforme a orientação

do seu partido, assim, na votação exprimiu conforme se especulava.

Além disso, em alguns votos do bloco 2, os deputados se utilizam de dêiticos sociais para situar sobre as indicações de pessoas presentes no evento comunicativo (com quem se fala), ou para mencionar evocações sobre quem se fala. Na sequência, destacamos o voto do deputado Jorge Côrte Real, que foi marcado por elementos dêiticos. Observemos o voto a seguir:

(25) Voto do Jorge Côrte Real (PTB)

Senhor presidente (+) que esse meu voto signifique o retorno desse país ao desenvolvimento econômico gerando emprego gerando mais renda gerando condições mais dignas ao brasileiro e a família pernambucana gostaria de dedicar meu voto aos pernambucanos que me honraram com meu mandato a minha família em especial minha mulher e meus netos MEU VOTO É SI:M.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

O empresário e político brasileiro iniciou o seu voto de maneira cordial, referindo-se ao presidente da sessão plenária ao “**Senhor** presidente”, assim, por meio do pronome de tratamento, utilizou um dêitico social para direcionar a fala a Eduardo Cunha. Em seguida, prosseguiu dizendo: “que esse meu voto signifique o retorno desse país ao desenvolvimento econômico gerando emprego gerando mais renda gerando condições mais dignas ao brasileiro e a família pernambucana”, dessa forma, permite ao interlocutor a recuperação de sentidos de que ele era a favor do impeachment, porque o processo oportunizaria a transformação do cenário econômico e trabalhista do país.

Além disso, o deputado também se utilizou da repetição do léxico “gerando”, que demonstrou que o país poderia ter melhores condições para o povo brasileiro. Ademais, se utilizou da expressão “gostaria de dedicar **meu** voto”, para demonstrar a motivação para a sua decisão de voto, deixando explícito que representava os “pernambucanos que **me** honraram com **meu** mandato a **minha** família em especial **minha** mulher e **meus** netos”, por meio do pronome pessoal “me” e dos pronomes possessivos “meu (s)”, “minha”, o deputado revela a conexão e o carinho que tinha pelo povo do seu estado, assim como por seus familiares, aos quais representou homenagem durante o voto.

O deputado também utilizou o adjetivo pátrio “pernambucanos”, particularizando o povo que representava, bem como destacou os seus princípios familiares ao mencionar que votava pela família. Para concluir, ele elevou a voz destacando: “MEU VOTO É SI:M”, enfatizando a decisão a favor da abertura do impeachment.

De maneira semelhante, ocorreu o voto do deputado Kaio Maniçoba. No voto, em

análise, o deputado utilizou o dêitico espacial, por meio do pronome demonstrativo, que contribuiu para indicar a localização quanto ao evento comunicativo em realização. Observemos o voto a seguir:

(26) Voto do Kaio Maniçoba (PMDB)

Senhor presidente chego ao alto dessa tribuna pra proferir aqui uma célebre frase do nosso querido Ulysses Guimarães que dizia A nação quer mudar a nação deve mudar a nação vai mudar e chego aqui com orgulho de ser pernambucano com orgulho de ser sertanejo e de ser florestano pra dizer que voTO SI:M A ESSE IMpeachment.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

O deputado se utilizou da expressão: “chego **aqui** com orgulho de ser pernambucano com orgulho de ser sertanejo e de ser florestano”, para demonstrar que o seu voto era impulsionado pelo povo que representava. O pronome demonstrativo, **aqui**, utilizado pelo deputado, demarca a ocorrência de um dêitico espacial, que também permite perceber que ele se referia ao espaço atual da votação, a Câmara dos Deputados. Ele também demonstrava, por meio da repetição da palavra “orgulho”, o sentimento de satisfação em ser do município de Floresta, no sertão de seu estado e poder “dizer que voTO SI:M A ESSE Impeachment”, destacando enfaticamente a decisão a favor do processo em julgamento. O tom de voz elevado apenas no final da votação exprime o entusiasmo do deputado que prolongou a vogal **i** para enfatizar seu “**SI:M**”.

No voto do deputado Marinaldo Rosendo (empresário e político brasileiro), que foi a favor da abertura do impeachment e destacou a satisfação em estar presente durante a votação, o deputado se utilizou de elementos dêiticos, assim como de recategorizações para pronunciar a sua decisão. Averiguemos o voto a seguir:

(27) Voto do Marinaldo Rosendo (PSB)

Presidente (+) é com muito prazer que eu quero dizer a todos os meus amigos deputados e deputadas é um prazer estar aqui nesse primeiro mandato (+) do PSB de Pernambuco: e poder ajudAR o Brasil a melhorar que o nosso BRASIL está aí visto pelo povo brasileiro: um Brasil que está quebrado: UM Brasil que não tem CREdibilidade: nem aqui: e nem lá fora do país e por toda essa razão eu queria mandar um grande abraço para os timbaubenses na cidade de Timbaúba no estado de Pernambuco e assi:m pelo nosso estado pelo estado de Pernambuco e pelo nosSO BRAsi:l e pelo meu grande amigo de sempre Eduardo CAmpos e por tudo isso vamos/não vamos desistir do Brasil e meu voto é SI:M.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

Embora tenham existido especulações contrárias a decisão de voto do deputado⁵⁵, antes da votação, ele já havia declarado posição favorável ao impeachment. Assim, na oportunidade votou conforme a orientação do seu partido. Para tanto, se referiu em tom de cordialidade ao “Presidente” da sessão plenária. Em seguida, expressou: “**eu** quero dizer a todos os **meus amigos** deputados e deputadas é um prazer estar aqui nesse primeiro mandato (+) do PSB de Pernambuco:”, assim, demonstrou, por meio pronome pessoal “eu”, dêitico social e do pronome possessivo “meus”, do dêitico social, demonstrou a afinidade com os demais parlamentares e reforçou a alegria em estar presente enquanto representante do seu partido e do estado de Pernambuco.

O deputado também destacou que votava motivado em <poder ajudAR o Brasil a melhorar>, ele ainda utilizou os referentes <um Brasil que está quebrado:>, <UM Brasil que não tem CREDibilidade: nem aqui: e nem lá fora do país>, que contribuíram para a sua justificativa, permitindo evidenciar que o impeachment seria o meio para ajudar o país, visto que essas expressões dão pistas de que o Brasil precisava recuperar-se da crise econômica, assim como recuperam sociocognitivamente os conhecimentos sobre as acusações direcionadas à presidente, visto que Dilma Rousseff era acusada de não administrar bem os gastos públicos, o que acarretava em falta de credibilidade no país.

O deputado também destacou que votava por seus conterrâneos e mencionou “**eu** queria mandar um grande abraço para os timbaubenses na cidade de Timbaúba no estado de Pernambuco”, usando o pronome pessoal, caracterizando o dêitico pessoal, que contribuiu para reforçar o sentimento de afeto e representatividade para com o povo do seu município, que representava naquela ocasião.

O deputado ainda reforçou, por meio do pronome possessivo “pelo **meu** grande amigo de sempre Eduardo Campos”, o dêitico social, evocando, assim, a memória de Eduardo Campos e destacou a relação de proximidade entre eles, permitindo perceber que ele não votaria só pela influência que Eduardo Campos tinha ao partido, mas pela sua história com o ex-governador, enquanto aliado político e pessoal⁵⁶. Além disso, o deputado destacou: “e por tudo isso”, dessa forma, se utilizou da anáfora encapsuladora para sintetizar a justificativa para a sua decisão e parafraseou a citação da frase utilizada por Eduardo Campos <vamos/não vamos desistir do Brasil e meu voto é SI:M>, que permite recategorizar que a abertura do

⁵⁵ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/impeachment/deputados-do-psb-decidem-apoiar-governo-e-preocupam-oposicionistas,2d7b1084e91d7a011c9d013f6bebb5f0ngjzyq3w.html>. Acesso em: ago de 2024.

⁵⁶ Folha de Pernambuco. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/marinaldo-rosendo-confirma-pre-candidatura-a-prefeito-pelo-pp/12676/>. Acesso em: ago de 2024.

impeachment era a alternativa viável no cenário atual do país. Assim, o deputado sustentou o seu voto, confirmando em voz alta a sua decisão “SI:M”.

Nos votos do bloco 2, notamos que os deputados recorrem a diversos referentes que funcionam como indícios, auxiliando na ativação dos conhecimentos contextuais. Uma evidência disso ocorre no voto do deputado Mendonça Filho. Observemos o voto a seguir.

(28) Voto do Mendonça Filho (DEM)

Senhor presidente senhores e senhoras deputadas eu venho de um estado de tradições libertárias e democráticas (+) a presidente Di:lma cometeu crime de responsabilidade: a regra constitucional é clara o povo coloca o presidente no poder QUAndo o presidente da república comete crime de responsabilidade cabe aos representantes do povo portanto nós tirar aquele que cometeu o crime do lugar que ocupa no cargo de presidente da república e nós estamos cumprindo com a nossa obrigação perante a constituição (+) VAmos votar SIM pelo impeachment da presidente Dilma.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

O deputado iniciou o seu voto direcionando-se ao: “Senhor presidente senhores e senhoras deputadas”, de maneira cordial referiu-se aos parlamentares presentes na sessão, utilizando-se do dêitico social “senhor(a)”, que caracteriza o tom de formalidade utilizado por ele. Em seguida, destacou o referente <a presidente Di:lma cometeu crime de responsabilidade:> para justificar que a sua decisão de voto seria favorável ao impeachment, visto que a presidente era acusada de ter realizado pedaladas fiscais, ou seja, ela teria realizado manobras contábeis para demonstrar que as contas públicas estavam equilibradas.

Assim, ele mencionou que “a regra constitucional é clara o povo coloca o presidente no poder QUAndo o presidente da república comete crime de responsabilidade cabe nós estamos cumprindo com a nossa obrigação perante a constituição”, recategorizando que enquanto parlamentares estariam agindo conforme um direcionamento estabelecido pela Constituição Federal, portanto, possibilita recuperar sociocognitivamente que não estariam agindo de encontro à democracia, mas sim, assegurando-a ao povo.

O deputado ainda reforçou que “Cabe aos representantes do povo portanto nós tirar aquele que cometeu o crime do lugar que ocupa no cargo de presidente da república”, enfatizando que a CF prevê que é responsabilidade dos parlamentares julgar a atuação deslinear de um governante e destitui-lo do mandato. Assim, o deputado ressaltou: “VAmos votar SIM pelo impeachment da presidente Dilma”, desse modo, retomou a orientação do seu partido, para que os deputados votassem a favor do processo em julgamento, assim como expressou a sua decisão, destacando que seria favorável a saída de Dilma da presidência.

Logo depois, o voto foi proferido pelo deputado Pastor Eurico, filiado ao PHS,

majoritariamente alinhado à direita política, de cunho conservador, votou a favor do impeachment, conforme orientação do seu partido.

(29) Voto do Pastor Eurico (PHS)

Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor (+) em defesa da vida da família da moral dos bons costumes contra a corrupção não desistindo do Brasil meu voto é SI:M.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

Para iniciar seu voto, o deputado fez referência a Deus proferindo: “Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor”, assim, possibilita evidenciar a orientação religiosa do deputado e demonstrar que a sua conduta estaria pautada nos princípios religiosos que possuía. Após uma breve pausa ele também destacou que votava “em defesa da vida da família da moral dos bons costumes”, o que permite remeter aos ideais de valores e moral defendidos pelo deputado, que buscava elucidar a importância do impeachment.

Para isso, ele utilizou o referente <contra a corrupção>, que permite recuperar que a presidente Dilma Rousseff era acusada de corrupção, por isso, o deputado assumia a posição a favor ao processo em julgamento. Isso se evidencia no final do seu voto, quando ele diz: “SI:M”, elevando a entonação para destacar a posição a favor da abertura do processo em julgamento.

Na sequência, o deputado Ricardo Teobaldo destacou a atuação incoerente daqueles que declararam o voto a favor e expressou que manteria a sua decisão de voto. Para isso, mobilizou conhecimentos do contexto da votação. Vejamos o voto:

(30) Voto do Ricardo Teobaldo (PTN)

senhor presidente (+) político que não tem lado que não tem posição não merece o respeito das pessoas o meu voto não modifica muita coisa o placar já mostra o resultado (+) impeachmando a presidente da república mas eu venho de um estado (+) de um estado de grande liderança e de história no país (+) DESde que começou o processo de impeachment eu tenho uma posição formada nessa casa (+) VI muitos companheiros mudarem de lado DE UM dia pra o outro de uma manhã pra uma noite e acho que o povo vai julgar esses que se mudaram que transferiram votos (+) é: seria muito cômodo agora com um placar desse eu dizer que votaria sim (+) mas é uma injustiça votar sim com uma MULher séria honrada como a presidente Dilma: e o meu vo:TO é por uma tradição em Pernambuco de homem sério a minha querida Limoeiro que já passou por aqui grandes homens públicos como Marílio Ferreira Lima (+) Carlos Alberto Oliveira Renato [Cunha: Como vota deputado? Como vota?] por Pernambuco e pela seriedade eu voto NÃ:O ao impeachment.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

O deputado iniciou o voto destacando: <o meu voto não modifica muita coisa o placar já mostra o resultado>, que permite recategorizar sociocognitivamente que ele conservaria

uma postura digna, pois mesmo que a sua decisão não o levasse a vencer, ele seguiria com o seu posicionamento contrário ao impeachment.

Além disso, o deputado destacou: “VI muitos companheiros mudarem de lado DE UM dia pra o outro de uma manhã pra uma noite e acho que o povo vai julgar esses que se mudaram que transferiram votos”, assim, o deputado evidenciou que dentre os deputados que já tinham votado, houve aqueles que mudaram a sua decisão de voto, seja por causa das negociações entre os partidos (já que nas semanas precedentes a votação os partidos negociavam tanto com o governo quanto entre si⁵⁷), seja em detrimento do encaminhamento da votação, visto que, provavelmente, alguns desistiram de defender o que acreditavam para acompanhar a decisão da maioria.

Assim, ele também se utilizou da expressão “é uma injustiça votar sim com uma MULHER séria honrada como a presidente Dilma:”, permitindo recuperar sociocognitivamente que a presidente atuava conforme as necessidades políticas, assim a sua destituição era uma arbitrariedade, visto a postura íntegra da presidente. Para isso, reforçou por meio do referente <Mulher séria honrada>, a postura honesta e o respeito da presidente para com o povo brasileiro, por isso, para ele, votar favorável ao impeachment correspondia a uma injustiça, visto que ela conservava qualidades exímias enquanto governante.

Ademais, o deputado situou: “o meu vo:TO é por uma tradição em Pernambuco de homem sério a minha querida Limoeiro”, destacando que a sua decisão de voto representava, em especial, o povo da cidade onde nasceu, deixando explícito o seu comprometimento diante da confiança atribuída a ele, portanto, votava pelo povo e pela tradição do seu estado. Assim, ele expressou que votava por “Marílio Ferreira Lima (+) Carlos Alberto Oliveira Renato” [Cunha: Como vota deputado? Como vota?], dessa forma, destacou os nomes de alguns parlamentares do nordeste que já haviam representado o partido, em outros momentos no plenário.

Em virtude da longa justificativa do deputado, o presidente da sessão plenária interrompeu o voto para saber questionar qual a decisão do deputado, o qual, em seguida proferiu: “por Pernambuco e pela seriedade eu voto NÃ:O ao impeachment”, ratificando os motivos para a sua decisão e justificando a sua posição contrária, a qual estaria relacionada à postura de seriedade. Esses entrelaçamentos de sentidos permitem que o deputado sustente a sua decisão de voto, pois ele negocia com os interlocutores, recuperando a posição de voto dos

⁵⁷ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/31/politica/1459383585_301639.html Acesso em: ago de 2024.

deputados anteriores para demonstrar que a sua decisão é coerente.

É válido destacar que, durante o evento comunicativo em análise aconteceram sete (7) abstenções, dentre elas o deputado Sebastião Oliveira se absteve do voto, declarando não concordar com a votação em julgamento. O voto, que constitui o bloco 2 será analisado a seguir.

(31) Voto do Sebastião Oliveira (PR)

senhor presidente (+) sou um deputado do sertão de Pernambuco os sertanejos diferente da região metropolitana não comungam com a saída da crise através do impeachment mas também o povo pernambucano sabe que em dois mil e catorze eu procurei uma outra opção para o Brasil que foi acompanhar Marina Silva e Eduardo Campos (+) HOje em respeito ao meu partido eu vou me abster do voto. ((SEM CHORO (+) SEM CHOROO)).

Fonte: *corpus* da pesquisa.

O deputado destacou que “os sertanejos diferente da região metropolitana não comungam com a saída da crise através do impeachment”, assim, demonstrou que votava enquanto representante “do sertão de Pernambuco”, justificando a motivação assumida para o seu posicionamento. Além disso, ele mencionou: “em dois mil e catorze eu procurei uma outra opção para o Brasil”, permitindo ativar a compreensão que ele já havia buscado outra alternativa para modificar o governo do país e expressou que “que foi acompanhar Marina Silva e Eduardo Campos”, destacando que tinha sido oposição à Dilma Rousseff no período das eleições de 2014, acompanhando os fortes oponentes à presidente.

Assim, ressaltou que, embora não estivesse satisfeito com a situação atual do país, não concordava com a destituição da presidente. Por fim, declarou: “HOje em respeito ao meu partido eu vou me abster do voto”, deixando evidente que não seguiria a recomendação do seu partido, mas também não iria de encontro aos seus princípios. A entonação amena do deputado destacou a sua tranquilidade enquanto votava e permitiu perceber a postura decidida do deputado, mesmo em meio aos gritos e comentários dos demais parlamentares, que em sua maioria gritavam “SEM CHORO (+) SEM CHOROO”, buscando ironizar a decisão do deputado.

Em seguida, temos o voto do deputado Silvio Costa, que declarou posição contrária ao impeachment.

(32) Voto do Silvio Costa (PTdoB)

a: a: maior herança maior herança que um homem (+) pode deixar para os seus filhos (+) e seus netos (+) os seus bisnetos é a sua HONra a sua integridade o seu caráter (+) Hoje pela segunda vez (+) uma parcela da elite brasileira [uuuu] está TORTurando a presidente Dilma HOJE é um dia que não deveria existir HOJE é um dia ONDE no

futuRO a história vai contar que a alegri:a é triste e o NÃ:O é a palavra maIS BONITA da línGUA portuguesa É NÃ::O:

Fonte: *corpus da pesquisa.*

O deputado, que também é professor, sociólogo e empresário, declarou posição contrária ao impeachment e justificou a sua posição, ressaltando: “a: a: maior herança maior herança que um homem pode deixar para os seus filhos (+) e seus netos (+) os seus bisnetos é a sua HOnra a sua integridade o seu caráter”, dessa forma, permite recuperar sociocognitivamente que ele manteria a sua decisão de voto, já expressada nos dias anteriores a votação⁵⁸. Enquanto o deputado expressava seu voto, havia vaías na assembleia, o que o fez realizar pausas inicialmente.

Em seguida, ele expressou “uma parcela da elite brasileira [uuuu] está TORTurando a presidente Dilma”, dessa forma, <elite brasileira> e <torturando a presidente Dilma>, são referentes que auxiliam na justificativa do deputado e permitem recategorizar que a maioria dos deputados que votaram a favor do impeachment, correspondem aos que se enquadram na alta sociedade, isto é, defendem os padrões organizacionais da classe com maior poder aquisitivo e ideais mais conservadores. Além disso, pode-se recategorizar que esses parlamentares agiam de forma desonesta e abusavam da posição enquanto representantes do povo, para torturar a presidente.

O deputado também ressaltou: “HOJE é um dia ONDE no futuRO a história vai contar que a alegri:a é triste”, utilizando-se do dêitico temporal, em voz elevada, que o momento da votação será lembrado historicamente e ressaltou: “a alegri:a é triste”, destacando o sentimento paradoxal diante da abertura do processo de impeachment, visto que considerava o momento triste, embora alguns celebrassem o momento.

Ademais, o deputado declarou “o NÃ:O é a palavra maIS BONITA da línGUA portuguesa É NÃ::O:”, enfatizando a decisão contrária ao impeachment e atribuindo significado ao “não” proferido durante o impeachment, ao qual foi atribuído caracterização de beleza, podendo recuperar os sentidos de que teriam agido de forma bonita aqueles que mantiveram posição contrária ao julgamento em questão, já que eram a minoria.

Além disso, no voto houve elevação na pronuncia de algumas palavras “NÃ:O” e “BONITA”, assim como, houve alternância em algumas sílabas das palavras “maIS” e “línGUA”, que caracterizam a tentativa do deputado em enfatizar a sua posição de voto, que

⁵⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/no-tempo-do-pt-do-b-silvio-costa-chama-cunha-de-cachorro-morto.html> . Acesso em: ago de 2024.

mesmo diante da garantia do impeachment, buscou justificar a insatisfação com o resultado do processo e reafirmar a sua decisão.

No voto do deputado Tadeu Alencar, ele reforçou a sua decisão de voto, favorável ao impeachment, por meio de elementos dêiticos, os quais serão explicados na análise a seguir:

(33) Voto do Tadeu Alencar (PSB)

senhor presidente (+) o afastamento de um presidente da república é sempre algo muito traumático na vida de qualquer país (+) mas essa é uma noite **necessÁRIA** porque além de estarem presentes os pressupostos políticos e jurídicos que caracterizam o crime de responsabilidade a presidente está sofrendo aqui: essa grande manifestação do parlamento brasileiro que é o sentimento da maioria da sociedade brasileira (+) por isso hoje a gente começa aqui a reconstruir a vida pública: em nosso país a tentar reconstruir precisamos seguir mudando inclusive é da é o imperativo cívico para esse parlamento que a presidência dessa casa se submeta ao julgamento desse parlamento porque a sociedade brasileira não entende que a presidente da república possa estar sendo afastada e essa presidência continue sob o repúdio da sociedade (+) por Pernambuco pra o meu líder Eduardo Campos pelo Brasil eu voto sim.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

O deputado iniciou o seu voto direcionando-se ao presidente da sessão plenária, conforme fizeram a maioria dos deputados, em seguida, mencionou “essa é uma noite **necessÁRIA**”, utilizando-se do dêitico temporal para situar o momento da votação, dessa forma, permite recategorizar que o impeachment seria imprescindível, já que o deputado se utilizou do adjetivo “**necessÁRIA**” para caracterizar o julgamento em votação, demonstrando a sua posição favorável ao impeachment.

Além disso, o deputado reforçou que “a presidente está sofrendo **aqui**: essa grande manifestação do parlamento brasileiro que é o sentimento da maioria da sociedade brasileira”, que permite recategorizar que os parlamentares, enquanto representantes do povo, estariam manifestando a necessidade de destituição da presidente, a qual estaria sofrendo com os protestos da população. O deputado também reforçou: “**hoje** a gente começa **aqui** a reconstruir a vida pública: em nosso país”, situando a importância daquele dia, por meio do dêitico temporal “**hoje**” e com o pronome “**aqui**”, que contribuem para reforçar a historicidade do julgamento em votação, recategorizando, por meio do referente <reconstruir a vida pública: em nosso país>, que o impeachment era o caminho para a reconstrução e transformação do cenário de crise enfrentado pelo país.

Ademais, ele já havia declarado posição contrária ao governo da presidente e destacou que é preciso “seguir mudando inclusive é da é o imperativo cívico para esse parlamento”, dessa forma, permite recategorizar que os parlamentares teriam a possibilidade de tomar uma

decisão, que acarretaria a saída da presidente do governo, mas esse cenário precisaria continuar sob observância dos parlamentares, já que a mudança não aconteceria somente com a saída da presidente.

Esses sentidos são reforçados explicitamente, quando o deputado destacou que “a sociedade brasileira não entende que a presidente da república possa estar sendo afastada e essa presidência continue sob o repúdio da sociedade”, demonstrando que o referente <seguir mudando>, permite compreender que a destituição da presidente seria o início de mudanças sociais. Assim, esse referente evoluiu, sendo apresentado como <essa presidência continue sob o repúdio da sociedade>, que possibilita acionar sociocognitivamente, a preocupação da sociedade, visto que com a saída da presidente do governo, este ficaria sob o comando de Michel Temer, o qual não tinha aceitação de toda a população, logo, o governo poderia continuar sendo repudiado, por isso a importância dos parlamentares para verificar os desejos do povo e agir em defesa dos ideais da sociedade.

Para finalizar, o deputado declarou: “por Pernambuco pra o meu líder Eduardo Campos pelo Brasil eu voto sim”, que destacou que votava em representação do seu estado e evocou o nome de Eduardo Campos, que era líder do seu partido e um grande representante dos pernambucanos.

De maneira semelhante, esses aspectos foram mencionados no voto do Wolney Queiroz:

(34) Voto do Wolney Queiroz (PDT)

senhor presidente (1,5) a política não é lugar para os fracos (+) e o povo sabe dar valor ao homem público que tem posição então em nome da democracia não a Eduardo Cunha NÃO ao golpe não a um presidente eleito sem votos NÃO ao golpe NÃO AO GOLPE: NÃO AO GOLPE:

Fonte: *corpus* da pesquisa.

O deputado iniciou o voto com algumas pausas, demonstrando reorganizar as palavras para proferir a sua decisão. Em seguida, destacou que “a política não é lugar para os fracos”, demonstrando que embora estivesse votando após a garantia do processo em julgamento e depois de vários deputados, do mesmo estado, que votaram a favor, ele manteria a sua decisão, permitindo que o interlocutor percebesse que ele estaria posicionando a autenticidade de sua decisão, visto que ele destacou que a sua posição era “em nome da democracia”, por isso, demonstrou que não votava para garantir a sua integridade, mas em defesa dos direitos dos cidadãos.

Além disso, o deputado utilizou os referentes <não a Eduardo Cunha>, <não a um presidente eleito sem votos>, permitindo perceber a insatisfação do deputado em ter Eduardo Cunha presidindo a sessão plenária e com a confirmação de que Michel Temer (que era o vice-presidente da república, em 2016), assumiria o cargo da presidente, por isso o referente <não a um presidente eleito sem votos>, permite reforçar a compreensão de que ele se apossaria do cargo por meios injustos, sem corresponder ao desejo dos eleitores.

O deputado também utilizou o referente: <NÃO ao golpe>, <NÃO AO GOLPE: NÃO AO GOLPE:>, por repetidas vezes, possibilitando a ativação dos conhecimentos dos interlocutores que possibilitam recategorizar que não havia comprovação de crime, dessa forma, o deputado defendia que o processo em julgamento era um golpe, visto que, destituir sem motivos a presidente que foi eleita democraticamente era considerado uma forma ilícita. A repetição dos vocábulos e a elevação na entonação da voz, caracterizam a discordância do deputado com o processo em votação, bem como o resultado deste.

Por meio dos votos do bloco 2, foi possível perceber que os processos referenciais contribuem para estruturar os votos orais, desempenhando um papel fundamental na formação de seus significados. Assim, notamos que esses votos são moldados de acordo com as intenções dos deputados, mas estão relacionadas ao cenário político do país. Além disso, por se tratar de um gênero oral, os elementos sonoros, assim como os gestos realizados pelos deputados durante o voto, são cruciais para a organização dos referentes e para a realização desse gênero. Na subseção 4.2.2, analisaremos alguns votos para demonstrar de que maneira esses aspectos contribuem para a elaboração de sentidos dos votos.

4.2.2 Análise dos elementos da oralidade na organização dos referentes

Conforme dissemos na subseção 4.1.1, no evento comunicativo em estudo, o suporte para realização do evento comunicativo é a voz humana (Travaglia et al. 2017). Assim, percebemos que as decisões de voto foram produzidas por meio do gênero oral, sendo compostos por elementos multimodais.

Nesse sentido, nesta subseção observamos os elementos do gênero oral (entonação, repetição, pausas, etc. – assim como, entendemos que os elementos multimodais - gestos, expressões faciais, postura corporal, etc.- não podem ser negligenciados), que contribuem para a construção significativa do voto, auxiliando na argumentatividade dos votos. Assim, selecionamos seis (6) votos, que constituem o bloco 2 da seleção de votos, que nos permitem observar como esses recursos funcionam para garantir sentidos ao texto.

Para observarmos esses elementos, destacamos o voto do Bruno Araújo, assim como apresentamos algumas imagens que exprimem um recorte da realização deste voto. Um recorte desse voto, em vídeo, também pode ser observado na plataforma Poder 360⁵⁹.

(35) Voto do Bruno Araújo (PSDB)

senhor presidente: (0,2) [Cunha: Por favor, eu quero] quanta honra [Cunha: por favor (+) vou pedir pra silenciar o auditório] quanta honra o destino me reservou de poder (+) quanta honra o destino me reservou de poder: DA MINHA VOZ SAIR O GRITO DE ESPERANÇA DE MILHÕES DE BRASILEIROS [assembleia: Ê::::::::::] PERNAMBUCO NUNCA FALTOU AO BRASIL CARREGO COMIGO NOSSAS HISTÓRIA:S DE LUTA PELA LIBERDADE E PELA DEMOCRACI:A (+) POR ISSO EU DIGO AO BRASIL SI::M PELO FUTURO:: ((enquanto a maioria da assembleia comemorava, alguns vaiavam. No mesmo momento, o deputado foi abraçado por alguns parlamentares e por seus familiares, que pulavam e comemoravam o voto)).

Fonte: *corpus* da pesquisa.

Imagem 15 - Recorte do voto do deputado Bruno Araújo



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados.

⁵⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ebxvbybcdio> Acesso em: ago de 2024.

Imagem 16 - Recorte do voto do deputado Bruno Araújo



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados.

No início do voto há grande euforia do auditório, por isso há as intercalações entre a fala de Bruno Araújo e o pedido de Eduardo Cunha para que os parlamentares silenciem. O deputado direcionou o seu voto referindo-se, inicialmente, ao presidente da sessão plenária e utiliza o pronome de tratamento “**senhor** presidente:”, por meio do dêitico caracteriza a formalidade para se referir ao presidente da sessão. Em seguida, ele utilizou o referente <O GRITO DE ESPERANÇA DE MILHÕES DE BRASILEIROS>, que permite a recategorização da expectativa de mudança no cenário sociopolítico do país. Conforme verificamos na subseção anterior, o deputado se utilizou de um texto declarado por Michel Temer, para fazer referência a importância de mudanças no governo.

O voto do deputado também foi permeado de gestos e expressões faciais, os quais permitem observar a euforia do deputado para declarar essa decisão. Para mencionar “quanta honra o destino me reservou de poder DA **MINHA VOZ**”, ele levantou a mão e o dedo indicador, como mostra a imagem 14, e utilizou o pronome possessivo “minha”, que permite destacar o papel de importância do deputado na votação do processo em julgamento.

Além disso, pode-se compreender que o impeachment era uma estratégia para que o Brasil pudesse ser governado por outro partido. Dessa forma, o referente <O GRITO DE ESPERANÇA> evoluiu no texto sendo recategorizado como o <SI::M PELO FUTURO::>, o que permite inferir que com o impeachment da presidente existiria inovação no futuro socioeconômico do país, por isso o deputado votante externou a importância de ter contribuído para garantir a abertura do processo de destituição da presidente. Todos esses sentidos são possibilitados a partir das pistas sociocognitivas que são acionadas a partir do contexto da votação.

Ademais, a entonação do deputado votante contribuiu para a negociação de sentidos

desse voto, visto que o deputado Bruno Araújo elevou o tom de voz a medida em que percebeu a euforia das pessoas presentes na sessão plenária, como podemos observar na imagem 15, e no recorte do voto, em vídeo, pois, ao mesmo tempo, em que ele reafirmou a sua decisão em um tom de ênfase, ele também fez movimentos com o corpo, levantando os braços e balançou energicamente a cabeça, o que permite caracterizar a certeza do deputado em proferir tal decisão.

Nesse voto, a pronúncia mais forte durante a justificativa, desde o início da votação, reforça os motivos que contribuíram para a decisão do deputado. Para reforçar esses sentidos, ele se utilizou dos referentes <LUTA PELA LIBERDADE E PELA DEMOCRACI:A>, que podem ser recategorizados como a trajetória de luta do deputado em defesa do povo, dos direitos e da promoção de liberdade.

Após esse voto, o deputado Daniel Coelho foi chamado para pronunciar a sua decisão e votou de maneira semelhante ao deputado Bruno Araújo. Elegendo, diferentemente, outros referentes para sustentar a sua justificativa, declarou a mesma decisão de voto. Assim, observamos o voto 36, assim como as imagens 17 e 18, que demonstram um recorte do voto:

(36) Voto do Daniel Coelho (PSDB)

em um momento da história esse plenário cassou um presidente que também cometeu crime: o ex-presidente Collor ESSE FATO SE REPETE DE NOVO HOJE NO BRASIL (+) PRESIDENTE DILMA E:::X-PRESIDENTE DILMA COMETEU CRIME DE RESPONSABILIDADE: AO USAR DINHEIRO PÚBLICO SEM AUTORIZAÇÃO DESSA CASA A LEI É PARA TODOS (+) EU VOTO SI::M PELO BRASIL (0,2) FORA DILMA:

Fonte: *corpus* da pesquisa.

Imagem 17 - Recorte do voto do deputado Daniel Coelho



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados.

Imagem 18- Recorte do voto do deputado Daniel Coelho



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados.

O deputado Daniel Coelho destacou um momento histórico para aludir ao momento atual do processo. Para tanto, declarou que <esse plenário cassou um presidente que cometeu crime:: o ex-presidente Collor>, dessa forma, o interlocutor deve lembrar o acontecimento de 1992, quando foi aberto o procedimento para destituição do então presidente da república, Fernando Collor de Mello, conforme mencionamos na subseção 4.1.2. Assim, se utilizou da expressão “**ESSE FATO SE REPETE DE NOVO HOJE NO BRASIL**”, por meio do pronome demonstrativo “esse”, utiliza o dêitico temporal, que retoma a um fato passado, relacionando ao presente por meio do advérbio “hoje”, que caracteriza o momento atual da votação. O deputado também ergueu a mão esquerda, com o dedo indicador elevado para o alto, em sinal de ênfase sobre o fato que retomava, como mostra a imagem 16.

Assim, o deputado expôs que a mesma situação estaria se repetindo naquele momento e introduziu o referente <DILMA E:::X-PRESIDENTE>, de forma enfática o deputado alongou a vogal **e** do pré-fixo **ex-**, o que contribui para recategorização da destituição da presidente como algo confirmado.

Em seguida, o deputado proferiu <FORA DILMA:>, o que permite ratificar o desejo de ver a presidente fora da presidência e evidenciou a sua decisão a favor do impeachment. Daniel Coelho também se utilizou, na maior parte do voto, da entonação elevada para explicitar a sua decisão, justificando que “**DILMA COMETEU CRIME DE RESPONSABILIDADE: AO USAR DINHEIRO PÚBLICO SEM AUTORIZAÇÃO DESSA CASA**”, desta maneira, precisaria ser investigada. Na imagem 17, percebemos que o deputado direcionou o dedo indicador da mão direita para a frente, movimento de um lado para o outro, quando mencionou <A LEI É PARA TODOS>, ao utilizar esse referente retomou o exemplo inicial de seu voto, destacando que se Collor foi investigado, todos os outros deputados

poderiam ser investigados, assim como Dilma também deveria ser, evidenciando que esse motivo o impulsionaria a votar a favor do impeachment.

De maneira semelhante, o deputado Danilo Cabral, utilizou outros referentes para construir a sua justificativa e utilizou-se da entonação elevada para declarar a sua posição de voto. O deputado também usou repetições de palavras e alongamentos de vogais que contribuem para enfatizar o seu posicionamento. Vejamos o voto 37 e o recorte do voto, por meio das imagens 18 e 19:

(37) Voto do Danilo Cabral (PSB)

senhor presidente (+) reassumi meu mandato (+) estava ocupando o cargo de secretário de estado lá em Pernambuco por entender que nesse momento: tão importante para a vida de nosso país não cabia a gente fazer a delegação deste momento EM NOME DA CONFIANÇA QUE o povo de Pernambuco nos deu de estar aqui representando um estado que TEM A MARCA DAS LUTAS LIBERTÁRIAS QUERO AQUI nesse momento TÃO IMPORTANTE para o Brasil de uma virada de página PRESTAR UMA homenagem A UM GRANDE PERNAMBUCANO QUE DEU AQUILO QUE DE MAIS VALOR A GENTE TEM que é a vida EM NOME DE UM BRASIL DIFERENTE EM NOME DE E-DU-AR-DO HENRIQUE ACIOLE CAMPOS QUE FOI NOSSO GOVERNADOR PRESIDENTE DE NOSSO PARTIDO EM NOME DE SONHOS DE UM BRASIL MAIS IGUAL DE UM BRASIL MAIS EQUILIBRADO COM MAIS EDUCAÇÃO COM MAIS SAÚDE COM UM ESTADO QUE FAÇA AS ENTREGAS QUE A POPULAÇÃO DESEJA: EM NO:ME: DAQUILO QUE ELE NOS PEDIU CORAGE:M PARA: MUDAR O BRA:SIL (+) sim.

Fonte: corpus da pesquisa.

Imagem 19 - Recorte do voto do deputado Danilo Cabral



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados.

Imagem 20 - Recorte do voto do deputado Danilo Cabral



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados.

O deputado justificou a sua presença, dizendo: “por entender que nesse momento: tão importante para a vida de nosso país não cabia a gente fazer a delegação desTE momenTO”, dessa forma, comentou que, embora tivesse deixado o cargo, voltou ao mandato porque não queria transferir a responsabilidade, por se tratar de um momento social e político importante, conforme evidenciamos na subseção 4.1.2.

Ademais, ele enalteceu que votava pelo “EM NOME DA CONFIANÇA QUE o povo de Pernambuco nos deu de estar aqui representando um estado que TEM A MARCA DAS LUTAS LIBERTÁRIAS”, demonstrando que votava enquanto representante dos pernambucanos, assim como impulsionado pela confiança que o povo do seu estado havia lhe atribuído, ele ainda ressaltou as lutas por liberdade e por justiça social, vivenciadas historicamente pelo estado de Pernambuco. Nesse momento, o deputado se utilizou da mão levantada com o punho cerrado para demonstrar a importância das lutas realizadas e simbolizando a resistência perante a decisão em votação.

Ademais, o deputado se utilizou da expressão “QUERO **AQUI** nesse momento TÃO IMPORTANTE para o Brasi:l”, para destacar a impressão positiva sobre o julgamento em votação, para isso usou o dêitico espacial “**AQUI**” para localizar a sua fala no espaço da assembleia legislativa, reforçando que estava vivenciando um momento significativo para o país. O deputado também fez o gesto com o dedo indicador abaixado, expressando que se direcionava ao espaço em votação. Esse movimento pode ser evidenciando no vídeo, que demonstra o voto do deputado⁶⁰.

⁶⁰ Deputado natural de Surubim-PE, Danilo Cabral diz SIM ao impeachment de Dilma e cita Eduardo Campos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7pBaYJfRtw> Acesso em: ago de 2024.

Em seguida, destacou que iria “PRESTAR UMA homenagem A UM GRANDE PERNAMBUCANO QUE DEU AQUILO QUE DE MAIS VALOR A GENTE TEM que é a vida”, essa expressão foi explícita com o referente <E-DU-AR-DO HENRIQUE ACIOLE CAMPOS>, que soletrou as sílabas do primeiro nome de Eduardo Campos, fazendo referência ao ex-governador de Pernambuco, retomando o legado deste, como evidenciamos na subseção 4.1.2. Esse momento foi registrado na imagem 19, que recupera a ênfase do deputado para atribuir a referência.

Além disso, ele enalteceu que votaria em homenagem àquele que havia sido presidente do seu partido e justificou que a sua decisão era “EM NOME DE SONHOS DE UM BRASIL MAIS IGUAL DE UM BRASIL MAIS EQUILIBRADO COM MAIS EDUCAÇÃO COM MAIS SAÚDE COM UM ESTADO QUE FAÇA AS ENTREGAS QUE A POPULAÇÃO DESEJA: EM NO:ME: DAQUILO QUE ELE NOS PEDIU CORAGE:M PARA: MUDAR O BRA:SIL (+) sim”, assim, em tom de voz elevado e se utilizando do prolongamento de vogais em algumas sílabas das palavras (DESEJA: EM NO:ME: DAQUILO QUE ELE NOS PEDIU CORAGE:M PARA: MUDAR O BRA:SIL), o deputado sustentou a homenagem a Eduardo Campos, destacando os princípios defendidos pelo ex-governador de Pernambuco.

Ele também se utilizou da expressão <EM NO:ME: DAQUILO QUE ELE NOS PEDIU CORAGE:M PARA: MUDAR O BRA:SIL (+) sim>, que permite recategorizar que o impeachment seria a mudança necessária para o país, para isso se utilizou do adjetivo coragem, que ratifica o seu desejo de modificação no cenário brasileiro. Também observamos que o deputado se utiliza da expressão “EM NOME DE” por repetidas vezes, o que caracteriza que ele estaria votando em conformidade com os princípios idealizados por Eduardo Campos, assim como em detrimento dos desejos do povo que representava. Além disso, no final do voto, após um breve segundo de pausa, o deputado expressa de maneira amena o advérbio de afirmação “sim”, provavelmente, para cumprir com os direcionamentos realizados na estrutura do evento comunicativo.

Também podemos evidenciar que os dêiticos espaciais e pessoais, por vezes foram utilizados para explicitar o desconforto dos parlamentares em ter Cunha como presidente da sessão, bem como evidenciam seu ponto de vista sobre o presidente da sessão. Assim, observemos o voto 38 e a imagem 21:

(38) Voto do Jarbas Vasconcelos (PMDB)

senhoras deputadas senhores deputados (+) É evidente que: a presidente da república não só cometeu crime:s como as pedaladas mas ela sobretudo meNTIu ao país (+) mentiu ao paí:s quando prometeu uma coisa na campanha: e fez outra exata:mente ao

contrário (+) o país está no fundo do poço (+) quebrado arreventado (+) sem crédito e desmoralizado (+) eu voto si:m pelo impeachment (+) [MAS quero] mas queRO presidente dizer do meu desconFORTO de ter **aqui** ((aponta o dedo indicador em direção a Eduardo Cunha)) uma pessoa como **vossa excelência** presidindo esta casa vossa excelência agra:va [cada] vez mais com **seu** (+) com seu [expediente aqui] no processo político brasileiro (+) macula (+) fica profundamente macULADO com a sua presença.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

Imagem 21 – Recorte do voto do deputado Jarbas Vasconcelos



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados.

Para sustentar a sua posição de voto, ele declarou que “ela sobretudo meNTiu ao país (+) mentiu ao paí:s quando prometeu uma coisa na campanha: e fez outra exata:mente ao contrário”, permitindo recategorizar a então presidente da república, Dilma Rousseff, como desleal, atribuindo a ela, características de falta de integridade. O deputado também se utilizou dos referentes: <o país está no fundo do poço (+) quebrado arreventado (+) sem crédito e desmoralizado>, que possibilitam perceber que o país estava em uma situação crítica, visto a falta de comprometimento do governo da presidente com o país, que, por consequência, estaria contribuído para a falta de reputação do país.

É válido contextualizar que após divulgar seu voto, ao expressar a decisão a favor do impeachment, outros deputados, que estavam no entorno dele, colocaram uma faixa verde e amarelo em seus ombros, como mostra a imagem 20. Em seguida, o deputado manifestou sua insatisfação com a participação de Eduardo Cunha no comando da votação. Para isso, se utilizou do gesto, com o dedo indicador apontado para Cunha, como mostra a imagem. Em seguida, ele se utilizou do advérbio "aqui", para se referir não apenas ao local da votação, mas também às circunstâncias em que ela ocorre, visto que o impeachment representa um momento político e histórico de grande importância.

Para reforçar que a presença de Cunha na presidência da sessão era vista por ele como inadequada, o deputado destacou: "profundamente maculado", permitindo perceber que a presença de Cunha era indesejável, associando-o a uma reputação negativa. Além disso, ele mencionou de modo formal "**vossa excelência**" usando o pronome de tratamento e reforçando "**senhor**", que são dêiticos sociais, para ressaltar que Eduardo Cunha estaria comprometendo o procedimento de destituição devido aos seus antecedentes de processos no Supremo Tribunal Federal, que constavam de apurações por atos de corrupção e abuso de poder. Jarbas Vasconcelos também aproveitou a votação para destacar a postura contraditória do presidente da sessão, alegando que, levando em consideração seu histórico como parlamentar, ele não deveria ocupar tal cargo.

Na sequência, a deputada Luciana Santos iniciou a votação citando uma canção popular de seu estado natal, como observamos na subseção anterior, para demonstrar que ela manteria o seu posicionamento, embora a votação já estivesse garantida. Assim, observemos o voto e os recortes do voto, nas imagens a seguir:

(39) Voto da Luciana Santos (PCdoB)

tem uma canção em Pernambuco que (+) fala que a inJUSTIÇA DÓI: NÓS SOMOS MADEIRA DE LEI QUE CUPIM NÃO RÓI: E AQUI: O PCdoB vota por aqueles que tomaram pela democracia no nosso país o PCdoB vo:ta PELOS BRASILEIROS E BRASILEIRAS QUE ESTÃO NAS RUAS INDIGNADOS NO DIA DE HOJE E NOS VÁRIOS DIA:S QUE SE PASSARAM porque ALÉM DE TODAS AS INJUSTI:ÇAS NESSE PROCESSO TE::M UM RÉ:U AQUI: COMANDANDO O PROCEDIMENTO DE IMPEDIMENTO DA PRESIDENTA DILMA: UMA MULHER SÉRIA: E É POR ISSO que o PCdoB diz em alto e bom so:m VAI TER LUTA: (.) NÃ:O AO GOLPE.

Fonte: corpus da pesquisa.

Imagem 22 – Recorte do voto da deputada Luciana Santos



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados.

Imagem 23 – Recorte do voto da deputada Luciana Santos



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados.

Imagem 24 – Recorte do voto da deputada Luciana Santos



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados.

A deputada destacou “AQUI: O PCdoB vota por aqueles que tomaram pela democracia no nosso país”, utilizando o dêitico espacial **AQUI:**, utilizou-se do advérbio de lugar, dêitico espacial, para indicar a localização no espaço físico da Câmara dos Deputados, mas também situando no cenário da votação a sua decisão de voto. Como mostra a imagem 22, a deputada gesticulou com o braço direito, em um movimento de sobe e desce, apontando para baixo, para demonstrar que se referia ao ambiente da votação. Ademais, pronunciou em voz alta o advérbio “AQUI”, possibilitando destacar que o seu partido havia votado enquanto representante da democracia.

Além disso, a deputada justificou que votava em prol dos brasileiros, em especial daqueles <QUE ESTÃO NAS RUAS INDIGNADOS NO DIA DE HOJE>, permitindo acionar a compreensão de que os brasileiros se encontravam descontentes com o processo, já

que os manifestantes, que declaravam posição contrária ao impeachment, iam às ruas em defesa da democracia.

Em seguida, a deputada destacou que “ALÉM DE TODAS AS INJUSTIÇAS NESSE PROCESSO TE::M UM RÉ:U AQUI: COMANDANDO O PROCEDIMENTO DE IMPEDIMENTO DA PRESIDENTA”, evidenciando a decisão contrária ao processo em votação, ela destacou a indignação em ter Eduardo Cunha presidindo a votação, visto a situação de Eduardo Cunha perante as investigações do STF. Além disso, quando pronunciou “TE::M UM RÉ:U **AQUI:**”, por meio do dêitico espacial, possibilita situar os participantes da interação sobre a sua insatisfação em tê-lo coordenando a votação, para isso é essencial que os participantes acionem a compreensão sobre o líder do processo, o qual era um deputado sob investigação por atividades relacionadas à corrupção. Também se faz necessário perceber que a deputada apontou com o dedo indicador e olhou em direção a Eduardo Cunha, como mostra a imagem 23, permitindo que os interlocutores compreendessem de quem ela falava.

A deputada também utilizou o referente: <UMA MULHER SÉRIA:>, que contribuiu para enaltecer a postura da presidente, destacando que ela conservava qualidades exímias enquanto governante, pois sua postura demonstrava o cuidado para com o povo brasileiro. Dessa forma, permite a recategorização sociocognitiva de que ela atuava conforme as necessidades políticas, assim como acontece em todos os governos. Esses entrelaçamentos de sentidos permitem que a deputada sustente a sua decisão de voto, pois ele negocia com os interlocutores, recuperando a posição de voto dos deputados anteriores para demonstrar que a sua decisão é assertiva, já que as acusações feitas a presidente não têm fundamentos sólidos.

A deputada também destacou que diria “em alto e bom so:m VAI TER LUTA: (.) NÃ:O AO GOLPE”, permitindo observar a elevação no seu tom de voz, que exprimia o desejo para lutar contra o processo em votação, para isso ela exprimiu o referente <GOLPE>, que possibilita perceber a sua repulsa ao processo de impeachment, permitindo recuperar sociocognitivamente a compreensão de que a presidente estaria sendo acusada de improbidade administrativa, porém, como não havia provas, o processo correspondia a um golpe. É válido destacar que todo o voto da deputada foi expresso em voz estridente, com a mão erguida em movimento (para baixo e para cima), com o punho cerrado como forma de afirmar a postura da deputada perante a decisão de voto. O voto da deputada foi publicado pelo Blog da Folha⁶¹, permitindo perceber os gestos realizados pela deputada enquanto votava. Assim, a elevação na entonação da voz, a pulseira vermelha utilizada pela deputada, são elementos que

⁶¹ Blog da Folha. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aGEnC6z35VI> . Acesso em: ago de 2024.

caracterizam a discordância da deputada com o processo em votação, bem como com o resultado deste.

Nesse sentido, encerrando os votos do estado de Pernambuco, observaremos a seguir o voto do deputado Zeca Cavalcanti, que também votou de maneira contrária ao impeachment. Vejamos o voto a seguir.

(40) Voto do Zeca Cavalcanti (PTB)

companheiros seria facilimo um voto aqui depois de trezentos e cinquenta e cinco votos já concordando com o impedimento da presidenta da república (+) mas venho lá de Pernambuco do sertão da cidade de Arco Verde: e LÁ endossam assim como alguns companheiros já colocaram e assinaram o seu voto (+) o meu voto é pela democracia é pelo Brasil é por Pernambuco em especial pelo sertão de Pernambuco meu voto é não ao impedimento.

Fonte: *corpus* da pesquisa.

Imagem 25 – Recorte do voto do deputado Zeca Cavalcanti



Fonte: Imagem gerada a partir da votação na TV Câmara dos Deputados.

O deputado se utilizou do tempo que tinha para expressar o cuidado com o povo, retomando que para isso não se eximiria de ser contrário à decisão dos demais <companheiros>. Ao utilizar esse referente possibilita reelaborar a postura dos demais parlamentares, que embora participassem da mesma atividade, têm opiniões divergentes. Para isso, inicialmente o deputado mencionou que embora fosse fácil apresentar uma decisão a favor do impeachment, visto o andamento do processo, esse não era o caminho escolhido por ele.

Assim, o deputado mencionou que “seria facilimo um voto aqui depois de trezentos e cinquenta e cinco votos já concordando com o impedimento da presidenta da república”, permitindo perceber que ele não se corromperia pela decisão já garantida no momento. Além disso, o deputado expressou que a sua decisão estava ancorada na defesa pela democracia, já

que, enquanto representante “de Pernambuco do sertão da cidade de Arco Verde”, ele faria justiça a posição que os seus conterrâneos desejavam.

Desse modo, ele usou o referente <o meu voto é pela democracia>, que permite evidenciar que votaria de maneira contrária a abertura do processo de impeachment, em respeito ao desejo do povo. Para finalizar o voto, o deputado levantou a mão, com o punho cerrado, permitindo perceber que permaneceria firme com a sua decisão de voto. Nessa perspectiva, os sentidos construídos nesse voto só são possibilitados visto a negociação com os votos anteriores e o conhecimento de todo o processo em votação, o que possibilita perceber que o deputado articula os referentes que possibilitam enfatizar que o seu posicionamento seria invariável, independente dos interesses majoritários.

4.3 Comparação entre os blocos 1 e 2

Conforme as análises, evidenciamos que os votos dos blocos 1 e 2 possuem estruturas retóricas com características semelhantes. Nos dois blocos, a maioria dos votos é iniciada ou finalizada com uma evocação ao presidente da sessão plenária. Em geral, há a apresentação da justificativa de voto, os quais, tanto no bloco 1 quanto no bloco 2, realizaram evocações a familiares, ao povo do estado ou às pessoas que marcaram o cenário social, histórico e político do país.

Além disso, notamos que os votos do bloco 1 foram mais concisos, pois o voto foi declarado por meio de uma justificativa breve. Neste bloco, os votos se fundamentaram em conceitos relacionados aos seus estados de origem, ao Brasil, ao povo e às suas famílias. Além disso, percebemos que foram realizadas referências aos partidos dos deputados, ressaltando a ideia de que estes representavam a vontade “do povo”.

Em contrapartida, nos votos do bloco 2 há uma ampliação na justificativa de voto, caracterizando a tentativa dos deputados para afirmar que não havia uma influência do momento da votação para que a decisão fosse tomada. Assim, nos votos do bloco 2, tanto os deputados que votaram a favor do impeachment, quanto os que votaram contra, demonstraram uma defesa pessoal, visto a garantia da abertura do processo em julgamento. Nesses votos, também observamos uma tentativa dos votantes para defender a sua postura e integridade política, assim como, para demonstrar que a decisão assumida era a mais coerente. Tanto nos votos a favor quanto nos votos contrários à abertura do impeachment, houve uma tentativa de sustentar a decisão, por meio de citações ou paráfrases de músicas, de frases conhecidas nacionalmente ou referências às pessoas que marcaram o cenário sócio-histórico do país.

5. Conclusão

Nosso objetivo principal nesta pesquisa consistiu em analisar como a articulação dos referentes em redes referenciais contribui para a argumentatividade do gênero votação oral. Para tanto, investigamos um gênero da oralidade que nos permitiu explorarmos a referenciação, por meio da votação oral do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016. Assim, a análise de 40 votos orais que constituem o *corpus*, permitiu-nos evidenciar possibilidades investigativas em um texto constituído por múltiplas semioses.

Nesse sentido, com base nos fundamentos teóricos da LT, analisamos o texto sob o olhar da referenciação, seguindo uma perspectiva sociocognitivo-discursiva (Koch e Marcuschi, 1983; Lima e Cavalcante, 2015; Lima, 2009, 2017; Cavalcante, 2019). Assim, percebemos a importância de analisar os processos referenciais sob a ótica das redes, que permite mobilizar a ativação de aspectos sociopolíticos, que contribuíram para a manutenção e progressão dos referentes evidenciados.

Além disso, foi possível demonstrar a importância da noção de redes referenciais (Matos, 2018) para a análise de um gênero oral, que se constrói de forma complexa. Uma vez que, os processos referenciais analisados em redes possibilitaram observar o caráter multimodal dos votos em análise, os quais são permeados por meio de gestos, expressões faciais e entonações vocais, que são característicos do gênero oral, e contribuem para a construção argumentativa dos votos. Também evidenciamos que esses elementos funcionam como recursos responsáveis pela (re)construção e a evolução dos referentes por meio da interpretação da recategorização.

Esses aspectos contribuíram para corroborar que o evento comunicativo em questão possui uma significativa relevância no contexto político, histórico e social do país. Por isso, analisá-lo sob a ótica da referenciação possibilita compreender a importância dos elementos referenciais para a eficácia das votações orais no âmbito do discurso político. A partir da abordagem das redes referenciais, percebemos que os referentes se entrelaçam conforme a negociação sociocognitiva, que se revela significativa para a argumentatividade da votação em análise.

Através das análises realizadas, verificamos que a maneira como o referente é apresentado e como se desenvolve ao longo do texto colabora para a construção argumentativa do voto (Cavalcante et al. 2020; Cavalcante et alii. 2022). Isso pode ser evidenciando na análise do voto 4, na subseção 4.1.1, o locutor utilizou a expressão “SIM contra a corrupção”,

permitindo evidenciar que a presidente Dilma Rousseff havia agido de forma corrupta, corroborando assim, para sustentar argumentativamente a sua decisão de voto. Isso também pode ser evidenciado no voto 38, como observado na subseção 4.2.2, por meio do referente Dilma atribuiu-se, através do voto, uma postura desleal à presidente. Assim, esses aspectos são ativados por meio dos referentes principais selecionados pelos votantes, que contribuem para a construção de sentidos dos votos e, por consequência, para fundamentar as decisões assumidas pelos votantes.

Percebemos também que as invocações dos familiares, das situações dos estados e inclusive o nome de Deus, foram utilizadas com a intenção de demonstrar a integridade dos deputados. No voto 29, observamos o uso da expressão “Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor”, que permite destacar a orientação religiosa do deputado, evidenciando que seu comportamento estaria baseado nos princípios religiosos que ele seguia. Ademais, ao se utilizar de valores de ordem moral, possivelmente, os deputados visavam demonstrar que conservavam virtudes de honestidade, lealdade aos seus e eram tementes a Deus, para isso, observamos que houve o uso de elementos dêiticos, tanto o dêitico social, como “senhor presidente” utilizado pela maioria dos deputados, para se referir ao presidente da sessão plenária, quanto o uso de dêiticos pessoais (Cavalcante, Custódio Filho e Brito, 2014), como no voto 3, “**meu** querido Brasil (+) pela **minha** família”; que evidenciam a afeição e a conexão com o povo brasileiro e com a própria família, que desejava homenagear e representar ao fazer sua escolha eleitoral. Com o uso desses elementos referenciais, os deputados tentavam convencer os interlocutores que a decisão proferida era o melhor caminho a seguir.

Constatamos ainda que, na votação oral os elementos multimodais são imprescindíveis para a sinalização da decisão em julgamento e contribuem para a construção de sentidos dos votos (Ranieri, 2015). Os gestos, em consonância com o pronunciamento oral do voto, foram identificados na maioria dos votos que compõem o *corpus* em análise, além disso, muitos se utilizaram de adereços para compor a vestimenta, demonstrando o planejamento da decisão de voto. Como observamos nas imagens 8 e 9, o deputado que votou a favor da abertura do impeachment, deixou evidente a sua decisão ao utilizar uma faixa (verde e amarelo) em sinal de simbolizar a pátria e declarou, por meio do gesto de levantar o dedo indicador e mencionar: “vagabundização remunerada”, permitindo construir sentidos, e inferir que o governo não administrava bem as finanças do país. Assim, esses elementos contribuem para a construção dos referentes e, por consequência, com a argumentatividade do gênero votação oral em estudo.

Portanto, ficou evidente que os processos referenciais, analisados sob a ótica das redes referenciais (Matos, 2018), contribuem significativamente para a construção de sentidos das

votações orais, uma vez que, são mobilizadas estrategicamente pelos deputados federais votantes, a fim de posicionar-se e justificar-se durante as votações. Por fim, compreendemos que, no que tange ao papel dos processos referenciais no gênero oral, reiteramos que essas considerações são relevantes e podem guiar futuras pesquisas, pois reconhecemos a importância de análises que investiguem a progressão referencial em eventos comunicativos multissemióticos, como é o *corpus* deste estudo. Assim, consideramos que estudos que analisem os gêneros orais, especialmente os elementos gesto-visuais, podem ser fundamentais para entender os processos referenciais em textos desse tipo.

Compreendemos que nossa análise revelou que os processos referenciais presentes nos votos têm a intenção de sustentar e legitimar as decisões, além de direcionar os ouvintes a aceitar essas decisões. Assim, a referenciação contribui para a argumentatividade dos votos, pois (re)constroi e destaca os referentes conforme a posição defendida em cada votação. Com isso, evidenciamos que explorar gêneros orais permite novas possibilidades para as investigações em Linguística Textual (LT), já que permite a relação dos elementos multimodais que favorecem as construções referenciais.

Acreditamos que, ao investigar um gênero oral presente em um ambiente específico, como o cenário da Câmara dos Deputados Federais, a partir de um evento comunicativo que reverberou discussões em âmbitos sociopolíticos e culturais, estamos colaborando para o estudo de textos orais, que podem ser explorados pela referenciação.

Referências

AMOSSY, Ruth. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (org.). **Análises do discurso hoje**. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Coleção dirigida por Michel Meyer. Coordenação de trad. Mônica Magalhães Cavalcante. São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Coord. de trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. Trad. Angela M. S. Corrêa *et al.* São Paulo: Contexto, 2018.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BASÍLIO, Ana Luiza. **Retomada das aulas presenciais acirra a violência nas escolas**. O que fazer para superá-las? Carta Capital. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/tag/volta-as-aulas/> Acesso em: jan. 2024.

BENTES, Ana Christina. Linguística textual. IN: Mussalim, F.; Bentes, A.C. (Orgs) **Introdução à linguística**. Domínios e fronteiras. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BENTES, Ana Christina; RAMOS, Paulo; ALVES FILHO, Francisco. **Enfrentando desafios no campo de estudos do texto**. In: BENTES, A. C.; LEITE, M.Q. (Orgs.). Linguística de Texto e Análise da Conversação: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 12 de junho de 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. 20 anos do *impeachment* do Collor. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/20-anos-do-impeachment> . Acesso em: 21 jan. 2024.

CARVALHO, Camila da Costa.; LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto. IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: O GOLPE SUAVE. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, [S. l.], v. 39, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.fdsu.edu.br/index.php/revistafdsu/article/view/445>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Referenciação**: sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: Edições UFC. 2011.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez Editora. 2014.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Referenciação: uma entrevista com Mônica Magalhães Cavalcante. **ReVEL**, vol. 13, n. 25, 2015. [www.revel.inf.br]. Construção dos objetos de

discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Org.: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. **ReVEL**, edição especial vol. 14, n. 12, 2016. [www.revel.inf.br].

CAVALCANTE, Mônica Magalhães *et al.* O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. Rev. **(Con)Textos Linguísticos**, v. 13, n. 25, p. 25-39, 2019.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Por uma análise argumentativa na linguística textual**. VITALE, María Alejandra; LOPES PIRIS, Eduardo; CARRIZO, Alicia Eugenia; MICHELAN DE AZEVEDO, Isabel Cristina. Estudios sobre discurso y argumentación. Coimbra: Grácio Editor, 2019.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2020.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *et alii* **Linguística Textual e Argumentação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. MARTINS, M. A. Referenciação: em síntese. In: LIMA, A. H.; SOARES, M. E.; CAVALCANTE, S. A. de S. **Linguística geral: os conceitos que todos precisam conhecer**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020, v. 2, p. 237- 272. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/linguistica-geral-2> . Acesso em: 17 jun. 2024.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *et al.* **Linguística textual: conceitos e aplicações**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2018.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCK, Ingedore Villaça. **Linguística Textual - Introdução**. São Paulo: Cortez, 1983.

FÁVERO, Leonor Lopes. Linguística textual – história, delimitações e perspectivas. **Revista (Con)Textos Linguísticos - Linguística Textual e Análise da Conversação: conceitos e critérios de análise**. v. 13. n. 25. 2019.

FERNANDES, Eric Bortolato. **Referenciação e opinião: o impeachment de Dilma Rousseff**. 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

HANKS, William F. **O que é contexto**. In: BENTES, A.C.; REZENDE, R. C.; MACHADO, M.R. (Orgs.) **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 169-203.

HILGERT, José Gaston. **Elementos para a discussão do conceito de gênero oral**. São Paulo: Letras, 2020. p. 15–34.

HILGERT, José Gaston. **A oralidade nas redes sociais: conceitos e características à luz da enunciação**. São Paulo: Calidoscópio, 2021. p. 422–430.

KOCH, Ingedore Villaça.; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. **D.E.L.T.A**, v. 14, p. 169-190, 1998. (número especial).

KOCH, Ingedore. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria.; BENTES, Anna Christina. (Org.). **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 8-10.

KOCH, Ingedore Villaça. **A coesão textual**. 22. ed. São Paulo: Cortez. 2010.

KOCH, Ingedore Villaça. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Contexto, 2017.

KOCH, Peter; OESTERREICHER, Wulf. Linguagem da imediatez – linguagem da distância: **oralidade e escrituralidade entre a teoria da linguagem e a história da língua**. Tradução do alemão de Hudinilson Urbano e Raoni Caldas. Linha D'Água. 2013[1990]; 153-174.

LIMA, Silvana Maria Calixto de. **Entre os domínios da metáfora e da metonímia**: um estudo dos processos de recategorização. 2009. 204 f. (Tese de Doutorado) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2009.

LIMA, Silvana Maria Calixto de.; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Revisitando os parâmetros do processo de recategorização. **ReVEL**, v. 13, n. 25, p. 295-315, 2015.

LIMA, Silvana Maria Calixto de. A recategorização de referentes numa perspectiva cognitivo-discursiva. **Estudos Linguísticos e Literários**. n. 57, Salvador: p. 225-240, jul-dez|2017.

MARCUSCHI, Luiz Antônio.
Aspectos lingüísticos, sociais e cognitivos da produção de sentido.
Revista do GELNE. 1999.

MARCUSCHI, L. A. A transcrição de conversações. **Análise da conversação**. São Paulo: Editora Ática, ([1991] 2001).

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. **Revista Letras**. Curitiba, n. 56, 2001. p. 217-258.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **O léxico**: lista, rede ou cognição social? In: NEGRI, Lígia; FOLTRAN, Maria José; OLIVEIRA, Roberta Pires (org.). Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Editora Contexto, 2004. p. 263-284.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; DIONISIO, Angela Paiva (Orgs.). **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 177-196.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita:** atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K.S. (Org.). **Gêneros Textuais:** reflexão e ensino. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2011. p. 17-31.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística textual:** o que é e como se faz. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MATOS, Janaica Gomes. **As redes referenciais na construção de notas jornalísticas.** 2018. 259f. Tese (Doutorado)–Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2018.

MATOS, Janaica Gomes. A contribuição do estudo dos gêneros para a análise das redes referenciais em notas jornalísticas. **Letras em Revista** (ISSN 2318-1788), Teresina, v. 11, n. 01, jan./jun. 2020.

MELO, Josenildo. GP1. **Não vamos desistir do Brasil:** Frase que toma conta do país. 2014. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/blog/opiniao/2014/8/17/nao-vamos-desistir-do-brasil-frase-que-toma-conta-do-pais-354303.html> . Acesso em: ago de 2024.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. **Referenciação.** Clássicos da lingüística. v. 1. São Paulo: Contexto. 2003.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PIANCÓ, Emanuelle Maria da Silva. **O fenômeno da recategorização em votações orais durante o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.** In: ROCHA, Max Silva da; SANTOS, Marcos Suel dos; PIANCÓ, Emanuelle Maria da Silva. (Orgs.). Estudos do texto e do discurso: perscrutando diálogos. Maceió/AL: Editora Olyver, 2021.

RAMOS, Paulo. **Estratégias de referenciação em textos multimodais:** uma aplicação em tiras cômicas. Linguagem em (Dis) curso, Tubarão, SC, v. 12, n. 3, p. 743-763, set./dez. 2012.

RANIERI, Thais Ludmila da Silva. **Estratégias de construção da referência em práticas pedagógicas.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Recife, Pernambuco, 2015.

RANIERI, Thaís Ludmila da Silva. Referenciando semioses não verbais: breves reflexões. **ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**, São Paulo, 44 (3): p. 1276-1286, set.-dez. 2015.

RODRIGUES, Maria Lucia; LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti (Orgs.). **Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas.** Brasília: Líber Livros Editora, 2006.

SANTOS, Janyellen Martins. **A referenciação no debate político:** processos referenciais na construção do sentido. 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) –

Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

SANTOS, Maria Francisca Oliveira. **O uso dos argumentos no gênero discursivo votação oral durante o processo de impeachment de 2016 no Brasil.** Géneros textuales/discursivos : actividades profesionales y formación docente : X SIGET -Simposio Internacional de Estudios sobre Géneros Textuales : géneros textuales/discursivos, prácticas de lenguaje y voces del sur en diálogo. MATIAS, Richard Brunel; LOUSADA, Gouvêa Eliane; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes. Córdoba: Fl copias, 2020.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico.** 28. ed. Rio de Janeiro-RJ. Forense, 2009.

SILVA, João Paulo Muniz. **Uma análise textual da argumentação em memes verbo-visuais:** entre os processos referenciais e as intertextualidades. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Recife, Pernambuco, 2021.

SILVA, Maurício Ferreira da; BENEVIDES, Silvio César; PASSOS, Ana Quele da Silva. **Impeachment ou golpe?** Análise do processo de destituição de Dilma Rousseff e dos desdobramentos para a democracia brasileira. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLITICA, 9., 2017, Montevideú. [Trabalhos apresentados]. Montevideú: ALACIP, 2017. p. [1-22].

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A caracterização de categorias de texto:** tipos, gêneros e espécies.

ALFA: Revista de Linguística, São Paulo, v. 51, n. 1, 2009.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos *et alii*. Gêneros orais: conceituação e caracterização. **Olhares & trilhas.** Gêneros orais: caracterização e ensino. Organização de Travaglia, L. C. Vol. 19, no. 2, jul/dez 2017, p. 12-24.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Inquietações sobre o gênero votação oral.** Mensagem recebida por e-mail em 19 de novembro de 2021.

Anexo I

Sinais mais frequentes para a transcrição, com base na Análise da Conversação de Marcuschi (2001)

1. **[|** - falas simultâneas (colchetes duplos no início do turno simultâneo): quando dois falantes iniciam ao mesmo tempo um turno;

“A: mas o que foi que houve **[|** B: meu irmão também fez uma dessas”.

2. **[** - sobreposição de vozes: quando a concomitância de falas não se dá desde o início do turno, mas a partir de um certo ponto;

3. **[]** – sobreposições localizadas: quando a sobreposição ocorre num dado ponto do turno e não forma um novo turno, trecho curto de sobreposição;

4. Pausas: **(+)** ou o tempo da pausa entre parênteses (1.8), (2.5);

5. **()**: dúvidas e suposições – quando não se entende uma parte da fala;

a. Escrever a expressão “incompreensível” entre parênteses.

b. Ou escrever o que se supõe ter ouvido entre parênteses.

6. Truncamento brusco: **/** - quando o falante corta uma unidade;

7. Ênfase ou acento forte: **MAIÚSCULA** – quando uma palavra ou sílaba é produzida com ênfase ou com acento mais forte que o habitual;

8. Alongamento de vogal: **“:”** ou **“::”** (a depender da duração da vogal);

9. **(())** – comentários do analista – ou no local da ocorrência ou imediatamente antes do segmento a que se refere o comentário;

10. **-----**: silabação – quando uma palavra é produzida silabadamente;

11. Sinais de entonação:

a. **”** : para uma subida rápida (ponto de interrogação)

b. **’** : subida leve (vírgula ou ponto e vírgula)

c. **,** : descida leve ou brusca

12. Repetição: reduplicação da letra ou sílaba (reduplicação da parte repetida)

13. Indicação de transcrição parcial ou de eliminação: **“...”** e **“/..”**

a. **“...”** no início e no final de transcrição: indicação de que se está transcrevendo apenas um trecho

b. **“/..”** – corte na produção de alguém.